

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Elias Natal Lima de Menezes

ATRASO ECONÔMICO RELATIVO DE MINAS GERAIS E ESTRATÉGIAS DE
RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DURANTE A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Belo Horizonte

2020

Elias Natal Lima de Menezes

ATRASSO ECONÔMICO RELATIVO DE MINAS GERAIS E ESTRATÉGIAS DE
RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DURANTE A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Projeto apresentado ao Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Orientador: Alexandre Queiroz Guimarães

Belo Horizonte
2020

M543a Menezes, Elias Natal Lima de.
Atraso econômico relativo de Minas Gerais e estratégias de recuperação econômica durante a primeira metade do século XX [manuscrito] / Elias Natal Lima de Menezes. – 2020.
[15], 134 f. : il.

Monografia de conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2020.

Orientador: Alexandre Queiroz Guimarães

Bibliografia: f. 137-143

1. Minas Gerais – Situação econômica – 1933 – 1959. 2. Historiografia – Juiz de Fora – Minas Gerais. 3. Industrialização – Zona da Mata – Minas Gerais. 4. Cafeicultura – Minas Gerais. I. Guimarães, Alexandre Queiroz. II. Título.

CDU 338.1(815.1)

Elias Natal Lima de Menezes

ATRASO ECONÔMICO RELATIVO DE MINAS GERAIS E ESTRATÉGIAS DE
RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DURANTE A PRIMEIRA METADE DO
SÉCULO XX

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação
em Administração Pública da Escola de
Governos Professor Paulo Neves de
Carvalho, da Fundação João Pinheiro,
como requisito parcial para a obtenção
do título de bacharel em Administração
Pública.

Aprovada na Banca Examinadora



Prof Alexandre Queiroz Guimarães – Fundação João Pinheiro



Prof Glauber Flaviano Silveira – Fundação João Pinheiro



Prof Lúcio Otávio Seixas Barbosa – Fundação João Pinheiro

Belo Horizonte, 05 de agosto de 2020

RESUMO

Na virada do século XIX para o século XX, permeando os debates acerca da transferência da capital estadual mineira para Belo Horizonte, passou a predominar entre as elites a constatação de situação de atraso econômico de Minas Gerais, sobretudo quando comparada à dinamicidade e ao crescimento vertiginoso de São Paulo. Essa concepção predominante ensejou a intervenção do governo estadual ao longo da primeira metade do século XX, manifestando-se ora pela estratégia de diversificação econômica focalizada na agricultura, ora pela estratégia de especialização industrial. Em termos concretos e imediatos, a iniciativa estatal de promoção da industrialização mineira na primeira metade do século XX não logrou êxito ampliar sua participação no produto industrial nacional, aproximando-a de São Paulo. Com efeito, a participação de Minas entre 1949 e 1959 caiu de 6,5% para 5,8%. Por outro lado, são constatados os avanços institucionais promovidos no período, a modernização da agricultura e a constituição de uma infraestrutura de energia e transportes básica necessária à industrialização regional. O presente trabalho se destina à compreensão dessas estratégias, realizando, para tanto, revisão bibliográfica acerca dos governos Benedito Valadares (1933-1945), Milton Campos (1947-1951) e Juscelino Kubitschek (1951-1955). Ademais, para um melhor entendimento das estratégias de desenvolvimento regional mineiro vigentes no período abordado, buscou-se compreender as causas do atraso, a partir de revisão bibliográfica da historiografia econômica acerca dos ciclos da economia mineira. Neste sentido, foram abordadas a transferência do centro dinâmico da economia mineira da extração do ouro na região central para a economia mercantil de gêneros no sul do estado, bem como o desenvolvimento da cafeicultura na Zona da Mata e o surto industrial da cidade de Juiz de Fora. São apresentadas as principais razões da constituição do atraso relativo da economia mineira a partir das deficiências produtivas identificadas nos referidos ciclos econômicos de Minas Gerais.

Palavras-Chave: Minas Gerais; Atraso Relativo; Juiz de Fora; Belo Horizonte; Recuperação Econômica; Desenvolvimento Regional; Ciclo do Café.

ABSTRACT

At the turn of the 19th to the 20th century, permeating the debates about the transfer of the capital of Minas Gerais to Belo Horizonte, the predominance of the situation of economic backwardness in Minas Gerais became predominant among the elites, especially when compared to the dynamism and the vertiginous growth from São Paulo. This predominant conception gave rise to the intervention of the state government throughout the first half of the 20th century, manifesting itself sometimes through the strategy of economic diversification focused on agriculture, and sometimes through the strategy of industrial specialization. In concrete and immediate terms, the state initiative to promote industrialization in Minas Gerais in the first half of the 20th century was not successful in expanding its participation in the national industrial product, bringing it closer to São Paulo. Indeed, Minas' share between 1949 and 1959 fell from 6.5% to 5.8%. On the other hand, the institutional advances promoted in the period, the modernization of agriculture and the constitution of a basic energy and transport infrastructure necessary for regional industrialization are noted. The present work aims to understand these strategies, carrying out, for this purpose, a bibliographic review about the governments of Benedito Valadares (1933-1945), Milton Campos (1947-1951) and Juscelino Kubitschek (1951-1955). In addition, for a better understanding of the regional development strategies of Minas Gerais during the period covered, we aimed to comprehend the causes of the backwardness, based on a bibliographic review of economic historiography about the mining economy cycles. In this sense, the transfer of the dynamic center of the mining economy from gold extraction in the central region to the commodity market economy in the south of the state was addressed, as well as the development of coffee production in the Zona da Mata and the industrial boom in the city of Juiz de Fora. The main reasons for the constitution of the relative backwardness of the mining economy are presented from the production deficiencies identified in the aforementioned economic cycles of Minas Gerais.

Key words: Minas Gerais; Economic Backwardness; Juiz de Fora; Belo Horizonte; Economic Recovery; Regional development; Coffee cycle

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
2	PRIMEIRO DESLOCAMENTO DO CENTRO ECONÔMICO DINÂMICO DE MINAS GERAIS: DO CICLO DO OURO À ECONOMIA MERCANTIL DE GÊNEROS	5
2.1	A incipiente e rudimentar experiência industrial mineira no século XIX	16
3	A FORMAÇÃO DO COMPLEXO CAFEEIRO DA ZONA DA MATA E O SURTO INDUSTRIAL DE JUIZ DE FORA.....	24
3.1	Introdução.....	24
3.2	O ciclo do café na Zona da Mata	28
3.3	O surto industrial de Juiz de Fora	44
3.4	Considerações acerca da constituição do atraso relativo de Minas Gerais a partir do ciclo do café na Zona da Mata e do surto industrial de Juiz de Fora	62
4	NOVO DESLOCAMENTO DO CENTRO DINÂMICO MINEIRO E ESTRATÉGIAS ESTADUAIS DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DURANTE A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	69
4.1	Introdução.....	69
4.2	Transferência da capital estadual	71
4.3	Origens do projeto de diversificação econômica	74
4.4	Origens do projeto de especialização industrial	79
4.5	Governo Benedito Valadares (1933-1945): antecedentes e ruptura com a estratégia de diversificação.....	83
4.6	Governo Milton Campos (1947-1951): Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção	94
4.7	Governo Juscelino Kubitschek (1951-1955): Binômio Energia e Transportes ..	101
4.8	Considerações sobre as políticas de recuperação econômica na primeira metade do século XX.....	111
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
	REFERÊNCIAS	119

1 INTRODUÇÃO

Durante os anos finais do século XIX e iniciais do século XX, uma concepção generalizada de atraso econômico em relação a São Paulo passou a predominar nas elites mineiras. A partir de tal sentimento, estratégias e ações efetivas de recuperação do atraso relativo passaram a vigorar no governo estadual. Contudo, tais ações apenas ganhariam maiores contornos a partir do governo Benedito Valadares (1933-1945). Neste, observou-se, em um primeiro momento, a opção pela adoção de uma estratégia de diversificação das atividades produtivas, com especial enfoque nas atividades agropecuárias. Com efeito, na década de 1930 houve redução da participação do café no setor agropecuário, acompanhada de aumento na participação da produção de cereais.

A perda do projeto siderúrgico nacional, no início dos anos 1940, levou o governo Valadares a reorientar sua estratégia de desenvolvimento regional. Neste momento, observou-se maior atenção direcionada à industrialização de Minas Gerais, com o objetivo de promover seu desenvolvimento a partir da substituição de importações. Contudo, a industrialização se veria reprimida pela deficiência mineira em termos de infraestrutura de transportes e de energia. Estes passaram a ser, portanto, alvos preferenciais das ações desenvolvimentistas do governo estadual. O projeto de construção da Cidade Industrial de Contagem e a constituição da Companhia Vale do Rio Doce representam projetos de maior destaque da referida reorientação.

Seu sucessor, Milton Campos (1947-1951), deu continuidade, em certa medida, à estratégia de desenvolvimento econômico então vigente. Em uma iniciativa inovadora de planejamento de desenvolvimento regional, a elaboração do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção (1947) reuniu em uma única estratégia as concepções de diversificação da agricultura e de industrialização. A partir de um breve diagnóstico, o Plano de 1947 expressou a necessidade de planejamento e intervenção estatal para superar, em caráter urgente, o atraso relativo mineiro. O Governo Milton Campos se destacou pelos avanços institucionais na tentativa de promoção do desenvolvimento regional, elaborando plano abrangente e sólido de construção e interligação do sistema hidrelétrico mineiro e constituindo o Departamento de Estrada e Rodagens (DER), em 1946.

A posse de Juscelino Kubitschek no governo estadual, em 1951, representou um aprofundamento da estratégia de industrialização. Neste sentido, observou-se claramente a opção por relegar a agricultura a segundo plano. A partir das experiências dos governos Valadares e Milton Campos, bem como de seus avanços institucionais, JK direcionou os esforços da estratégia de desenvolvimento econômico para as questões de energia e transportes, constituindo assim o denominado binômio. Foi neste momento histórico em que se deu a especialização industrial no setor místico-metalúrgico.

O resultado de todo esse esforço trouxe avanços e entre 1907 e 1940 Minas Gerais foi o único Estado, além de São Paulo, a aumentar sua participação no produto industrial brasileiro, passando de 4,4% para 6,5% (DINIZ, 1978, p. 18). Apesar de todos os avanços institucionais, da modernização da infraestrutura mineira, da transferência da capital estadual, e de todas demais ações públicas estaduais, entre 1949 e 1959 a participação da indústria mineira a nível nacional caiu de 6,5% para 5,8%.

Tendo em conta essas iniciativas e dificuldades, o presente trabalho procura voltar ainda mais no tempo, tendo por objetivo compreender as causas do referido atraso relativo, percebido nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX, que ensejaram a posterior intervenção estatal para superá-lo. Para tanto, percorre-se a história econômica mineira em seus ciclos, buscando-se identificar as principais causas do atraso. O Capítulo 2 analisa o ciclo do ouro, nos séculos XVII e XVIII, sua crise a partir do esgotamento do minério e a transferência do centro dinâmico da economia mineira para a região sul, tendo por atividade central a produção mercantil de gêneros. Neste capítulo ainda se discute brevemente a experiência manufatureira na região central mineradora, no século XIX.

O Capítulo 3 se destina ao novo deslocamento do centro dinâmico da economia mineira, desta vez para a Zona da Mata e tendo por atividade central a produção de café. Busca-se identificar as causas do atraso relativo a partir da compreensão das razões de os retornos dessa cultura serem inferiores ao do Oeste paulista. Associada à expansão cafeeira, assistiu-se ao surto industrial de Juiz de Fora, que também apresentou limitações, também investigadas no capítulo. Assim, a partir dos Capítulos 2 e 3, busca-se compreender as causas do atraso relativo mineiro, que já se prenunciavam no início do século XX, motivando diversas iniciativas voltadas à promoção do desenvolvimento.

O Capítulo 4, por sua vez, tem por objeto essas estratégias de recuperação do atraso adotadas nas primeiras décadas do século XX. Busca-se compreendê-las em linhas gerais, bem como seus resultados imediatos. O Capítulo 5, por fim, destina-se às considerações finais.

Na tentativa de alcançar os objetivos pretendidos pelo presente trabalho, compreender as principais causas do atraso relativo mineiro e as estratégias de recuperação econômica na primeira metade do século XX, foi realizada revisão bibliográfica de trabalhos clássicos acerca da história econômica de Minas Gerais e do tema do desenvolvimento regional, bem como de trabalhos mais recentes, que a partir de novas bases de dados e levantamentos estatísticos, vieram a relativizar considerações que pareciam estar consolidadas no século XX.

Trata-se, neste sentido, de uma pesquisa qualitativa revisionista que abarca um largo período histórico. O recorte temporal se justificou pelo objetivo de compreender as principais causas do atraso relativo de Minas Gerais ao longo de seus ciclos e choques econômicos. A razão que motivou o presente trabalho se deveu, sobretudo, ao interesse em compreender por que Minas falhou em alcançar um desenvolvimento econômico tão vigoroso quanto o de São Paulo. Entende-se que essa compreensão se faz essencial para compreender os rumos das políticas econômicas estaduais mineiras, tanto no passado como no presente. Acredita-se que, com o mergulho histórico, seja possível também contribuir para o entendimento do processo de desenvolvimento estadual a partir da década de 1960.

2 PRIMEIRO DESLOCAMENTO DO CENTRO ECONÔMICO DINÂMICO DE MINAS GERAIS: DO CICLO DO OURO À ECONOMIA MERCANTIL DE GÊNEROS

Após a produção açucareira ter ocupado o espaço de centro dinâmico da economia brasileira, entre os séculos XVII e XVIII, coube a Minas Gerais ser o espaço geográfico do novo centro, através da extração aurífera, em um primeiro momento aluvial e, com o esgotamento dessa possibilidade, posteriormente subterrânea. Como apontam Paula (2001, p.1) e Godoy (2009, p. 91), Minas Gerais constituiu o principal polo do mercado interno da colônia durante o século XVIII. Tendo atingido o auge da exportação aurífera entre 1693 e 1770, a capitania mineira representou a maior concentração populacional da América portuguesa até então, cerca de 20 % desta, ultrapassando a marca de 300 mil habitantes, desconsiderada a população nativa (PAULA, 2001, p. 7).

Grosso modo, a economia do ouro pode ser caracterizada como um dinâmico sistema escravista que, considerada a relação entre colônia¹ e metrópole, orientava-se exclusivamente para a exportação. Tratou-se de um “produto colonial e uma ‘polarização espacial’ exercida exclusivamente pelo núcleo minerador, pelos espaços da mineração, concentrados aproximadamente no centro geográfico da capitania” (GODOY, 2009, p.91).

Conforme Celso Furtado descreve no clássico *Formação Econômica do Brasil* (1958, p. 77), com o declínio da lucratividade da produção de açúcar no nordeste da colônia, a exploração desta pela metrópole portuguesa caminhava para a inviabilidade econômica, haja vista o aumento dos gastos para sua manutenção. A exploração aurífera era um anseio português, uma vez considerada a impossibilidade de alguma produção agrícola gerar a rentabilidade que outrora o açúcar trouxera. Deste modo, a descoberta de jazidas na região central da colônia não se deu ao acaso, tendo sido, antes de mais nada, patrocinada financeira e tecnicamente pelos lusitanos.

Ao contrário da atividade desenvolvida nos engenhos, o ouro não exigia aplicação inicial de capital tão expressiva. Conforme descreve Furtado (1958, p. 79), o capital imobilizado por escravo para a formação de uma lavra era infinitamente inferior ao capital imobilizado para a constituição de um engenho. E se, ainda assim, não dispusesse o homem livre de capital para adquirir escravos, poderia ele próprio atuar como “faiscador”. Da conjunção deste fator com os altos retornos iniciais propiciados pela atividade, resultam dois fenômenos observados durante o ciclo em questão.

Em primeiro lugar, houve considerável corrente migratória, tanto do nordeste (incluindo escravos) da capitania para a região central, quanto da metrópole para a colônia. Com efeito, a população de escravos na região central jamais excedeu a população de homens livres durante o século XVIII (FURTADO, 1958, p. 79). Tamanho parece ter sido o fluxo migratório internacional que Portugal teve de criar barreiras à emigração no decorrer do século XVIII. Em segundo, sendo a atividade mineradora caracterizada pela relativa desconcentração da produção frente aos engenhos nordestinos, estes poucos e de grande porte, verificou-se uma mudança no padrão de produção e consumo pelo fato de muitos homens livres participarem dos

¹ Celso Furtado (1958, p.78) afirma haver indícios de que a população de europeus residente na colônia tenha triplicado durante o século da mineração aurífera.

lucros auferidos com a extração mineral. Essa mudança de padrão representou a redução da comercialização de artigos de luxo e uma intensificação da demanda de gêneros de primeira necessidade, o que, em parte, explica o desenvolvimento de uma economia mercantil de gêneros, sendo que posteriormente esta viria a se tornar o centro dinâmico da economia mineira, localizada no sul da capitania. Para Granziera (1996, p. 51), foi a atividade aurífera que inseriu os pobres na produção e comercialização (abastecimento), urbanizando e contribuindo para a formação de um mercado. A respeito da corrente migratória:

A economia mineira abriu um ciclo migratório europeu totalmente novo para a colônia. Dadas suas características, a economia mineira brasileira oferecia possibilidades a pessoas de recursos limitados, pois não se exploravam grandes minas - como ocorria com a prata no Peru e no México -, e sim o metal de aluvião que se encontrava depositado no fundo dos rios. (FURTADO, 1958, p. 78).

Novamente se faz necessário recorrer às altas taxas de retornos propiciadas pela extração do ouro para que seja possível compreender o desenvolvimento da economia mineira durante o século XVIII. Destas altas taxas resultou que quase a totalidade do capital empregado no período se destinou quase que exclusivamente à mineração. Cabe se questionar, então, de onde provinha o abastecimento da região central da capitania de gêneros de primeira necessidade. Diante das dificuldades de abastecimento, Furtado (1958, p. 80) chega a afirmar que a fome acompanhava a riqueza da mineração.

Em relação à pecuária, quando do início do ciclo do ouro essa atividade enfrentava preços relativamente baixos e, conseqüentemente, retornos ínfimos. Furtado (1958, p. 80) atribui ao desenvolvimento da região central da capitania e à sua demanda por gêneros o fato de a atividade pecuária no sul se tornar novamente lucrativa ao longo do século XVIII, com a valorização do preço do gado.

Considerada a dispersão da população mineradora pelo território da capitania, a precariedade dos sistemas de transportes existentes e a geografia montanhosa, outra região que se beneficiou com o advento da economia do ouro foi a que atualmente corresponde ao Rio Grande do Sul, devido à produção e exportação de mulas, as quais se tornaram o principal meio de transporte no decorrer do século XVIII.

Consideradas estas duas correntes de comercialização com o sul da América portuguesa, Furtado (1958, p. 81) aponta a região mineradora como a

responsável por esta integração. Godoy (2009, p. 91) vai além, afirmando que foi “com a formação e desenvolvimento da ‘economia do ouro’ que conhecemos o primeiro movimento de integração das economias regionais da América portuguesa”.

Essas distintas regiões viviam independentemente e tenderiam provavelmente a desenvolver-se, num regime de subsistência, sem vínculos de solidariedade econômica que as articularassem. A economia mineira abriu um novo ciclo de desenvolvimento para todas elas. Por um lado, elevou substancialmente a rentabilidade da atividade pecuária, induzindo a uma utilização mais ampla das terras e do rebanho. Por outro, fez interdependentes as diferentes regiões, especializadas umas na criação, outras na engorda e distribuição e outras constituindo os principais mercados consumidores. (FURTADO, 1958, p. 81).

Durante o auge da mineração de ouro, esta atividade e a agricultura da própria capitania jamais foram excludentes. Aliás, consideradas a concentração de capital na extração e as dificuldades de abastecimento da região central já abordadas, foram ambas, isto, sim, complementares. Acompanhando o desenvolvimento econômico mineiro do século XVIII se foi constituindo uma dinâmica atividade agrícola, sobretudo no sul da capitania, com base no trabalho escravo, cujo excedente abastecia a região central.

Ao contrário do que se observou no restante da América portuguesa, a atividade agrícola em Minas não se enquadrava no sistema *plantation*. Sendo este, como se sabe, caracterizado pela monocultura que, através do trabalho escravo, se orienta exclusivamente à exportação. Em comum, a produção mineira, de fato, também se utilizava do trabalho escravo. Contudo, monocultura e exportação não lhe caracterizavam de forma alguma.

Em relação ao que se produzia na fazenda mineira, Paula (2001, p. 8) descreve que esta combinava a mina (no caso da região central) com a produção de açúcar e o engenho (atividade que, no contexto da colônia se voltava à exportação, mas não neste caso), com cachaça e com gêneros básicos essenciais. Neste sentido, a diversificação da produção é a característica marcante, sempre, vale ressaltar, voltada à subsistência. Os excedentes acabaram por constituir um dinâmico sistema mercantil a partir de então.

Enquanto persistia a extração de ouro aluvial, o excedente produzido no sul da capitania – corresponde ao atual sul do estado de Minas Gerais - se destinava à região central – composta pela região de extração, como as cidades de Mariana e Ouro Preto. Com o esgotamento da extração dos rios, observou-se a persistência da

extração de ouro por via subterrânea e o gradual desmanche daquele que havia sido o centro dinâmico da economia mineira e, acima disso, da própria colônia. O excedente do sul, neste momento, redireciona-se ao crescente mercado do Rio de Janeiro.

A partir da segunda metade do século XVIII, mais especificamente a partir da década de 1770, a economia do ouro entra em rápido declínio. Primeiramente, reiterando, com o esgotamento da extração aluvial e, em um segundo momento, com o esgotamento da extração subterrânea, a qual já não era tão rentável quanto a primeira. Por terem imobilizado quase todo seu capital na extração mineral, sobretudo a partir da compra de escravos, alguns dos empresários das minas passaram, literalmente, a atuarem eles próprios como faiscadores, conforme descreve Furtado (1958, p.89). Essa perda de capital e produtividade se agravou por dois fatores, descritos também pelo autor: (I) a expectativa da descoberta de novas jazidas; e (II) a impossibilidade de garantir certo nível de rentabilidade a partir do aumento da escala de produção e a diluição dos custos fixos, como fora feito no caso do açúcar, uma vez que, com o esgotamento das jazidas, a produção de ouro tendia a zero.

A partir do esgotamento deste que fora o centro dinâmico da economia da capitania e da colônia, ocorre um fluxo de capitais e pessoas, inclusive escravos, da região central mineradora para o sul mineiro, onde predominava a agricultura de subsistência, cujo excedente sustentara até então a produção do ouro. Este processo, de deslocamento geográfico e de atividade econômica do centro dinâmico mineiro, é o ponto central deste capítulo, essencial para a compreensão da situação de atraso relativo que Minas Gerais passará a construir ao longo de sua história. Essa percepção de atraso, durante a primeira metade do século XX, pelas elites econômica e política mineiras irá suscitar uma série de tentativas (relativamente fracassadas) de recuperação econômica do estado ao longo do referido século.

Como já citado, a produção de subsistência do sul da colônia mineira², mostrou-se capaz de absorver o choque econômico mineiro, relativo ao exaurimento do ouro. A nova configuração caminhou no sentido de destinar o excedente ao Rio de Janeiro, então em dinâmico desenvolvimento. Segundo Paula (2001, p.9), “o que

² A partir de agora passaremos a nos referir a essa atividade como produção mercantil de gêneros. Paula (2001), ao revés de Furtado (1958) e Godoy (2009), compreende ser incompatível a combinação entre os termos “subsistência” e “mercantil”, sendo essa a leitura que também passaremos a adotar.

parecia uma involução ou regressão econômica para as regiões mineradoras não o era para o sul, pois, já alicerçado na produção mercantil de gêneros alimentícios, voltou-se para fora da capitania, em busca de outros mercados”³.

Pode-se estabelecer o ano de 1808, quando da vinda da família real portuguesa ao Brasil, como a marca para o desenvolvimento da produção mercantil de gêneros em Minas, que figurará como a principal atividade econômica mineira até a terceira quadra do século XIX. Com a rápida expansão e desenvolvimento da capital, esta absorveu a produção que outrora era destinada à região mineradora, tornando possível a realocação de capital e de mão de obra utilizados na extração mineral. Entre 1808 e 1830, quando tem início o ciclo cafeeiro, a produção sulista passa a configurar como a principal atividade econômica de Minas.

Paula (2001) chega a afirmar que, tal qual a mineração foi abastecida pela produção de gêneros em Minas, a colonização do Vale do Paraíba fluminense e o desenvolvimento da produção de café se alimentaram dos excedentes do sul mineiro⁴. Ademais, é necessário atentar para a existência de uma crise no mercado marítimo de mercadorias avaliadas em ouro e com destino à Europa, de modo a estimular as trocas econômicas internas. Com efeito, Minas e o Brasil só serão reinseridos no comércio internacional através da produção e comercialização do café.

Esta transição de centro dinâmico mineiro é caracterizada por Godoy (2009, p.91) por estar “certamente nos marcos de uma formação econômica pré-capitalista”. Tal assertiva se sustenta, em primeiro lugar, pela persistência do uso da mão de obra escrava em Minas Gerais até 1888, quando da abolição da escravatura pela Lei Áurea, e, em segundo, por não se poder caracterizar a existência de um mercado nos moldes de uma economia capitalista. Caminhando para esta mesma interpretação:

Uns poucos decênios foram o suficiente para que se desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos numa economia de subsistência, espalhados por uma vasta região em que eram difíceis as comunicações e isolando-se os pequenos grupos uns dos outros. Essa população relativamente numerosa encontrará espaço para expandir-se num regime de subsistência e virá a constituir um dos principais núcleos demográficos do país. Neste caso, como no da economia pecuária do Nordeste, a expansão demográfica se

³ O norte mineiro, tendo se especializado na produção de algodão, também pode ser considerado indiferente à regressão econômica experimentada pela região central.

⁴ Acerca da produção mineira de então, também merece destaque a do tabaco produzido em Baependi e exportado para outras regiões brasileiras.

prolongará num processo de atrofiamento da economia monetária. (FURTADO, 1958, p. 89).

Como discutido, durante o ciclo econômico do ouro a região central da capitania mineradora era não só capaz de polarizar com demais regiões da capitania, como também com outras regiões brasileiras - caso da pecuária e da mula no sul. Godoy (2009, p. 91) propõe uma interpretação que se faz relevante para o presente estudo, no sentido de compreender as causas do atraso relativo de Minas Gerais, dos diagnósticos produzidos e das políticas estaduais implementadas no século XX. Com o desenvolvimento da produção mercantil de gêneros ocorreu um movimento de diversificação da economia mineira, em termos de atividades, e de alargamento da fronteira produtiva - para o sul e para o norte da província, neste caso se tratando da produção algodoeira.

Concomitantemente a esse alargamento, a região central continua a polarizar as demais regiões mineiras, sendo a mineração a principal atividade econômica, capaz de irradiar a expansão produtiva para outras atividades e regiões. Contudo, com o esgotamento aurífero esta referência se perde. Com o deslocamento do centro dinâmico mineiro para o sul, passa a não mais haver uma região capaz de polarizar o restante da colônia. Godoy (2009, p.91) descreve este processo como uma “conversão de um movimento centrípeto, predominante até a terceira quadra do século XVIII, de procura pelo centro de Minas Gerais, pelos espaços da mineração, em um movimento centrífugo, de procura pela fronteira, de alargamento da fronteira”.

O que se verificou no século XVIII, em outros termos, foi a consolidação de um processo de regionalização. Passa a vigorar, a partir de então, um forte grau de descentralização econômica no território mineiro, sendo formados sistemas econômicos sub-regionais com maior ou menor grau de autonomia. Neste sentido, a diversidade passará a constituir uma marca na formação econômica e social mineira - o que, em parte, já seria garantido pelas diferenças geográficas de Minas.

As exportações mineiras de gêneros para o Rio de Janeiro acabaram por formar dois polos de comércio atacadista - pelos quais, inclusive, passavam exportações de Goiás e Mato Grosso - São João del-Rey (principalmente gêneros alimentícios) e Barbacena (principalmente exportações de algodão). Da acumulação de capital advinda da produção cafeeira (concentrada na Zona da Mata) e em uma

relação de causação circular⁵ com a expansão ferroviária nasceu o surto industrial de Juiz de Fora. Com o declínio desta produção e da região o grosso da atividade econômica volta a se concentrar na região central de Minas Gerais, desta vez na capital Belo Horizonte. De toda a sorte, do modo como a economia do ouro, espacialmente concentrada no centro da capitania, exercia atração sobre os outros espaços regionais mineiros, para além de se constituir no mais importante polo do mercado interno colonial, essa polarização nunca mais será alcançada (GODOY, 2009, p. 92).

Ao se abordar, neste capítulo, o ciclo aurífero e a transição para a produção mercantil de gêneros se pretende destacar, como uma das causas do atraso relativo mineiro, a desagregação do território mineiro, espacial e economicamente. “No presente, Belo Horizonte não polariza o conjunto do estado, pois boa parte do Sul de Minas, do Triângulo e da Zona da Mata é polarizada por outras metrópoles regionais, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo” (GODOY, 2009, p.92).

Ao analisarmos a história econômica de Minas Gerais ao longo dos oitocentos até a inserção do estado no processo de industrialização nacional, nas décadas de 1940 e 1950, percebemos que Minas não teve um crescimento econômico homogêneo, em que uma determinada região pudesse articular e liderar as outras regiões, no sentido de integração de seu mercado. Todavia, o que ocorreu em Minas Gerais foi um crescimento desarticulado e descontínuo, na qual a integração de suas microrregiões, no plano econômico, não foi estimulada. (PAULA, 2001, p. 1).

Pois bem, compreendida transição do ciclo do ouro para a economia mercantil de gêneros, cabe o questionamento da razão, ou das razões, de não ter se desenvolvido, em Minas Gerais, uma dinâmica atividade manufatureira capaz de absorver o choque do exaurimento aurífero. Consideradas as dificuldades de importação durante ciclo do ouro, com as determinações geográficas e precariedade do sistema de transportes, o natural a se esperar seria o desenvolvimento manufatureiro na própria capitania. Este não ocorreu, em primeiro lugar, devido, como já exposto, à alta rentabilidade da extração mineral. Em termos de vantagens comparativas e custos de oportunidades, não valeria a pena, à época, investir na

⁵ Esta expressão será melhor apresentada adiante. Apenas para adiantar, compreende-se que o capital acumulado da produção cafeeira bancava a expansão ferroviária, ao passo que esta expansão estimulava o aumento da produção, uma vez que reduzia os custos de transporte e alargava os lucros econômicos.

manufatura ante os retornos propiciados pelo ouro. O resultado na região central da capitania, pois, foi a concentração em atividades próprias da extração do ouro.

Em segundo lugar, verifica-se uma disposição da metrópole em impedir o desenvolvimento manufatureiro na colônia⁶. Em terceiro lugar, Furtado (1958, p. 83) atenta para a falta de qualificação técnica dos imigrantes portugueses do período para o desenvolvimento da manufatura. Durante o século XVII Portugal chegou a experimentar certo desenvolvimento da atividade, a partir, segundo o autor, da imigração de obra especializada. Este desenvolvimento cessou em 1703, com o acordo de Methuen⁷. Furtado (1958, p. 84) defende que, houvesse mão de obra especializada residente na colônia neste período, a resposta à demanda por manufaturas teria suscitado uma experiência industrializante em território mineiro. Como exemplo, o autor cita o caso do ferro:

Exemplo claro disso é o ocorrido com a metalurgia do ferro. Sendo grande a procura desse metal numa região onde os animais ferrados existiam por dezenas de milhares - para citar o caso de um só artigo - e sendo tão abundantes o minério de ferro e o carvão vegetal, o desenvolvimento que teve a siderurgia foi o possibilitado pelos conhecimentos técnicos dos escravos africanos. Se se compara, por exemplo, essa experiência com a dos EUA, que na mesma época se transformaram em exportadores de ferro para a Inglaterra, torna-se evidente que o que faltou ao Brasil foi a transferência inicial de uma técnica que não conheciam os imigrantes. (FURTADO, 1958, p. 89).

Ao se tratar da consolidação da economia mercantil de gêneros como centro dinâmico da economia mineira, discutiu-se que essa atividade somente foi capaz de absorver o choque relativo ao fim do ciclo do ouro pois já produzia excedentes para a região central, tendo apenas transferindo esse excedente para a capital Rio de Janeiro. Deste modo, não se poderia esperar que capitais e mão de obra da extração do ouro se transferissem para a manufatura, uma vez que esta não apresentava o mesmo grau de estruturação da agricultura mineira. Não apresentava, em parte, pois não contava com mão de obra especializada para tal. A incapacidade portuguesa, argumenta Furtado (1958, p. 86) se deveu em grande parte pela rentabilidade da mineração de ouro. Evidente que, com o passar do tempo, a relação

⁶ Para mais informações consultar Celso Furtado (1958, p.83).

⁷ Também denominado Tratado dos Panos e Vinhos, estabeleceu uma relação de exclusividade entre Inglaterra e Portugal, no qual a primeira só poderia consumir vinhos de origem portuguesa, ao passo que o segundo se comprometeria a importar os tecidos ingleses. Considerando o peso da manufatura têxtil no contexto da Revolução Industrial, este pode ser considerado um dos fatores para a referida incapacidade técnica portuguesa e, também, para seu atraso econômico relativo que viria a ser consolidado.

com a Inglaterra, que exportava produtos de maior valor agregado (manufaturas), se mostrou desfavorável a Portugal. Contudo, este desequilíbrio foi encoberto pelo ouro advindo da colônia, não suscitando o anseio pelo desenvolvimento manufatureiro. Não havendo se preparado para substituição das importações de tecidos ingleses, Portugal não ingressou na Revolução Industrial em sua fase inicial e não disponibilizou à sua colônia mão de obra especializada.

Sobre essa possibilidade específica de transferência dos recursos empregados na mineração de ouro para uma industrialização nascente, que não se observou no Brasil, Furtado (1958, p. 88 e 89) descreve o caso da Austrália:

Na Austrália, três quartos de século depois, o desemprego causado pelo colapso da produção de ouro constituiu o ponto de partida da política protecionista que tornou possível a precoce industrialização desse país. A necessidade de absorver o enorme excedente de mão-de-obra que se foi criando à medida que diminuiu a produção de ouro - problema tanto mais grave quanto os setores lanífero e agrícola haviam introduzido técnicas poupadoras de mão-de-obra no período anterior para poder subsistir contribuiu para formar no Estado de Vitória uma consciência de que só a industrialização poderia resolver o problema estrutural da região. (FURTADO, 1958, p. 88 e 89).

Outro fator que culminou na não absorção do choque econômico pela manufatura se deve à predominância do trabalho escravo em Minas. Acerca deste, existe uma certa divergência na literatura acerca de sua distribuição por atividade econômica, se voltada ou não à exportação. O ponto comum entre essas diferentes leituras, aponta de Paula (2001, p. 31) diz respeito ao argumento proposto por Wakefield para explicar a preponderância da mão de obra escrava em Minas Gerais, o maior sistema escravista brasileiro ao longo do século XIX. Em síntese, o autor compreende ser a escravidão necessária no período em questão pelo fato de haver escassez de mão de obra livre para atuar na mineração, na economia de subsistência, e na cafeicultura voltada à exportação⁸.

Já para Roberto Borges Martins (1982, p. 51), o grosso da concentração da mão de obra escrava não se encontrava na mineração ou, mais tarde, na lavoura de café, e sim na economia mercantil de gêneros. Em outros termos, Martins aponta que a economia mineira do século XIX não se concentrava em atividades voltadas à exportação, mas, isto sim, à subsistência e ao mercado interno. Ademais, os escravos

⁸ A este respeito, confirmando o argumento de Wakefield, de Paula (2001, p.31) afirma que “o camponês livre aceitava tarefas ocasionais, ou mesmo alguns empregos de natureza mais independente, como os de vaqueiros ou tropeiros – entretanto, não havia como persuadi-lo a se engajar, numa base permanente, para trabalhar para os outros, com “constância e em combinação”.

também teriam sido empregados também na pecuária e em atividades artesanais e manufatureiras.

Neste sentido, a linha defendida por Martins (1982, p. 51) argumenta que compreender a história da escravidão em Minas Gerais como uma transição do trabalho escravo empregado na mineração para seu emprego na atividade cafeeira constitui grave equívoco, uma vez que “a grande maioria dos escravos mineiros no século XIX nunca esteve numa mina nem numa fazenda de café. No início da década de 1870, o contingente de escravos em Minas não engajado na (...) exportação era mais numeroso que a população escrava total do Rio de Janeiro ou de São Paulo” (PAULA, 2001, p.29).

Robert Slenes (1985, p. 39), em uma outra perspectiva, considera que a mão de obra escrava só se fez tão presente e relevante na economia mineira, apresentando o maior contingente de escravos brasileiro, devido ao caráter mercantilizado desta economia. E essa integração na esfera do mercado não teria se dado, evidentemente, no âmbito da subsistência, e sim nos setores voltados à exportação, mineração e café. Slenes (1985, p. 39) admite que o alto custo de importações no século XIX possa ter estimulado a produção interna mineira e que tenha, nesta atividade voltada ao mercado interno, empregado a escravidão; contudo, teria sido o peso do setor de exportação da província o principal responsável pela predominância da mão de obra escrava. Segundo o referido autor, apesar de, à época da mineração (aluvial), esta atividade não exigir grande quantidade de mão de obra, fazendo com que a maior parte da mão de obra escrava se distribuisse pela agricultura, era o ouro o centro dinâmico da economia mineira, de tal sorte que ele responderia pelo emprego do trabalho escravo em larga escala.

Conforme pode ser observado pela Tabela 1, o maior contingente de escravos na economia mineira se concentrou, durante o período analisado (1873 a 1886) nas regiões metalúrgica e matense. Considerando que a primeira é o espaço geográfico da mineração, ao passo que a segunda da produção cafeeira, há que se compreender que, mesmo não atuando diretamente em atividades exportadoras, o trabalho escravo mineiro girou em torno das mesmas durante o século XIX. Neste sentido, parece reforçar a leitura realizada por Slenes.

Tabela 1 – Minas Gerais: população escrava por regiões 1873-1886

Regiões	1873	1880	1884	1886	% da população
---------	------	------	------	------	----------------

									livre em 1873
	Escravo	%	Escravo	%	Escravo	%	Escravo	%	-
Metalúrgica- Mantiqueira	95.401	24,9	63.16	19,5	51.82	17,3	49.436	17, 3	24,7
Mata	100.776	26,3	100.248	30,9	106.939	35,8	104.36	36, 4	16,8
Sul	81.511	21,3	71.682	22,1	63.982	21,4	61.27	21, 4	19
Alto Paranaíba	18.493	4,8	11.616	3,6	10.443	3,5	9.998	3,5	5,2
Oeste	33.711	8,8	29.806	9,2	24.44	8,2	23.152	8,1	10,1
Triângulo	7.966	2,1	9.436	2,9	5.921	2	5.522	1,9	2,1
São Francisco-M. Claros	7.983	2,1	8.325	2,6	7.574	2,5	7.411	2,6	4,9
Paracatu	2.639	0,7	1.714	0,5	1.587	0,5	1.548	0,5	1,9
Jequitinhonha- Mucuri- Doce	34.16	8,9	28.551	8,8	26.225	0,8	23.794	8,3 10	15,2
Minas Gerais	382.64	100	324.538	100	298.931	100	286.491	0	100

Fonte: Paula, 2001, p. 35.

Deste modo, compreendida a preponderância da mão obra escrava em Minas, a incapacidade técnica dos imigrantes portugueses para o desenvolvimento da manufatura na colônia, a concentração de capital na extração aurífera, dadas sua maior rentabilidade, e os embargos portugueses à manufatura colonial, pode-se perceber as raízes de um dos elementos do atraso relativo mineiro: a transição da economia aurífera para a economia de gêneros de primeira necessidade, abdicando da possibilidade de experiência primeira de industrialização na região.

O outro elemento do atraso relativo diz respeito à desarticulação do polo econômico regional mineiro, de tal sorte a criar espaços autônomos, dificultando as trocas econômicas internas e, em última instância, contribuindo para a marcante desigualdade regional ainda persistente em Minas Gerais.

2.1 A incipiente e rudimentar experiência industrial mineira no século XIX

A breve análise econômica da história mineira percorrida neste capítulo pretendeu identificar, através da literatura acerca do período, os principais fatores do século XIX que podem explicar o atraso econômico relativo que se foi constituindo em Minas Gerais ao longo do tempo. Notadamente, a transição do centro dinâmico da economia mineira da extração aurífera para a economia mercantil de gêneros, e não

para a atividade manufatureira, de maior valor agregado, constitui uma das referidas causas identificadas. Contudo, compreender que a indústria não assumiu a frente da economia mineira a partir da exaustão aurífera não implica em refutar a existência dessa ainda no período dos oitocentos.

A existência e um estudo detalhado desse setor industrial incipiente são trabalhados por Paula (2001, p. 59). Segundo o autor, o padrão das atividades deste ramo existente em Minas no século XIX é caracterizado, por um lado, por sua concentração na região central, impulsionadas pela extração de ouro, e, por outro, pelo baixo nível tecnológico atrelado. A exceção a este caráter rudimentar foi justamente a extração aurífera subterrânea, que contou com o recebimento de investimentos, técnicas e tecnologias estrangeiros, notadamente ingleses. Foram três os ramos industriais de destaque no período: mineração aurífera subterrânea, siderurgia e indústria têxtil.

Se outrora a atividade aurífera se caracterizava, na leitura de Furtado (1958, p. 40) fazendo uma contraposição à atividade açucareira, que fora o centro dinâmico da economia colonial, pelo seu relativo baixo capital inicial demandado, com elevado retorno, a partir do esgotamento da extração aluvial tais diferenças minguaram.

Esgotada a possibilidade de extração aurífera aluvial, em especial na década de 1770, a atividade transitou gradualmente para a extração subterrânea, com diferentes características produtivas e perfil de investimento. Grande capital e contingente de mão de obra eram requeridos no novo perfil de extração, de modo que a rentabilidade do negócio apenas poderia ser mantida pela produção em larga escala, de sorte a diluir os elevados custos fixos, relativos, principalmente, à tecnologia empregada.

Vamos ao perfil desse empreendimento. Para bancar os altos investimentos necessários, fez-se presente considerável contingente de recursos estrangeiros, sobretudo ingleses. Paula (2001, p. 68) afirma que “entre os anos de 1824 e 1833/1834, pelo menos seis sociedades concessionárias inglesas efetivamente iniciaram suas operações em território mineiro”. Estima-se, segundo consta no referido estudo, que durante quatro décadas, a participação inglesa na extração do ouro em Minas Gerais tenha superado a extração nacional na província, conforme expresso na Tabela 2:

Tabela 2 – Participação de vários empreendimentos na produção aurífera da Província de Minas Gerais entre 1820/1860

Empreendimento	Produção libra/peso	% produção mineira da produção de companhias inglesas	% da produção global
<i>Imperial Brazilian Mining Association</i> (Gongo Soco, Cata Preta, Água Quente) 1825-1856	35.364	39,0	20,6
<i>National Brazilian Mining Association</i> (Cocais) 1833-1860	557	0,6	0,3
<i>St. John D'el Rey Mining Company</i> (Morro Velho) 1835-1860	51.631	56,9	30,1
<i>Brazilian Company</i> (Cata Branca) 1840-1844	3.167	3,5	1,8
Produção Contabilizada de Cias Inglesas, 1825-1860	90.719	100,0	52,8
Conjunto de 10 outras minas exploradas por associações estrangeiras ou nacionais (estimativa), 1820-1860	1.000	-	0,6
Outras minerações nacionais e faiscadores (estimativa) 1820-1860	80.000	-	46,6
Produção Global 1820-1860	171.719	-	100,0

Fonte: Paula, 2001, p. 70.

Em relação à mão de obra empregada nessa atividade, Libby (1988, p.285), aponta a predominância do uso do trabalho escravo, contudo, escravo este alugado. Segundo Paula (2001, p. 72):

Apesar de uma solução nada barata, foi a única encontrada pelos investidores estrangeiros para superar o problema da mão-de-obra. Somente a indústria da mineração subterrânea era capaz e tinha recursos financeiros para tal empreendimento, dentre os três tipos de indústrias que estamos analisando. Apoiada no capital estrangeiro era única que dispunha de capital suficiente para lançar mão do braço escravo alugado. (PAULA, 2001, p. 72).

Ainda sobre a extração aurífera subterrânea na província de Minas Gerais no século XIX, a entrada de investimentos estrangeiros veio acompanhada da introdução de técnicas administrativas modernas, bem como de tecnologia de ponta para a época, caso do maquinário empregado na atividade. É neste sentido que se verifica uma substancial alteração no padrão de extração do ouro, ao ponto de Paula (2001, p. 68) afirmar que se imprimiu um perfil propriamente fabril à atividade extrativista, direcionando os trabalhadores ao ritmo de produção das máquinas e aproximando a economia deste mercado específico ao processo produtivo europeu. Por este motivo é que se afirmou anteriormente que o caso do ouro foge à regra do perfil rudimentar da atividade industrial mineira nos oitocentos.

Segundo as análises de Libby, se uma mina aurífera não constituía propriamente uma fábrica, a organização de sua exploração poderia perfeitamente ser comparada às organizações fabris contemporâneas de maior complexidade. A aplicação de máquinas à mineração viabilizou a exploração de grandes e profundas minas, e essas máquinas acabaram impondo seu ritmo ao trabalho humano, assim introduzindo na mineração aurífera a dinâmica do sistema fabril (PAULA, 2001, p. 68).

Nesta linha, pode-se observar uma experiência modernizadora da produção industrial, nestes termos, na economia mineira do século XIX. Contudo, tal experiência industrializante não foi duradoura, o que já poderia ser observado pela constituição da economia mercantil de gêneros como centro dinâmico em Minas. Primeiramente, há que se observar o caráter intrinsecamente finito da extração de ouro. Findadas as reservas, as atividades também foram encerradas. Em segundo lugar, Paula (2009, p. 72) identifica o grande número de empresas no ramo, responsável pela dispersão do capital aplicado⁹. Como já explicitado, ante os altos custos fixos de produção, tanto da tecnologia quanto da mão de obra (escravo alugado) aplicadas se fazia necessária uma produção em escala. Portanto, a dispersão do capital levou à inviabilidade financeira dos empreendimentos. Apesar do caráter desenvolvido, não constituiu a extração subterrânea aurífera mineira, a partir do trabalho escravo e do capital estrangeiro, o ponta pé para uma experiência mais sólida e duradoura de desenvolvimento industrial e, em última medida, econômico, da província.

⁹ Paula (2009, p.72) associa essa dispersão à movimentação especulativa no mercado financeiro inglês.

Como apontado no início desta seção, as experiências industrializantes na província de Minas Gerais no século XIX estiveram intimamente associadas à extração aurífera. No caso específico da siderurgia, foi com a introdução de novas técnicas para a extração subterrânea do ouro que o produto dessa atingiu uma demanda em escala, direcionando capital e mão de obra para o setor.

Acrescentavam-se à referida demanda outras condições específicas que fizeram a siderurgia prosperar. Em primeiro lugar, há que se destacar o isolamento geográfico da região central da província, agravado pela precariedade dos sistemas de transporte então existentes. Potencializando esse ensejo pela produção metalúrgica interna, a conjuntura do século XIX em que se desenvolveu a siderurgia era marcada pelo elevado preço da importação dos produtos necessários à extração aurífera (PAULA, 2001, p.59). Da conjunção desses três principais fatores estimulantes – demanda interna, isolamento geográfico e alto custo de importações – nasceu a segunda vertente manufatureira mineira, o que pode ser verificado pela ampliação do número de fundições em território mineiro durante cerca de seis décadas, a partir de 1820. Tal expansão é também apresentada por Paula (2001, p. 60), conforme se pode observar pela Tabela 3.

Tabela 3 – Número estimado de fundições de ferro em Minas Gerais 1821-1893

Ano	Número de fundições
1821	31
1853	84
1855	64
1864	120
1880	110
1881	120
1883	80
1893	100
1893	4 usinas, 51 forjas

Fonte: Paula, 2001, p. 60.

Assim como ocorreu no caso da extração subterrânea do ouro, o setor siderúrgico que se desenvolveu em Minas no decorrer do século abordado fugia aos padrões tradicionais de produção. Paula (2001, p.61) descreve que “o próprio processo de fundir o ferro exigia uma quantidade de mão de obra que ultrapassava os limites da oficina artesanal”. E, também caracterizando um processo semelhante ao tipicamente industrial moderno, o emprego dessa mão de obra lançou mão de marcante divisão e especialização nas realizações das tarefas. Por fim, a posse das siderúrgicas pertencia a empresários, não envolvidos na realização operacional dos trabalhos, não havendo, portanto, confusão entre capital e trabalho.

Porém, não se pode desconsiderar que a siderurgia nasceu e se desenvolveu no contexto de uma colônia, e ao final império, escravistas. A mão de obra empregada, portanto, não fugiu a essa realidade. Esta característica, por sua vez, afastava o empreendimento mineiro oitocentista da moderna indústria europeia. No que diz respeito à especialização da mão de obra e uso do trabalho escravo, Libby (1988, p.136) destaca que o conhecimento dos escravos relativos à siderurgia foi essencial para o surgimento e desenvolvimento produtivo do setor.

Considerados esses alicerces abordados para o desenvolvimento siderúrgico em Minas Gerais, pode-se lançar mão dos mesmos para compreender o declínio do setor ao final do século. Com a abolição da escravidão em 1888 a atividade perdeu seu principal componente de mão de obra e detentor dos conhecimentos especializados.

Ao mesmo tempo, o largo uso do trabalho escravo e, em particular, do escravo especializado, “liberou” o homem livre do esforço de aprender a arte de fundir o ferro, em especial os proprietários das forjas, que pelo menos algum capital poderiam ter investido em melhoramentos tecnológicos, caso estivessem inteirados do funcionamento das fundições (PAULA, 2001, p. 62).

Por outro lado, o isolamento geográfico que outrora beneficiara a siderurgia veio a se desconfigurar a partir do desenvolvimento malha ferroviária, de modo a submeter os empreendimentos rudimentares mineiros à concorrência externa. Em relação ao mercado a que se destinava a siderurgia, como abordado anteriormente se tratava da extração aurífera subterrânea, a qual entrou em processo de declínio

acentuado a partir de 1870. Apesar de mostras de ampliação do mercado, essa não se fez suficiente¹⁰.

Concluindo a experiência siderúrgica, o uso da mão de obra escrava e de técnicas rudimentares não persistiu à virada para o século XX, o que em grande medida caracteriza toda a experiência industrial mineira dos oitocentos aqui abordada.

Com a queda do Império, as pequenas fundições foram desaparecendo e o rápido e quase total fracasso da tentativa de instalação de usinas durante a década de 1890 condenou Minas Gerais a esperar mais três décadas para ver renascer a realização de sua vocação siderúrgica. (PAULA, 2001, p. 61).

Agora, tratando da experiência industrial têxtil mineira no século XIX, esta se enquadra no padrão definido no início da seção, o de se desenvolver de modo complementar à extração aurífera. Portanto, a concentração das indústrias têxteis, dadas as dificuldades de transporte, haveria de ser na região central de Minas, o que pode ser observado pela Tabela 4, extraída de Paula (2001, p.69). Das 15 fábricas fundadas entre 1872 e 1887, 40% o foram na região central de Minas.

Tabela 4 – Fábricas têxteis fundadas em Minas Gerais 1872/1876-1887

Fábrica	Localização por zona	Ano de fundação
Cedro	Centro	1872
Brumado	Centro	1872
Machadense	Sul	1872
Cachoeira	Norte	1876
Béri-béri	Leste	1877
Itabirana	Centro	1879
Marzagão	Centro	1880
Sr. Bom Jesus da Água Fria	Leste	1881
Fábrica Montes Claros	Norte	1882
Cassu	Triângulo	1882
São Sebastião	Norte	1884
São Silvestre	Mata	1885
Industrial Mineira	Mata	1885
Cachoeira dos Macacos	Centro	1886
Meriense	Centro	1887

Fonte: Paula, 2001, p. 64.

O escravo empregado na mineração passou a ter sua vestimenta, do tipo pano grosso, abastecida pela nascente indústria têxtil mineira. Em um primeiro momento, pela atividade doméstica, de mulheres e suas filhas, que excedia o autoconsumo. Com a ampliação da escala nasceu este novo ramo industrial mineiro

¹⁰ De Paula (2001, p.60) destaca o papel da agricultura e das tropas como consumidora dos produtos siderúrgicos.

no século. Contudo, Libby (1986, p.186) atenta que ambas ramificações coexistiriam durante os oitocentos. Não sendo, portanto, excludentes.

Além da demanda regional, outros fatores que estimularam o desenvolvimento da atividade foram o isolamento geográfico e as limitações às importações – ambos comuns à indústria siderúrgica. Associado à limitação de importações, a conjuntura econômica nas décadas de 1860 e 1870 estimulou a ampliação da produção e do número de empresas no ramo. Esta situação é descrita por Paula (2001, p. 63).

A expansão monetária durante os anos da Guerra do Paraguai, associado a um aumento das tarifas de importação, teria estimulado a produção industrial. A manutenção das tarifas de importação e uma valorização cambial resultante das medidas de política monetária restritivas implementadas no pós-guerra teriam, por sua vez, favorecido a expansão dos investimentos nos primeiros anos da década de 1870. Isto posto, ocorreu um surto de investimentos no setor têxtil identificado nos anos de 1870-1875 (PAULA, 2001, p.63).

Em contraposição à siderurgia e à própria mineração, a indústria têxtil mineira do período não se valeu do uso do trabalho escravo. Pelo contrário, Oliveira (1993, p.14) descreve que foi justamente a partir do conhecimento do colono acerca da produção de panos, para autoconsumo, que nasceu a produção doméstica, da qual floresceu a indústria. Este elemento, vale notar, aproxima a experiência mineira oitocentista da moderna indústria europeia: trabalho livre assalariado.

Outro fator que afasta a experiência têxtil do século XIX do empreendimento siderúrgico é o perfil de investimento. Se neste caso foi essencial o papel do investimento estrangeiro, sobretudo inglês, acrescido de técnicas administrativas e tecnologias importadas, na produção de panos o capital foi constituído, sobretudo, local. Famílias e residentes na região das produções têxteis direcionaram seus recursos às atividades.

Contudo, se constituída por capital doméstico e trabalho assalariado, não se pode afirmar ter havido caráter tecnológico na produção têxtil mineira de modo a equipará-la à produção europeia. Pelo contrário, a produção de panos tem a rudimentariedade como sua marca. Dada a demanda existente e a lucratividade, as atividades persistem até as três últimas décadas do século XIX (GIROLETTI, 1993, p.23).

Concluindo, o que se pode observar a partir da descrição da experiência industrial mineira no século XIX é que esta constitui um sistema, em regra, rudimentar,

no qual, à exceção da indústria têxtil, lançou mão do trabalho escravo. Ademais, concentrou-se na região central da província e se desenvolveu às margens da extração aurífera. Não se verificou no período dos oitocentos uma indústria sólida capaz de absorver o choque do exaurimento das reservas de ouro. Somado a este fato, a abolição da escravidão determinou a descontinuidade da indústria mineira. Pode-se compreender melhor agora a transferência de capital e trabalho do ouro para a economia mercantil de gêneros, tornando-a o centro dinâmico da economia mineira e direcionando Minas Gerais a seu atraso relativo que será percebido, notadamente na comparação com São Paulo, no século XX.

Por fim, não se pode atribuir, ainda, a desvantagem mineira ao processo de concentração industrial de São Paulo. A este respeito, Cano (1975, p. 24) declara em que, apesar de essencial para compreender a desigualdade regional brasileira, o desenvolvimento de São Paulo só é capaz de contribuir para o debate a partir do final do século XIX e início do século XX. Evidente que, como aponta o autor, a estruturação de uma economia com traços capitalistas antecede ao último século.

Daí decorreu seu processo de concentração industrial, e, já antes de 1930, sua estrutura industrial era a mais avançada do país, contando, inclusive, com um incipiente compartimento produtor de bens de produção, instalado com vistas ao mercado nacional. Daí se estabeleceu, desde cedo, uma relação de forte predominância do complexo econômico paulista sobre as demais regiões do país, imprimindo-lhes, em grande medida, uma relação comercial de “centro-periferia”. (CANO, 1975, p.24).

3 A FORMAÇÃO DO COMPLEXO CAFEEIRO DA ZONA DA MATA E O SURTO INDUSTRIAL DE JUIZ DE FORA

3.1 Introdução

Cano (1975, p. 23), na introdução de seu clássico *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, critica os diversos estudos até então produzidos acerca das desigualdades regionais das mais variadas regiões brasileiras, destacando o foco muitas vezes errôneo dado na tentativa de compreender tais disparidades. Por um lado, foram realizados trabalhos tendo por fio condutor a percepção de que São Paulo, ao concentrar a produção industrial em termos quantitativos e qualitativos – neste caso a manufatura de maior valor agregado –, teria suscitado uma deterioração nos termos de troca a nível nacional. Por outro lado, o autor aponta estudos que demasiadamente focaram em eventos históricos internos na tentativa de compreender a dinâmica da desigualdade regional. Talvez tenha sido a grande contribuição de sua

obra o foco de estudo adotado para a compreensão das desigualdades regionais brasileiras. Isso foi feito associando a constituição de traços de uma economia capitalista ao processo de industrialização, fato que ocorreu precocemente no estado de São Paulo, explicando, em parte, a conseqüente concentração industrial.

Não se trata, como poderia parecer, de analisar apenas a atividade cafeeira em São Paulo, antes de 1930, mas sim, de verificar o desenvolvimento de relações capitalistas de produção aí vigentes e a formação de um complexo econômico: o complexo capitalista cafeeiro de São Paulo. (CANO, 1975, p.23).

O esforço deste capítulo vai ao encontro do caminho apontado pelo referido autor, ou seja, busca-se aqui compreender por que razões nas décadas finais do século XIX e iniciais do século XX Minas não experimentou uma industrialização nos mesmos níveis observados em São Paulo. Entender por que certas relações capitalistas não se desenvolveram em Minas Gerais representa o foco central do capítulo 3.

Dentro da perspectiva aqui adotada, dividindo a história econômica de Minas Gerais em ciclos de atividades e destacando o deslocamento espacial do eixo polarizador, deve-se salientar que a atividade e a região que sucederam à extração aurífera na região central foram a produção cafeeira e a zona da mata, nas proximidades do Rio de Janeiro. Trata-se de um processo gradual, intermediado pela produção mercantil de gêneros no sul de Minas, conforme assinalado no capítulo anterior.

A produção cafeeira, conforme apresenta João Heraldo Lima (1977, p. 7), ganha destaque em Minas por volta de 1819. Tal atividade supera a produção de algodão entre 1829 e 1830, entrando em decadência no início do século XX. A concentração dessa se deu na zona da mata. Sob estes critérios foram definidas a focalização temporal e regional do estudo acerca do ciclo café mineiro, conforme evidenciado pela Tabela 5.

Tabela 5 – Participação da produção cafeeira da Zona da Mata na produção do estado de Minas Gerais 1847/1962

Período	Produção de arrobas em Minas Gerais	Produção de arrobas na Zona da Mata	%
1847/48	745.831	743.707	99,77
1850/51	900.264	869.184	99,76
1886	5.776.866	4.316.067	74,71
1888	5.047.600	4.433.800	87,83
1903/04	9.404.136	5.993.425	63,73

1926

12.793.977

9.105.543

71,7

Fonte: Pires, 2005, p. 22.

Segundo visão predominante da historiografia econômica até o início deste século, a principal característica da produção cafeeira que se desenvolveu em Minas no referido período era, em contraste à concentração, a pulverização da propriedade. Tal fato se distinguiria do observado em São Paulo, mais especificamente no Oeste Paulista, no mesmo período. Se este elemento prejudicou a acumulação de capital necessária à inversão para outras atividades econômicas (desestimulando especialização produtiva, divisão social do trabalho, diversificação econômica e, em uma última instância, industrialização) não é ponto pacífico para a literatura voltada para o assunto. Tal controvérsia não é foco do presente trabalho. Contudo, por estar intimamente relacionada à busca de explicações para o atraso relativo mineiro, será abordada no decorrer do capítulo.

Durante a maior parte do século XIX a produção cafeeira do Rio de Janeiro liderou em âmbito nacional, sendo seguida por Minas e, logo atrás, por São Paulo. Somente em 1876 São Paulo ultrapassa a produção mineira e, na segunda metade da década de 1880, passa a liderar nacionalmente. É ponto pacífico o fato de a produção cafeeira de Minas não ter apresentado, no agregado do período de análise (1870-1920, seguindo a periodização adotada por Lima) o mesmo desempenho da produção paulista. Diversos são os fatores que contribuíram para esse distanciamento.

Primeiramente como já assinalado, aponta-se a pulverização das fazendas mineiras de café como barreira ao acúmulo de capital¹¹. Capital este que se fazia necessário tanto para a renovação dos pés de café quanto para a ampliação das áreas de cultivo. Em segundo lugar, São Paulo transitou precocemente do trabalho escravo para assalariado. Minas, ao revés, insistiu por longo período em sistemas intermediários de organização, como foi o caso da parceria. Por fim, o Oeste Paulista constituiu fronteira de alargamento produtivo para o Estado de São Paulo, com maior produtividade da terra, situação com a qual Minas não contou.

Apesar das diferenças apontadas para a compreensão do afastamento entre os níveis de produção paulista e mineiro, ambos guardam também semelhanças. Nos dois casos, paralelamente ao ciclo cafeeiro se observou o

¹¹ Acabaremos por relativizar tal constatação mais adiante.

desenvolvimento de sistema de infraestrutura e industrialização. Ante o aumento da produção, voltada ao mercado externo, e às dificuldades de transporte, até então realizado por mulas, a solução encontrada foi a construção de ferrovias.

Já no que diz respeito à experiência industrial, paralela temporalmente ao ciclo cafeeiro, existe nova controversa entre os estudiosos. De um lado, corrente da qual Lima (1977) e Casca (1979) fazem parte aponta a baixa relação entre capital acumulado pela atividade cafeeira e surto industrializante mineiro. No caso deste último autor, compreende-se que a industrialização de Juiz de Fora estaria associada à construção da Rodovia União e Indústria e à chegada de imigrantes. Na outra vertente, Pires (1993, 2005) associa o capital cafeeiro aos investimentos industriais, com base em fontes de dados até então desconhecidas pela bibliografia. Tal problemática está fortemente relacionada à tentativa de compreensão da constituição do atraso relativo mineiro.

De todo modo, inicialmente há que se destacar a concentração das atividades manufatureiras no município de Juiz de Fora. Por este motivo, a análise do insucesso da experiência industrial se centrará nesse município, o que pode ser justificado pela preponderância do município na produção industrial do estado, conforme a Tabela 6.

Tabela 6 – Relação dos 10 maiores municípios industriais mineiros pelo valor da produção em 1907

Município	Produção de arrobas na Zona da Mata	%
1. Juiz de Fora	8.341	46,81
2. Sete Lagoas	2.541	14,11
3. Belo Horizonte	1.468	8,23
4. Palmira	1.099	6,16
5. Prados	1.044	5,85
6. Ouro Preto	750	4,20
7. S. J. Nepomuceno	744	4,17
8. Ponte Nova	642	3,60
9. Cataguases	632	3,54
10. Baependi	583	3,26
Total	17.816	99,93

Fonte: Pires, 2005, p. 28.

A compreensão da razão de a indústria juiz de forense ter se comportado, em termos de quantidade e qualidade produzidas, aquém da paulista já foi em parte introduzida. Minas demora a desenvolver características capitalistas, a exemplo da

questão da organização do trabalho, não possuindo à época as condições minimamente necessárias para o florescimento de uma indústria de peso e duradoura.

A este respeito, Lima (1977, p. 70) aponta a relação entre os capitais que se constituíram em Minas. Neste estado teria predominado o capital de médio porte, ao passo que em São Paulo o de grande. Consequência última desse fator seria o não desenvolvimento dos setores comercial, financeiro e industrial. Tal discussão se fará presente mais adiante.

Ainda sobre a experiência industrial, recorre-se ao estudo de Casca (1979, p. 109), do qual se pode antecipar:

Foi uma experiência de industrialização bem condicionada. Tanto pelo mercado, pelo número de trabalhadores e tamanho das indústrias, pela sua capacidade de acumulação e reinversão de capital, pela dimensão do mercado de trabalho e pela proporção de operários por indústria, quanto pelas economias de escala possibilitadas infraestrutura existente, pela quantidade de matérias-primas absorvidas, pela disponibilidade de financiamento, pelo volume e valor de sua produção, pelo total de imigrantes recebidos e pela própria capacidade de pressão política da burguesia cafeeira mineira. (CASCA, 1979, p.109).

3.2 O ciclo do café na Zona da Mata

Entre o final do século XVIII, com a decadência do ciclo do ouro, e início do século XIX se processa na Província de Minas Gerais um novo ciclo econômico: a produção cafeeira. Tal fenômeno é contemporâneo e apresenta características similares ao que se verificou no Rio de Janeiro e em São Paulo, nesse caso no Vale do Paraíba. A produção cafeeira paulista, posteriormente, migra para a região oeste da província, onde, com características que lhe são ímpares, atinge seu auge e se associa à experiência mais bem-sucedida, sólida e duradoura de industrialização brasileira até então.

O cultivo do café, conforme descreve-nos Casca (1977), tem início no subúrbio fluminense, em meados do século XVIII. Note-se que não havia para essa nova cultura um conjunto de medidas de incentivo por parte do Estado. Pelo contrário, a disposição governamental de então era a de apoiar o cultivo de chá. Diante de fatores estimulantes convergentes próprios àquela conjuntura, a atividade econômica atravessou as serras da Mantiqueira e do Mar e veio a se instalar na região da zona

da mata mineira, limítrofe ao Rio de Janeiro, percorrendo, para tanto, o Caminho Novo¹².

O consumo do produto se popularizou interna e externamente e, entre o final do século XVIII e início do século subsequente, sua participação no conjunto das exportações ganha peso. No decênio de 1821 a 1830, o café respondeu por 18% do montante das exportações brasileiras. Entre 1831 e 1840, por 43,8%; oscilando pouco negativamente no decênio seguinte, para 41,4%. Da segunda metade ao fim do século, sua participação cresce até atingir, entre 1890 e 1900, 64,5% das exportações nacionais.

Em relação ao conjunto de fatores que estimularam a ascensão dessa cultura parece haver certo consenso na historiografia econômica brasileira. A popularização do café, como já assinalado, rendeu-lhe valorização no mercado nacional e internacional, o que parece ser o principal desencadeador para seu plantio. Lima (1977, p. 2) subdivide em três os principais estimulantes à cultura cafeeira no período em questão: “fácil obtenção de terras apropriadas ao cultivo, abundância de braços que a mineração dispensara e os elevados preços atingidos pelo café”. Casca (1979, p. 109) segue linha semelhante:

Diversas condições internas e externas favoreceram a expansão da cafeicultura: a) aumento da produção de café em virtude de solos mais adequados à cafeicultura e da racionalização da empresa; b) incorporação do café como hábito de consumo e aumento da demanda do produto na Europa e nos Estados Unidos; c) a baixa qualidade do café brasileiro tornando-o mais acessível às massas consumidoras; d) aperfeiçoamento dos sistemas de comercialização. (CASCA, 1979, p.109).

A percepção do impacto inicial da cultura cafeeira para a região da Zona da Mata pode ser obtida através da consideração da dinâmica do crescimento demográfico, conforme segue na Tabela 7. Em 1890 a população matense já representava 2.150% dos 20.000 habitantes em 1822.

Tabela 7 – Crescimento demográfico na Zona da Mata 1822/1872/1890

Ano	População	Índice
1822	20.000	100,00
1872	250.000	1.250
1890	430.000	2.150

¹² Tratava-se, até então, da única ligação existente entre as Províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

Fonte: Pires, 2005, p. 33.

As Tabelas 7 e 8 evidenciam dois reajustes da economia mineira que marcaram a transição do ciclo do ouro para o café, e, portanto, merecem aqui destaque. Em primeiro lugar, como já mencionado, a cultura cafeeira se torna a principal atividade econômica de Minas e a Zona da Mata o centro econômico polarizador. Contudo, há neste intervalo uma transição abordada no capítulo anterior. Do ponto de vista econômico, o que se observou com o declínio da extração aurífera e ascensão de uma economia mercantil de gêneros alimentícios foi a perda de participação do Setor de Mercado Externo (SME), compensada pelos Setores de Mercado Interno (SMI) e Subsistência (SS). O desenvolvimento da atividade cafeeira veio não só a recolocar as exportações em papel de relevo, como também a reinserir Minas Gerais no contexto da economia internacional.

Tabela 8 – Média quinquenal da produção de café em Minas Gerais 1850-1880

Quinquênio	Produção de café (arrobas)	Índice
1850/54	711.732	100,00
1855/59	809.780	144
1860/64	1.150.152	161,5
1865/69	1.973.591	277
1870/74	2.313.954	325
1875/79	2.797.420	393

Fonte: Casca, 1979, p. 22.

Com o fim do ciclo do ouro se deu um movimento de dispersão populacional, do qual a mão de obra, em grande parte escrava, partira da região central da Província para os mais diversos cantos mineiros. Como evidência, tem-se que a população da comarca de Vila Rica, que era composta por 78.618 pessoas, em 1776, decresceu para 75.753 em 1821¹³. Neste sentido, pode-se dizer que a região mineradora se tornou área de expulsão de mão de obra. A Zona da Mata, diz-nos Lima (1977, p. 7), só passa a ser o polo de atração dessa dispersão na medida em que a atividade cafeeira prospera.

A Tabela 9 apresenta a população escrava dos quinze principais municípios cafeeiros da Zona da Mata. Considerando que a população escrava total da província em 1886 era de 286.497 escravos¹⁴, pode-se ter a dimensão da concentração, e, em

¹³ Casca, 1979, p. 15.

¹⁴ Lima, 1977, p. 13.

última medida, da absorção populacional da Mata: o elenco de municípios concentrava 34% da população escrava da província.

Tabela 9 – População escrava absoluta dos 15 principais municípios cafeeiros da Zona da Mata em 1886

Município	População escrava
Além Paraíba	8.029
Cataguases	4.955
Carangola	2.127
Juiz de Fora	20.905
Leopoldina	10.905
Mar de Espanha	11.777
Pomba	6.029
Ponte Nova	4.732
Rio Novo	3.662
Rio Preto	5.410
São João Nepomuceno	4.125
S. Paulo de Muriaé	5.326
Ubá	8.656
Visconde do Rio Branco	1.908
Viçosa	3.042

Fonte: Lima, 1977, p. 13.

Compreendido esses elementos iniciais, referentes à formação da lavoura cafeeira na Zona da Mata e aos reajustes da economia mineira, passemos à periodização e à compreensão das características dessa estrutura produtiva e, em especial, das razões pelas quais a produção mineira tenha ficado consideravelmente aquém da paulista. As próximas linhas tratam dessa tentativa de periodização.

É em 1819 que o café passa a configurar de modo expressivo no conjunto das exportações da capitania mineira, segundo nos informa Lima (1977, p. 2). Neste ano a exportação do produto atingiu a casa de 9.707 arrobas, das quais, vale a pena atentar, 9.256 (95,35%) provenientes de Matias Barbosa, município bem próximo à divisa com o Rio de Janeiro, localizado na Mata. Por sua vez, o produto cafeeiro exportado alcança 15.400 arrobas, no ano de 1820, 22.000, em 1821, e 28.900 no ano da independência.

No início dos oitocentos a configuração dos preços da arroba do café era a seguinte: 3.300 contos de réis em 1810, decaindo para 3.000, em 1818, e subindo para 6.000, em 1820¹⁵. Para efeitos comparativos, assinala-se que a arroba do boi custava, em média, 4.000 contos no período. De toda sorte, considerando os elevados

¹⁵ Lima, 1977, p. 13.

custos de transporte que o escoamento de produção representava¹⁶, pode-se concluir, pela expansão produtiva adentrando a Zona da Mata até o início da década de 1880, que as cotações eram suficientemente altas para cobrir os elevados custos de produção e garantir considerável margem de lucro que justificasse a expansão da fronteira cafeeira. Até o final da década de 1820, destacavam-se os municípios de Matias Barbosa, Mar d’Espanha, Rio Preto e Porto Novo da Cunha.

Os anos de 1829 e 1830 marcam a colocação do café como o principal produto exportado pela agora Província de Minas Gerais, superando o algodão, atingindo 81 mil arrobas exportadas. Entre 1837 e 1838, chega-se à marca de 200 mil arrobas exportadas. Com o decorrer do início do século XX e o crescimento expressivo da produção e exportação do produto, as plantações vão ocupando novas regiões da Zona da Mata, como Leopoldina. Na década de 1860 a exportação chega a quase 1 milhão de arrobas, valor que é superado na década de 1870.

Já foram apresentados os fatores desse crescimento vertiginoso de produção, notadamente a questão da mão de obra abundante (em boa parte advinda da atividade mineradora) e a elevação de preços supracitada. Outro fator considerado é a disponibilidade de terras, dado que o “crescente ritmo da demanda internacional acompanhado da expansão do plantio, demandaria a contínua abertura de novas terras” (LIMA, 1977, p. 3).

Na medida em que produção e exportação cresciam, os custos de transporte se agravavam e mobilizavam-se esforços para solucioná-los. A solução intermediária veio com a construção de rodovias, a de maior destaque a Rodovia União e Indústria, inaugurada em 1861. Posteriormente, nas décadas de 1870 e 1880, são inauguradas as estações ferroviárias D. Pedro II, cortando a região da Mata no sentido leste oeste, e Leopoldina, no sentido norte sul.

A Estação Ferroviária D. Pedro II atinge Matias Barbosa e Juiz de Fora em 1875. A Estação Ferroviária Leopoldina, principal via férrea da Zona da Mata, efetivamente integraria toda a região, atingindo Porto Novo e Além Paraíba em 1874, seguindo daí para Leopoldina em 1877, Cataguases em 1885 e Muriaé, Pomba e Ponte Nova em 1886. (LIMA, 1977, p.3).

Esse processo de causação circular, no qual os capitais da cafeicultura ensejaram a construção de ferrovias e estas, por sua vez, deram retornos aos

¹⁶ Lima nos informa que uma viagem de mula entre Juiz de Fora (à época Santo Antônio de Paraibuna) e Rio de Janeiro durava cerca de 30 dias.

produtores, é um fenômeno comum às regiões produtoras de Minas, Rio de Janeiro (Vale do Paraíba fluminense) e São Paulo (Vale do Paraíba paulista, na região norte do estado).

Inaugura-se o desenvolvimento de um sistema viário moderno, em Minas Gerais, com a abertura da Rodovia União e Indústria, por Mariano Procópio Ferreira Lage, ligando Juiz de Fora a Petrópolis. O transporte, até então, se fazia do lombo de muare. Minas vangloriava-se, por esta época, de possuir o maior rebanho de carga de animais do país. Dos 30 a 40 mil animais que compareciam à feira de Sorocaba, a grande maioria era arrebatada pelos tropeiros das Gerais. (CASCA, 1979, p.19).

A produção continuou a crescer na década de 1870, com uma média de 2,5 milhões de arrobas exportadas por ano, chegando ao pico na safra de 1878-1879 de 4 milhões, e essa que coincide com o crescimento, em suas características gerais, como no caso das ferrovias, dos Vales do Paraíba fluminense e paulista¹⁷. Trata-se, portanto, de um processo comum observado até início dos anos 1880. Trata-se de crescimento vertiginoso de caráter limitado: em economias escravistas, com deficiências de infraestrutura e beneficiamento do café. A partir de 1880, essa limitação se manifesta, com a decadência da produção fluminense, a estagnação mineira e o crescimento vultoso da exportação paulista, agora no Oeste de seu território, em novas bases. Compreender as diferenças centrais entre a cafeicultura mineira e do oeste paulista muito contribui para o nosso objetivo de compreender as raízes do atraso mineiro.

Antes, contudo, vale ressaltar o processo de mudança da estrutura da economia mineira a que assistimos no século XIX, o fortalecimento do setor de mercado externo. A participação do café nesse setor passou de 3%, em 1818-1819, para cerca de 80% no quinquênio 1885-1889. Na década de 1920 viria a se estabilizar em torno de 45% do montante exportado por Minas (Tabela 10). Nesse entremeio de estagnação, verifica-se que as maiores regiões produtoras da Mata não mais se localizavam nos vales do Rio Paraíba e Pomba, mas sim nos vales do Rio Doce e afluentes.

¹⁷ Lima (1977, p. 4) destaca os municípios paulistas Barreiro, Areias, Bananal, Jacareí e Taubaté.

Tabela 10 – Percentual das médias quinquenais do valor de produção de café e das exportações em Minas Gerais – 1840 a 1924

Quinquênio	Valor Total Exportação (contos)	Valor/Café (contos)	% do café sobre total exportação
1850-54	4.976,5	2.456,9	49,3
1855-59	5.994,8	3.688,5	61,5
1860-64	9.541,9	4.478,9	47,03
1865-69	14.941,3	9.078,3	60,70
1870-74	18.821,3	11.448,4	60,82
1875-79	20.980,8	13.247,2	63,13
1880-84	35.843,1	26.671,2	74,41
1885-89	50.975,0	40.812,5	80,05
1890-94	123.801,1	87.777,1	70,9
1895-99	199.334,4	128.274,3	64,3
1900-04	150.259,5	87.400,6	58,11
1905-09	137.533,3	62.598,2	45,51
1910-14	193.426,4	104.293,5	43,57
1915-19	348.478,9	109.222,8	53,90
1920-24	640.013,3	284.997,9	44,51

Fonte: Casca, 1979, p. 23.

Para se confirmar a assertiva de que o café constituiu o eixo dinâmico na Zona da Mata Mineira, recorreremos à análise da participação dos impostos provenientes da exportação de café no montante de impostos sobre exportação, Tabela 11, e da concentração dessa produção na região da Zona da Mata mineira, Tabela 12. Em relação à primeira variável, partiu-se de uma média de 53,2% na década de 1850, atingindo-se um pico de 89% na década de 1880 e se encerrando a década de 1920 na média de 78,2%. Quanto à segunda variável, a Zona da Mata chegou a concentrar, nos anos iniciais do século XX, 64,7% da produção cafeeira de Minas.

Tabela 11 – Médias decimais dos impostos provenientes da exportação de café e da exportação geral de Minas Gerais, 1850/1929

Anos	Impostos da exportação geral (1)	Impostos da exportação do café (2)	Percentual (%) de 2 em relação a 1
1850/1859	220,1	117,2	53,2
1860/1869	465,1	253,9	54,5
1870/1879	807,3	484,9	60,0
1880/1889	1.779,3	1.370,7	77,0
1890/1899	11.985,5	10.780,2	89,0
1900/1909	10.719,1	7.881,3	73,5
1910/1919	19.761,5	12.310,2	65,6
1920/1929	43.627,3	34.102,3	78,2

Fonte: Casca, 1979, p. 25.

Tabela 12 - Produção de café por região em Minas Gerais, 1903/1927

Zona	Arrobas (1903 a 1904)	%	Sacas (1926 a 1927)	%
Mata	5.993.425	64,7	2.541.000	57,7
Sul	2.647.500	28,18	1.470.705	33,4
Oeste	519.360	5,6	271.705	6,2
Triângulo	241.926	2,5	114.924	2,6
Norte	1.926	0,02	4.760	0,1
Total	9.404,136	100,00	4.403.184	100

Fonte: Casca (1979, p.24).

Desse modo, podemos identificar a chegada do plantio do café a Minas no início do século XIX, com destaque na década de 1820, sua ascensão até 1880, estagnação, e novos crescimentos na virada do século, com oscilação entre 1910 e 1914, vide Tabela 13. Trataremos agora das características dessa produção que podem explicar sua modéstia em relação ao oeste paulista. A começar pela estrutura de propriedade.

Tabela 13 – Média quinquenal da produção de café em Minas Gerais, 1850/1924

Quinquênio	Produção de café (arrobas)	Índice
1850/54	711.732	100,00
1855/59	809.780	144
1860/64	1.150.152	161,5
1865/69	1.973.591	277
1870/74	2.313.954	325
1875/79	2.797.420	393
1880/84	4.444.583	624
1885/89	4.477.724	769,6
1890/94	5.583.195	784
1885/99	8.399.271	1.180
1900/04	10.492.749	1.474
1905/09	10.791.373	1.516
1910/14	8.529.278	1.198
1915/19	10.412	1.463
1920/24	12.519	1.759

Fonte: Casca, 1979, p. 22.

A relação entre a expansão da cultura cafeeira, a acumulação de capital e sua reinversão para demais áreas, como os setores comercial, financeiro e industrial, é uma das questões centrais da divergência que a historiografia econômica sobre a Zona da Mata e Juiz de Fora. Parece predominar, durante o século XX, a concepção de que a estrutura produtiva cafeeira matense era caracterizada pelo predomínio de pequenas propriedades. A regra seria a desconcentração da propriedade das plantações.

Ora adotada essa concepção, suas conclusões são previsíveis. Com o predomínio da pequena propriedade, teria se verificado na segunda metade do século XIX e no início do século XX, um grande entrave ao processo de acumulação, à constituição de traços capitalistas, à diversificação econômica ao crescimento e à industrialização.

O pequeno proprietário lida com o problema de escalas. Com uma pequena propriedade, os custos fixos de produção são menos diluídos ante a receita total. Desse modo, com uma margem de lucro absoluta menor, ficam limitadas as possibilidades desse proprietário acumular capital e, com este acúmulo, investir não só na ampliação de sua lavoura, como também em setores correlatos ao café que se mostrassem com alto valor de retorno financeiro. Esta parece ter sido a visão predominante da historiografia.

Neste sentido, e no que tange especificamente ao objetivo do presente trabalho, identificar, as raízes do atraso relativo mineiro, a estrutura de distribuição da propriedade cafeeira matense seria apontada como uma dessas raízes. Lima (1977, p. 35) caminha nesse sentido em sua interpretação:

Fica, portanto, apontada mais uma marcante diferenciação entre as duas regiões, ou seja, o predomínio da pequena propriedade do café em Minas Gerais, fato que se constitui, sem qualquer dúvida - dadas as condições da época - em verdadeiras amarras à acumulação capitalista. (LIMA, 1977, p.35).

Contudo, tal interpretação, que parecia, a princípio, ser ponto pacífico, ganhou um contraponto no início dos anos 2000. Pires (2005, p. 15) foi quem parece melhor ter se ocupado da questão¹⁸, de modo que vamos aqui tratar de sua contraposição à predominância das pequenas propriedades e seus efeitos negativos sobre o processo de industrialização de Juiz de Fora.

Grosso modo, Pires (2005, p. 15) contesta a concepção de que a dispersão da propriedade teria gerado a pulverização do excedente econômico, limitando a capacidade de acumulação e retenção na Zona da Mata, mais especificamente em Juiz de Fora. Segue a síntese que o autor faz da produção historiográfica existente até então:

Sua capacidade de acumulação e investimentos de capital, que teria se restringido, no máximo, às inversões necessárias para a continuidade da própria produção de café, inviabilizando seu “estorno”

¹⁸ Para mais informações consultar *Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura* (PIRES, 1993) e *A Industrialização de Juiz de Fora* (PIRES, 2005).

para outras atividades produtivas, principalmente aquelas vinculadas ao universo urbano industrial da economia. Sendo assim, o que chamamos de “capital agrário” se marcaria essencialmente por uma fragilidade básica e sua ausência nas inversões em setores “não cafeeiros” teria comprometido não apenas o movimento de industrialização e diversificação da economia regional, mas junto com ele o próprio processo geral de expansão capitalista que se coloca como o pano de fundo essencial da transformação então em curso. (PIRES, 2005, p.15).

Essa visão hegemônica, diz-nos o autor, resultaria das fontes às quais se tivera acesso até então. Tais fontes seriam, sobretudo, primárias, incapazes de assimilar a variedade e a complexidade da estrutura produtiva cafeeira e do processo de industrialização da Zona da Mata. A partir de fontes cartoriais e outras tantas organizadas e disponibilizadas desde a década de 1980, o autor realiza interpretação dos dados que nos leva, seguramente, a um entendimento distinto da questão.

Parte desses dados serão aqui apresentados. Em geral, o que podemos compreender deles é que o que de fato predominou no período foi a grande propriedade e a concentração das unidades microeconômicas (as fazendas). De início, vejamos a Tabela 14:

Tabela 14 – Participação dos grandes proprietários no conjunto da área para a Vila do Santo Antônio de Paraibuna, 1855-1856

Extensão	Número	%	Área (alqueire)	%
Inferior a 200 alqueires	79	78,22	4.058	25,71
Superior a 200 alqueires	22	21,78	11.723	74,29
Total	101	99,99	15.781	99,99

Fonte: Pires (2005, p.19).

Considerando que Santo Antônio do Paraibuna (posteriormente denominada Juiz de Fora) foi o foco do processo de industrialização da Zona da Mata, vindo a constituir o polo econômico de atração de Minas Gerais, podemos observar que, apesar de, entre 1855 e 1856, possuir mais de 100 unidades produtivas, a maior parte das terras cafeeiras, 11.723 alqueires, se concentravam em somente 22 propriedades (21,78%). Não há, portanto, que se falar em dispersão e pulverização de capital, como anteriormente visto.

A visão recente da historiografia, da qual Pires faz parte, caminha no sentido de, a partir de novas fontes de dados, afirmar a concentração da propriedade

e, assim, a possibilidade de acúmulo de capital e sua reinversão para a indústria, inclusive. Tal visão pode ser constatada a seguir:

Grande propriedade fundiária como um de seus fundamentos – e, como tal, reuniu condições de retenção de uma parte do excedente gerado no processo produtivo na própria esfera de produção, garantindo a delimitação do capital agrário no âmbito da economia regional. (PIRES, 1993, p.1).

Outro fato histórico que indica a concentração de terras na Zona da Mata é a política de distribuição de sesmarias. Foi esse o instrumento jurídico que permitiu o acesso de elite a grandes propriedades e limitou o acesso dos pequenos produtores e, conseqüentemente, o desenvolvimento mais intenso de uma cultura de subsistência. Famílias abastadas, que outrora enriqueceram com a atividade de extração aurífera na região central, tiveram o acesso garantido às terras na Mata, para, ali, aplicar seu capital e, posteriormente, desenvolver o surto cafeeiro. Entre essas famílias, Pires (1993, p. 38) elenca: Monteiro de Barros, que vão fundar Leopoldina; os Silva Pinto, que serão os principais plantadores de Cataguases, os Dutra Nicácio, que se tornarão os principais plantadores de Ubá; e os Tostes, Vidal Leite, Barbosa e Cerqueira Leite, que vão desempenhar papel importante nos períodos iniciais da evolução de Juiz de Fora.

O tipo de extração que se desenvolveu nessas grandes propriedades, indubitavelmente, caracteriza o regime de exploração no sistema *plantation*: predomínio da mão de obra escrava e monocultura voltada à exportação:

Outros dados importantes para a caracterização da estrutura produtiva, como a média do número de pés de café e do número de escravos por propriedade, e, fundamentalmente, a participação do percentual do plantel de escravos no conjunto do valor da unidade, vêm confirmar a homogeneidade, pelo menos tendencial, da estrutura produtiva da agro exportação local com esta mesma estrutura vigente em grandes centros produtores, principalmente Rio de Janeiro, demonstrando a identificação, em seus aspectos básicos, da economia cafeeira, de Juiz de fora com a *plantation* escravista do país neste período. (PIRES, 2005, p.40).

Para finalizar a polêmica acerca da distribuição da propriedade matense, apresentamos a Tabela 15, que nos indica a baixa participação dos pequenos proprietários cafeeiros até a crise da cafeicultura na década de 1920. Assim, apresentada a questão segundo a produção historiográfica mais recente, compreendemos a distribuição das fazendas não ter constituído uma das razões para o distanciamento entre a produção mineira e paulista, na medida em que possibilitava

acúmulo e reinversão de capital, com alargamento da fronteira produtiva e reinversão para a indústria. No caso mais extremo, verificamos que os 77,42% menores estabelecimentos (até 100 hectares) de Carangola correspondiam somente a 35,84% da área produtiva.

Tabela 15 – Participação dos pequenos proprietários na área de alguns centros produtores de café na Zona da Mata de Minas Gerais, em 1920

Municípios	Número de estabelecimentos				Área			
	Até 100 h	%	+100 h	%	Até 100 h	%	+100 h	%
Além Paraíba	224	59,95	199	47,04	9.058	9,24	88.904	90,75
Carangola	1.056	77,42	468	22,57	65.749	35,84	117.689	64,15
Cataguases	1.094	76,02	345	23,97	38.607	29,77	91.050	70,22
Juiz de Fora	728	54,28	613	45,71	26.624	9,53	249.641	89,39
Leopoldina	586	65,91	303	34,08	23.858	20,49	92.559	79,50
Mar de Espanha	577	67,32	280	32,67	23.383	20,46	90.896	79,53
Muriaé	945	74,94	316	25,05	36.958	31,64	79.823	68,35

Fonte: Pires (1993, p.43).

Prosseguindo na investigação dos fatores que limitaram a experiência cafeeira e industrial da Mata, tem-se como outra questão central a mão de obra empregada nas lavouras mineiras. Como já discutido, com a decadência da extração de ouro a Província de Minas assistiu a um processo de dispersão populacional. Lima (1977, p. 15) estima que quando do crescimento da produção cafeeira matense entre as décadas de 1870 e 1880, a população de escravos da região central de Minas tenha diminuído em 50 mil cativos, dos quais 10 mil teriam sido absorvidos pelos municípios cafeeiros.

Com efeito, pudemos concluir pela Tabela 9 que dos 286.497 escravos residentes em Minas Gerais, 34% se encontravam nos quinze principais municípios produtores de café na Zona da Mata. Lima (1977, p. 15) também nos informa que não houve expressivo movimento interprovincial de escravos. Logo, neste movimento de reajuste da economia mineira no século XIX, boa parte do contingente de escravos se dirigiu às lavouras cafeeiras.

Ainda segundo Lima (1977, p. 14) um terço dos escravos de Minas atuavam na produção de café, ao passo que os outros dois terços estariam voltados, sobretudo, à economia de subsistência. Compreendendo a predominância do trabalho escravo na lavoura cafeeira, a partir dos dados apresentados, podemos caminhar para

algumas conclusões que nos apontam explicações para o atraso relativo mineiro, especificamente na produção cafeeira dos séculos XIX e XX e nas experiências de industrialização.

No início da década de 1880 (LIMA, p. 15), o contingente de escravos paulista correspondia a 55% do plantel mineiro. Diante dessa relativa escassez de escravos em São Paulo, o preço desses nesta província triplicou entre 1855 e 1856. Por não observarmos um movimento interprovincial de escravos, como já assinalado, pode-se compreender que não havia um mercado de escravos propriamente constituído, uma vez que Minas apresentava um excesso de oferta e São Paulo escassez.

Deste modo, por não haver um mercado constituído de modo a reajustar preços, os custos de mão de obra pouco impactaram a produção em Minas. Mas o fizeram em São Paulo. A escassez e o elevado preço de escravos fizeram São Paulo despertar precocemente para a modernização das relações de trabalho. O regime de parceria, compreendido como uma transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre assalariado, já predominava em São Paulo antes mesmo da década de 1850, vindo a declinar a partir de 1860. Este declínio abriu lugar para a instituição do trabalho assalariado.

A adoção do trabalho livre assalariado como forma predominante de relação trabalhista constitui um dos traços capitalistas pré-condicionastes ao processo industrializante de que trata Cano (1975). Minas, por outro lado, persistiu por longo tempo nas referidas formas intermediárias de relação de trabalho. Deste modo, para a compreensão da produção de café na Zona da Mata e industrialização em Juiz de Fora, o atraso na modernização das relações de trabalho constitui uma das razões para o atraso relativo mineiro. Mas esse atraso de modernização possui suas próprias razões. Deve-se primeiro compreender o processo precoce paulista.

São Paulo pôde transitar para o trabalho livre assalariado devido ao seu acelerado ritmo de crescimento produtivo, em especial a partir da década de 1870. A partir de maior produtividade nas lavouras cafeeiras, constituiu maiores margens de lucro, que possibilitaram, por sua vez, a expansão da produção, empregando o trabalho livre assalariado.

A maior produtividade dos cafezais paulistas não se deu ao acaso. São Paulo contou com terras mais produtivas. As lavouras planas do oeste paulista, inegavelmente, representavam uma vantagem frente ao relevo montanhoso verificado

na Zona da Mata Mineira e no Vale do Paraíba fluminense. Ademais, São Paulo contava com cafezais mais novos. Os pés novos, também inegavelmente, apresentavam maior produtividade que os já esgotados mineiros e fluminenses.

Deste modo, São Paulo pôde custear a transição para o trabalho livre. A respeito, assinala-se que “com efeito, em 1906 o salário médio diário para a lavoura cafeeira da Mata era de 1\$500 (um mil e quinhentos réis). Ora, em regiões dinâmicas do Oeste paulista este nível já havia sido atingido por volta de 1883” (LIMA, 1977, p. 17).

Há que se considerar o aspecto gradual da transição do trabalho escravo para o assalariado. Com a referida decadência do regime de parceria, a partir da década de 1860, as lavouras paulistas passaram a instituir o regime de locação de serviços, denominado contrato do colono.

No caso da parceria, os trabalhadores contavam com remuneração monetária advinda, exclusivamente, do café colhido. Sua remuneração, portanto, se limitava à área de colheita sob seus cuidados. O regime de contrato, por sua vez, apresenta traços que podem ser considerados mais modernos. A remuneração ao trabalhador se apresentava por forma monetária e não monetária, não se limitando à área de colheita.

Neste regime contratual, a remuneração monetária advinha, em parte, dos cuidados com o cafezal. Em parte, advinham da colheita, tal qual na parceria. Essas remunerações eram relativas aos alqueires sob cuidado. Deste modo, atividades como o reparo das lavouras, processamento do café, seu transporte e demais cuidados eram remunerados diariamente. Sob essa ótica, Lima (1977, p. 8) identifica o contrato do colono como um regime de relação de trabalho mais moderno e eficiente na mobilização da força de trabalho. Havia também parcela de remuneração não monetária relativa a elementos como habitação disponibilizada, a terra para o cultivo de cereais e assistências das mais diversas, como a médica, por exemplo.

Carlos Prates, em sua pesquisa e viagens nas lavouras matenses, assinalou que as lavouras mais bem cuidadas eram justamente aquelas em que predominavam os salários, o regime de contrato do colono (LIMA, 1977, p. 22). Minas, contudo, persistiu por largo período no atraso do regime de parceria. Essa persistência não se deu ao acaso. Com a baixa cotação do produto a partir de 1880, quando da estagnação da produção mineira, o pagamento ao meeiro foi a alternativa encontrada pelo produtor mineiro ao trabalho escravo.

Como já assinalado, Minas não podia competir, em termos de pagamento de salários, com os preços praticados no Oeste paulista. Em uma lavoura pouco produtiva, com restrições à acumulação, a parceria era vista como meio de redução de custos e possibilidade de continuidade de produção. Carlos Prates descreve que os meeiros dedicavam mais atenção ao cultivo dos cereais do que propriamente à produção cafeeira (LIMA, 1977, p. 22).

O que pretendemos enfatizar é que o processo de transição para o trabalho assalariado depende, em última análise, das condições gerais da lavoura cafeeira, mais precisamente de seu ritmo de acumulação de capital. E neste momento, a “lavoura de São Paulo estava em condições muito mais favoráveis do que as das províncias vizinhas. Em primeiro lugar dispunha de cafezais muito mais novos e terrenos incomparavelmente mais fáceis de amanhã, as terras de suave derrame, os largos chãos pardos de Oeste e não as encostas alcantiladas da região fluminense e mineira. As lavouras em tais condições davam um rendimento incomparavelmente menor do que as de suas congêneres paulistas” (LIMA, 1977, p. 16 e 17).

O quadro 1, extraída de Pires (2005, p. 24), construída a partir do relatório de Carlos Prates, expressa a persistência de Minas em regimes transitórios de relação de trabalho, já no século XX. Podemos observar que, em 1905, o regime de parceria ainda persistia nos 16 principais municípios cafeeiros matenses.

Quadro 1 – Relações de trabalho em alguns municípios da Zona da Mata em 1905.

Município	Relações de trabalho
Juiz de Fora	Contrato, salário, meação
Rio Novo	Meação, salário
São João Nepomuceno	Meação, salário
Rio Pomba	Contrato, salário, meação
Guarará	Contrato, salário, meação
Mar de Espanha	Meação, salário, empreitada
Rio Preto	Meação, salário
Viçosa	Meação, salário, empreitada
Rio Branco	Meação, salário, empreitada
Além Paraíba	Meação, salário, empreitada
Muriaé	Meação, salário
S. Manoel	Meação, salário, empreitada
Carangola	Meação, salário
Leopoldina	Meação, salário
Cataguases	Meação, salário
Ubá	Meação, salário

Fonte: Pires (2005, p.24).

Como assinalado, a menor produtividade da lavoura matense impossibilitava a prática de pagamento de salários a trabalhadores livres na mesma magnitude observada em São Paulo. Essa reduzida produtividade se deveu, em

grande parte, à idade dos pés de cafés mineiros. A respeito dessa produtividade, Carlos Prates, em seu relatório datado de 1906, fez a seguinte comparação:

A baixa produtividade antes referida foi devidamente apontada por Carlos Prates que, em 1905 estimou-a, para a zona da Mata, em 36 arrobas por 1.000 pés. “Em São Paulo cafezais de 8 a 16 anos davam facilmente, 100 arrobas e mais por 1.000 pés, enquanto os de 20 e 30 anos, produziam, em média 50 arrobas e os de 35 a 50 anos não davam mais de 20 a 30 por mil pés”. (LIMA, 1977, p. 23).

Do mesmo modo que as dificuldades de acumulação barraram a modernização das relações de trabalho em Minas, mais especificamente na Zona da Mata, também impactaram o plantio de novos pés de cafés. Enquadrando-se a produção cafeeira matense em um sistema e plantio exploratório, compreende-se que os pés de café mais velhos apresentam produtividade inferior. Paralelamente, com o tempo a terra tendia a ser esgotada. É o que se compreende da assertiva de Lima apresentada acima.

Neste sentido, seriam duas as possibilidades de manutenção de uma alta produtividade. A primeira delas seria, valendo-se do capital acumulado, investir no cuidado da terra e dos pés, como por exemplo no caso da adubação. E, paralelamente, cuidar do plantio de novos pés nas terras já exploradas. Devido às dificuldades de acumulação, essa possibilidade esteve extremamente limitada. Uma segunda possibilidade seria o plantio de pés em novas terras, ainda não exploradas. Contudo, a geografia da região da Zona da Mata não permitia tal possibilidade. Visto de outro modo, Minas Gerais não contou com a disponibilidade de novas terras para plantios tal qual no caso do oeste paulista.

A introdução de simples melhoria nos métodos de cultivo, como a adubação, por exemplo, representava aumento de despesa sendo quase sempre deixada de lado. Ou se partia para novas plantações em novas terras, ou plantava-se novos cafezais em terras velhas (com a ajuda ou não de corretivos) ou simplesmente, não se fazia nem uma coisa nem outra. (LIMA, 1977, p. 23).

Grosso modo, Lima (1977, p. 40 e 41) chega à conclusão de que as baixas taxas de lucros dos cafeicultores mineiros, associadas à predominância de pequenas propriedades, limitaram a capacidade de expansão da cafeicultura mineira. De tal sorte que os produtores nada mais poderiam fazer do que assistir ao envelhecimento de suas plantações e diminuição da produtividade das mesmas.

Em relação à dimensão das propriedades, já buscamos relativizar o que outrora fora um ponto pacífico na literatura: dispersão da propriedade e seus

consequentes efeitos negativos à acumulação. No que tange às baixas taxas de lucro vigentes entre 1896 e 1910, a principal justificativa apresentada por Lima parece-nos ainda prevalecer: deterioração das cotações do produto.

Na primeira década deste século o café vivia uma de suas piores crises de preço. De 1896 até 1910 houve uma firme tendência declinante. De pouco mais de dezenove mil réis, o preço médio da arroba chegaria a cair para a casa dos sete. E com o valor de sete, oito ou nove mil réis, as margens de lucro estariam fortemente reduzidas. Computados os custos de juros e amortizações do capital mais os custos de produção, pouco restava para o cafeicultor. Isso, evidentemente, debilitava a capacidade de expansão dessa economia. Principalmente ao pequeno produtor, praticamente impedido de acesso a novas terras, restava a triste alternativa de assistir o gradual, mas inexorável, processo de envelhecimento de suas terras e cafeeiros. (LIMA, 1977, p. 40 e 41).

Concluindo, o esforço deste subcapítulo foi compreender os principais fatores para que Minas Gerais tenha apresentado produção cafeeira consideravelmente inferior à paulista e para que não tenha desenvolvido características econômicas capitalistas que pudessem propiciar um movimento industrializante da mesma magnitude que se observou em São Paulo.

As características da formação da lavoura em Minas e de seu desenvolvimento, por si só, explicam seu caráter limitado. Tratou-se de ciclo desenvolvido a partir do trabalho escravo e que, quando da abolição em 1888, persistiu em formas de relação de trabalho arcaicas. Minas também contou com barreiras à acumulação, como as restrições de expansão das lavouras para novas terras e a suscetibilidade às variações de preços do produto exportado. Não pôde, pelas dificuldades de acumulação, renovar seus pés de café de modo a garantir padrão alto de produtividade. Por outro lado, a dispersão da propriedade não se fez presente para explicar as dificuldades de acumulação.

3.3 O surto industrial de Juiz de Fora

O processo de industrialização ocorrido em Minas Gerais, em Juiz de Fora, nos séculos XIX e XX, durante o período que optamos por denominar ciclo do café, se deu contemporaneamente ao processo de industrialização observado em São Paulo. Ambos guardam, entre si, semelhanças que extrapolam a temporalidade. Contudo, o foco do presente subcapítulo reside na apresentação dos fatores que distinguem esses fenômenos industriais. Reside nos fatores que podem nos explicar,

pelo menos em parte, a razão da limitação da experiência industrial mineira em Juiz de Fora, apreendida, sobretudo, quando a comparamos a São Paulo.

O presente trabalho continua a se orientar pelo caminho apontado por Cano (1975) em estudos de complexos econômicos regionais: compreender a constituição de traços capitalistas que propiciem uma experiência de diversificação econômica, industrialização e desenvolvimento sólidos. O estudo de complexos econômicos, diz-nos o autor, trata da compreensão do conjunto de atividades econômicas que constituem esse processo, como se relacionam e qual dessas atividades predomina sobre as demais. Na breve pesquisa do presente trabalho acerca do surto industrial de Juiz de Fora, tem-se por guia quatro eixos, considerados os principais fatores que de certo modo explicam o desenvolvimento ou a limitação do processo. São eles: fator capital, fator mão de obra, fator empresarial e fator mercado. São esses os fatores adotados por Casca (1979, p. 10).

Como já destacado, foi a partir do cultivo do café na Zona da Mata que se deu o povoamento desta região, atração, deslocamento e concentração de escravos e seu desenvolvimento econômico, de tal sorte a torná-la o centro econômico polarizador de toda a Província de Minas Gerais. Contudo, retomando a perspectiva adotada por Cano (1975), o desenvolvimento do Setor de Mercado Externo (produção e exportação de café) não é capaz de explicar o surto industrial de Juiz de Fora. Assim fosse, qualquer outra cidade matense poderia ter sido palco do processo industrial. Não o foi justamente porque Juiz de Fora contou com fatores únicos que desencadearam sua industrialização, os tais traços capitalistas.

Inicialmente nesse capítulo, trata-se de abordar a questão da concentração dos capitais em Juiz de Fora. Busca-se agora compreender os mecanismos que atuaram como concentradores de capital na cidade. Casca (1979, p. 27), aponta como mecanismo preponderante a construção da Rodovia União e Indústria, criando um entreposto comercial em Juiz de Fora.

A abertura da Rodovia União e Indústria vai transformar Juiz de Fora num entreposto comercial. Vai permitir o desenvolvimento do comércio local, tendo como consequência maior a concentração de capital. Juiz de Fora se transforma, como ponto terminal da mais importante via de comunicação da Província, no local de passagem obrigatória entre Minas e o Rio de Janeiro, no núcleo econômico mais dinâmico da Zona da Mata e polarizador de uma vasta região de Minas e Goiás. (CASCA, 1979, p. 27).

O café produzido em Minas Gerais, voltado à exportação, era encaminhado ao porto do Rio de Janeiro. Diante dos altos custos e morosidade de transporte, até então realizados por mulas, foram construídas a Rodovia União e Indústria e, mais tarde, a Ferrovia D. Pedro II. A construção destas garantiu maior celeridade ao encaminhamento do produto até a região portuária, aumentando o volume exportado, reduzindo os custos e aumentando a segurança do transporte.

Diante desses benefícios introduzidos pelas melhorias na infraestrutura de transporte interprovincial, a economia cafeeira mineira contou com economias de escala para a realização do processo de exportação, diluindo os custos deste ante à crescente produção – até 1880.

Os dados da Tabela 17 expressam o peso da Rodovia União e Indústria no processo de exportação da economia cafeeira matense. Podemos observar anos como 1859, 1861, 1862 e 1865 em que o café transportado pela Companhia União e Indústria chegou a ultrapassar o café produzido e exportado por Minas Gerais. Contudo, vale realizar uma ressalva. A referida companhia não era a única operadora do sistema de transporte rodoviário, portanto não representa o total de exportações.

Tabela 17 – O total de café produzido por Minas Gerais e o volume de café transportado pela Companhia União e Indústria (C.U.I) – 1858 a 1868.

Ano	(1) Café exportado por Minas Gerais (arrobas)	(2) Café transportado pela C.U.I (arrobas)	% (1)/(2)
1858	889.766	503.418	56,5
1859	688.946	1.082.172	177,00
1860	1.539.808	1.362.190	88,4
1861	1.092.616	1.576.826	144,3
1862	647.707	771.598	119,1
1863	994.615	986.072	99,1
1864	1.476.017	887.200	60,1
1865	1.303.748	1.309.006	100,4
1866	2.150.304	1.326.797	61,7
1867	2.130.992	1.982.259	93,0
1868	2.793.555	1.673.622	59

Fonte: Casca, 1979, p.27

A contribuição da Rodovia para o processo de industrialização de Juiz de Fora foi tornar a cidade o principal entreposto comercial mineiro para a exportação via porto do Rio de Janeiro. Como se pode observar pela Tabela 17, a Rodovia União e Indústria quase que detinha o monopólio da exportação de café. E deste produto Casca (1979, p.28) nos informa que a maior parte era armazenada em Juiz de Fora.

Com o desenvolvimento da Ferrovia D. Pedro II, a Rodovia perde participação no produto exportado. É evidente que, em termos de velocidade, regularidade, segurança e redução de custos, o transporte ferroviário possui inegável vantagem comparativa. Contudo, essa perda não afeta Juiz de fora. A partir do agravamento da concorrência entre as duas vias de transporte, ambas assinaram acordo de baldeação das cargas.

Ficou definido, pelo acordo, que a Rodovia União e Indústria ficaria encarregada das importações e exportações no trecho de Entre Rios ao Rio de Janeiro. A Ferrovia D. Pedro II ficaria, por sua vez, encarregada de todos os demais trechos e estações. Segundo Casca (1979, p. 31), a baldeação de cargas transportadas pela D. Pedro II em 1869 evidencia que 40% do total do volume transportado procedia ou se encaminhava para estação de Juiz de Fora. Deste modo, temos noção de como a cidade continuou, mesmo após a perda de participação do transporte rodoviário, a figurar como principal entreposto comercial mineiro.

Devido à localização estratégica e à eficiência dos sistemas de transportes rodoviário e ferroviário, a maior parte dos produtos exportados ou importados por Minas Gerais passava, obrigatoriamente, por Juiz de Fora. Casca (1979) e Lima (1977) caminham no mesmo entendimento, de que apenas artigos luxuosos, advindos da Europa e consumidos por uma classe mais abastada, eram diretamente adquiridos no Rio de Janeiro.

Deste modo, observou-se em Juiz de Fora o desenvolvimento de um dinâmico e expressivo comércio de exportação e importação. A partir dessa grande circulação de mercadorias se deu o desenvolvimento do Setor de Mercado Interno para abastecer a cidade, a chegada de mão de obra especializada e imigrantes, comerciais e industriais, e, em última medida, foi observado um processo de acumulação de capitais e diversificação econômica.

A Tabela 18 evidencia o processo de dinamização comercial e de serviços ocorrida em Juiz de Fora. Esses estabelecimentos crescem em mais de 50%, passando de 153 em 1870 para 231 em 1877. A Tabela 19, por sua vez, evidencia o desenvolvimento do setor industrial na cidade, passando de 34 indústrias para 80 no mesmo período – crescimento de quase 136%.

Tabela 18 – Relação de estabelecimentos comerciais em Juiz de Fora, 1870/1877

1870	1877
------	------

Estabelecimentos comerciais e de serviços	Número	Estabelecimentos comerciais e de serviços	Número
Casas de Negócio	127	Lojas: roupas feitas, mantimentos e molhados	76
Mascates e fazendas	13	Lojas: fazendas e armarinhos	27
Hotéis	8	Hotéis	2
Farmácias	5	Farmácias	5
Mascates de joias	4	Negociantes de Joias	6
Relojoeiros	3	Relojoeiros	4
Açougues	2	Açougues	6
Barbearias	2	Barbearias	6
Cambistas	2	Cambistas	4
Bilhar	1	Bilhares	12
Ourives	1	Ourives	4
Alfaiatarias	2	Alfaiatarias	10
Casa de lavar chapéus	1	Casa de agências de leilões	1
Casa bancária	1	Capitalistas	12
Livreiro	1	Retratistas	1
		Advogados	16
		Médicos	6
		Dentistas	3
		Padres	3
		Pintores	4
		Vidraceiros	2
		Modista	1
		Carros de aluguel	20
Total	153		231

Fonte: Casca, 1979, p.33

Tabela 19 – Relação de estabelecimentos industriais em Juiz de Fora, 1870/1877

1870		1877	
Indústrias	Número	Indústrias	Número
Oficinas de ferreiro	7	Oficinas de ferreiro	12
Olarias	6	Olarias	4
Fábrica de carroças	3	Fábrica de carros e carroças	5
Selarias	3	Selarias e oficinas de correeiro	4
Fábrica de fogos de artifício	2	Fábrica de fogos de artifício	2
Funilarias	2	Oficina de funileiro e caldeireiro	9
Oficinas de marceneiro	2	Oficinas de marceneiro	3
Charuteiros	2	Fábrica de charutos e cigarros	4
Padarias	2	Padarias	3
Sapatarias	2	Sapatarias	10
Fábrica de chapéu de sol	1	Oficinas de chapeleiro	2
Oficina de colcheiros	1	Oficina de colcheiros	2

Fábricas de cerveja	1	Fábricas de cerveja	2
		Oficinas de carpinteiro	6
		Confeitarias	
		Casa de café torrado	2
		Tipografia	1
		Oficinas diversas	6
Total	34		80

Fonte: Casca, 1979, p.34

Com o desenvolvimento do Setor de Mercado Interno para abastecer o entreposto comercial, Juiz de Fora passou por um intenso processo de urbanização. Tal crescimento pode ser evidenciado pela arrecadação tributária municipal. Em 1861, torna-se o terceiro maior município arrecadador da Província, atrás somente de São João del-Rei e Ouro Preto (CASCA, 1979, p.35). Na década de 1870 Juiz de Fora assume a liderança.

Portanto, podemos observar que, de fato, com a formação do entreposto comercial em Juiz de Fora, assistimos à diversificação econômica da cidade, associada à acumulação de capital. Em outros termos, a formação desse entreposto a partir da Rodovia União e Indústria teve papel central na acumulação de capital em Juiz de Fora, urbanizando-a e tornando-a, em conjunto aos demais fatores que aqui serão discutidos, o centro industrial de Minas Gerais.

Intensifica-se, paralelamente, o crescimento físico da cidade que estimulará o positivamente o setor da construção civil e seus insumos e que se refletirá no aumento da população. Segundo Albino Esteves, existiam 872 casas residenciais em Juiz de Fora em 1877. No ano seguinte, mais três importantes prédios foram inaugurados (...). Dos 600 moradores e dos 27.772 habitantes que constituíam, respectivamente, a população da cidade e do município, passava-se para uma população de 17.622 habitantes para o distrito e de 55.185, para o município em 1890. (CASCA, 1979, p. 35).

Dando sequência aos fatores explicativos do processo industrial de Juiz de Fora, analisamos o fator mão de obra. Ao contrário do que se pôde observar em São Paulo, onde uma alteração qualitativa das forças produtivas se deu na própria lavoura cafeeira, com a introdução do trabalho assalariado, o mesmo não ocorreu em Minas. Na breve análise do presente trabalho sobre o complexo cafeeiro da Zona da Mata, destacou-se que ali persistiu o emprego da mão de obra escrava e, quando da abolição desta, de formas intermediárias entre a escravidão e o trabalho escravo.

Neste sentido, não é possível imaginar o desenvolvimento de uma economia industrial dinâmica com emprego de mão de obra escrava. A passagem de

uma economia rural escravocrata para uma economia propriamente capitalista requer, implicitamente, o abandono da escravidão e o emprego do trabalho assalariado. O que se quer aqui salientar é que o desenvolvimento dessa pré-condição, no caso de Minas Gerais, não ocorreu na lavoura cafeeira, pois essa ainda empregava a mão de obra escrava proximamente à data da abolição¹⁹ e quando o processo de industrialização já estava em curso. Na realidade, o desenvolvimento ocorreu a partir da construção da Rodovia União e Indústria.

Em 1887, às vésperas da abolição, ainda se liam na imprensa local anúncios oferecendo prêmios a quem capturasse escravos fugitivos. Isto indica que grande parte das fazendas de café até 1888 ainda operava com mão de obra escrava. Ora, por esta época, o processo de industrialização já estava desencadeado. Portanto, a afirmação de que aquela pré-condição fundamental – mão de obra assalariada – responsável pelo processo de industrialização tenha se formado, como em São Paulo, no setor cafeeiro, é improcedente. (CASCA, 1979, p. 35).

Para a construção da Rodovia União e Indústria foram constituídos capitais nacionais, públicos e privados, formando a Companhia União e Indústria. A sede escolhida para a mesma foi Santo Antônio de Paraibuna (Juiz de Fora). Já foi abordado o papel da referida rodovia na acumulação de capital em Juiz de Fora e na diversificação econômica da cidade. Ocorre também que a Companhia desempenhou papel central na incorporação do trabalho assalariado na referida cidade.

Em regra, as companhias brasileiras instituídas para construções ferroviárias poderiam até mesmo, e o faziam, segundo Casca (1979, p. 35), valer-se de trabalho assalariado. Mas eram companhias com fim determinado e que pouco impactavam no processo de alteração das forças produtivas. O que se observou em Juiz de Fora fugiu a esta regra. A Companhia priorizou a contratação de mão de obra especializada, valendo-se em muito da imigração para tal. E com o processo de diversificação econômica da cidade, não só essa mão de obra foi absorvida, como o trabalho assalariado foi também difundido.

Mariano Procópio²⁰, para concretizar seu projeto, recorreu à imigração para preencher as necessidades de mão de obra especializada. Foram contratados, inicialmente, dois engenheiros franceses. Posteriormente, dois arquitetos, três engenheiros, um agrimensor e um desenhista, todos de nacionalidade alemã. (CASCA, 1979, p. 35).

¹⁹ Estima-se que, em 1877, a apenas 11 anos da abolição, Juiz de Fora ainda contava com 14.368 escravos (CASCA, 1979, p.42).

²⁰ Diretor da Companhia União e Indústria

Esta primeira leva de imigrantes veio a Juiz de Fora em condições especiais, também válidas aos artífices, para desenvolver trabalhos preliminares à instalação da Companhia. Trabalhos técnicos e de planejamento relativos, por exemplo, ao recrutamento de recursos humanos, localização das dependências e construção de oficinas. Em sequência, vieram os artífices, também alemães, em 1856. Grosso modo, tratava-se de uma classe operária composta por ferreiros, técnicos em construção de pontes e mecânicos. Sua vinda até Juiz de Fora foi paga pela Companhia, assinando um contrato de 2 anos de duração, com assistências garantidas, como alimentação e estadia.

Anteriormente, em 1852, a Companhia assinara contrato com o Governo Imperial para a chegada de 2.000 colonos. Estes chegaram em sucessivas levadas ao longo de 1858. Contudo, as condições contratuais submetidas a estes eram inferiores: salário inferior (entre 700 e 1.400 contos), com benfeitorias e terrenos transferidos pela Companhia ao colono mediante débitos no salário²¹. Conforme se pode depreender da Tabela 18, em 31 de dezembro de 1860, a colônia contava com 1.144 imigrantes²². Deste total, 136 famílias se dedicavam à agricultura.

Tabela 18 – Distribuição da população adulta e infantil da colônia D. Pedro II - 1860

Sexo	População infantil (com menos de 10 anos)	População adulta (com mais de 11 anos)	Total
Masculino	172	464	636
Feminino	160	348	508
Total	332	812	1.144

Fonte: Casca, 1979, p. 47.

Casca (1979, p. 47) estima que do total de adultos, 42% se dedicavam a atividades remuneradas não relacionadas à agricultura. Ora, trata-se de forte indicador de como, de fato, a construção da Rodovia União e Indústria contribuiu significativamente para a instituição do trabalho assalariado em Juiz de Fora, no século XIX.

Concluídas as obras da rodovia, considerável contingente de imigrantes continuou a residir em Juiz de Fora. Parcela continuou a trabalhar assalariadamente para a Companhia, na manutenção da Rodovia e cuidando das estações. Outra parcela que conseguiu acumular certa poupança durante o período de construção (em

21 Casca (1979, p.48) estima que o débito correspondia a $\frac{1}{4}$ do salário do colono.

22 464 casados, 29 viúvos e 651 solteiros; dos quais 636 eram homens e 508 mulheres.

especial os artífices, em melhores condições) e detentores de saberes especializados, criaram, muitas vezes por associação, pequenas fábricas na cidade (CASCA, 1979, p. 52). Os que trabalhavam no campo, não raro, por lá permaneceram.

O reconhecimento da constituição e excelência do mercado de mão de obra local se expressa na escolha por Bernardo Mascarenhas de Juiz de Fora como a cidade ideal para localizar, em 1871, sua fábrica de tecidos. Entre as razões levantadas, figura a existência de 'pessoas habilitadas a exercer muitas profissões'. (CASCA, 1979, p. 53).

Em 1887, o Governo Provincial criou a Hospedaria Horta Barbosa, em Juiz de Fora, para receber novo contingente de imigrantes – Lei n. 3.417. No ano seguinte, regulamentou a vinda dos mesmos. Deste modo, parece evidente as raízes da constituição de um mercado de trabalho salarial em Juiz de Fora, essencial para o posterior surto industrial local.

Dando prosseguimento à compreensão dos fatores que explicam o desenvolvimento industrial de Juiz de Fora, temos agora o fator empresarial. Na análise deste fator, vamos primeiramente revisar as considerações de Casca (1979, p. 63), valendo-se de sua periodização do surto industrial e da subdivisão em categorias de empresário.

Quanto aos períodos da experiência industrial, são dois. Até o final da década de 1890, diz-nos autor, eram verificadas em Juiz de Fora pequenas fábricas e oficinas. Nestas, o empresário, na maior parte das vezes artífice, também atuava diretamente na produção. Considerando-se os fatores de produção, estas empresas produtoras em pequena escala eram caracterizadas por baixa quantidade de mão empregada, tecnologia rudimentar e, portanto, baixa produtividade.

A partir do desenvolvimento do sistema de infraestrutura, comunicações e setor financeiro, vieram a se instalar as médias e grandes indústrias. Trata-se da segunda fase, a partir do século XX. Esse desenvolvimento diz respeito à fundação dos Bancos Territorial e Mercantil de Minas Gerais (1887) e de Crédito Real de Minas Gerais (1888), à construção de rodovias e ferrovias já abordada e da instalação de sistemas telefônico (1883) e telegráfico (1885), à geração de energia elétrica (1889), que viria a ser utilizada na indústria a partir de 1898, e à construção de escolas. Essas novas indústrias, por sua vez, seriam caracterizadas pela produção em larga escala, utilização de tecnologia importada, maior emprego de mão de obra (especializada e qualificada) e, portanto, maior produtividade.

Em relação à nacionalidade, os empresários são categorizados por Casca em imigrantes e não imigrantes. Grosso modo, os conhecimentos especializados somados à finitude do vínculo salarial com a Companhia União e Indústria levou muitos dos imigrantes a abrir a própria indústria ou oficina, ainda que rudimentares. É evidente que, como apontamos, os artífices tiveram melhores condições de poupar durante a validade do contrato com a Companhia e, portanto, se destacaram nos empreendimentos. Logo, na primeira fase da industrialização de Juiz de Fora, os imigrantes, segundo Casca (1979, p. 65), teriam se destacado como empreendedores no setor industrial²³. A descrição feita pelo autor acerca da primeira Exposição Industrial de Juiz de Fora (1886), abaixo reproduzida, dá conta da dinamicidade da indústria local durante a primeira fase.

A exposição estava organizada em 11 seções. Duas reservadas aos produtos agrícolas, uma para o café, e outra para cereais, farinha, açúcar, doces, manteiga e queijos. Uma terceira destinada à mineralogia. A reserva de 8 sessões para a exibição de produtos industriais, assim divididos: 1) tecidos, bordados, confecções e flores artificiais; 2) calçados, mobiliário, selins e arreio; 3) vinhos e bebidas alcoólicas; 4) produtos farmacêuticos e químicos; 5) cerâmica e imagens; 6) fumo, cigarros, charutos, artefatos de ferro e aço, curtumes e madeiras; 7) Belas artes, compreendendo plantas para construções, mapas e jornais; 8) máquinas, carros, troles e carroças – é mais do que prova da implantação do parque industrial local. É o atestado de seu dinamismo e de seu grau de diversificação. (CASCA, 1979, p. 67).

Não se deve, porém, conceber a contribuição dos imigrantes para o processo de industrialização de Juiz de Fora apenas à sua primeira fase. Os dados da Tabela 21 apresentam a participação dos imigrantes e seus descendentes na fundação de empreendimentos industriais no período compreendido entre 1889 e 1930²⁴. Pode-se observar que os mesmos tiveram participação em quase metade das indústrias criadas.

Tabela 21 – Indústrias criadas em Juiz de Fora – 1889/1930

Ramo	Origem dos empresários		
	Imigrantes	Não imigrantes	Total
Alimentação (bebidas)	22	38	60
Fiação, tecelagem, tecidos	15	16	31

²³ Diversos relatos de empreendimentos feitos por imigrantes nesse período podem ser encontrados em Casca (1979), a partir da página 64.

²⁴ STHELING (1948, p. 72-79) realizou o levantamento a partir do sobrenome dos fundadores das empresas e suas origens, a partir do Boletim de Estatística do Álbum do Município de Juiz de Fora.

Metalurgia	30	6	36
Couros, calçados e artefatos	22	17	39
Madeira, móveis, serraria	17	4	21
Carpintaria, marcenaria			
Cerâmica, cimento, marmoraria	11	9	20
Construção	3	5	8
Fumos, cigarros e charutos		11	11
Tipografia, litografia	11	12	32
Indústrias diversas	10	27	37
Total	141	145	286

Fonte: Casca, 1979, p.68

Como podemos observar, os empresários brasileiros, naturais ou não de Juiz de Fora, também tiveram papel de destaque no empreendimento industrial, consideradas as duas fases de industrialização da cidade. Respondem por mais da metade das indústrias fundadas entre 1889 e 1930. Não só na indústria, participaram efetivamente da consolidação das pré-condições à segunda fase industrial, como do desenvolvimento da infraestrutura e da criação do sistema escolar.

No caso dos imigrantes, Casca (1979, p. 71) indica que a origem dos recursos investidos na indústria residia nas poupanças acumuladas quando da prestação de serviços para a Companhia União e Indústria. Já no caso dos empresários autóctones, há que se destacar a diversidade da origem dos recursos:

Os capitais que vão possibilitar o surgimento dos empreendimentos industriais são oriundos dos seguintes setores: do setor primário, do comércio e do exercício de profissões liberais. De um ou de outro, ou da combinação deles. A transferência destes capitais para (ou sua reinversão em) empreendimentos industriais podem assumir diferentes formas, quer de empresas individuais, quer de sociedades anônimas²⁵. (CASCA, 1979, p. 71).

Tendo em vista considerar os levantamentos e conclusões mais recentes da historiografia econômica acerca do processo de industrialização de Juiz de Fora, faz-se essencial trazer à tona, neste momento, consideração realizada por Pires (1993, p. 148). O autor destaca a participação de peso do setor agroexportador nos empreendimentos industriais da cidade, muitas vezes desconsiderada pela historiografia. Segundo o referido autor, assim como teria ocorrido em outras regiões do país, o processo de acumulação de capital pela cafeicultura atingiu setores

²⁵ Exemplos dessa diversidade de modalidades de aplicação ou reinversão podem ser encontrados também em Casca (1979, p.71), como a posse da Companhia Mineira de Eletricidade pelo grupo Assis-Penido, atuante no setor primário, e a criação da Companhia de Laticínios de Juiz de Fora pelo Dr. Hermenegildo Villaça (médico).

externos a ela própria, neste caso o setor industrial. O Quadro 2 expressa essa participação, demonstrando que muitas das principais empresas de Juiz de Fora, entre 1870 e 1929, possuíam ações que faziam parte da carteira de investimentos realizada pelos fazendeiros locais.

Quadro 2 - Principais empresas com ações no patrimônio de fazendeiros de Juiz de Fora, 1870/1929

Setores	Empresas
Rodoferroviário	Cia. União e Indústria Cia. União Mineira Cia. Ramal do Rio Novo Cia. E. F. Juiz de Fora - Piauí
Financeiro	Banco Territorial e Mercantil de MG Banco de Crédito Real de MG
Transportes urbanos	Cia. Ferrocarril de Porto das Flores e Pará Cia. Ferrocarril Bondes de J. F
Energia elétrica	Cia. Mineira de Eletricidade
Construção Civil/Industrial	Cia. Construtora Mineira Cia. Chimico Industrial Mineira Cia. Mecânica Mineira
Indsutrial	Cia. Fiação e Tecelagem Industrial Mineira Cia. Fiação e Tecelagem S. Vicente Cia. Laticínios de J. F Sociedade Progresso de J. F Cia. Promotora da Indústria e Melhoramentos
Diversos	Academia de Comércio Mutação Comercial e Agrícola

Fonte: Pires (1993, p.148)

Essa influência da cafeicultura para as demais atividades econômicas é a seguir reproduzida:

Tanto pela via do movimento de reprodução econômica quanto pela via do processo de acumulação de capital a ele associado, a dinâmica da economia cafeeira foi imprescindível para o processo geral de diversificação econômica urbano-industrial de Juiz de Fora – e, assim, na própria efetivação do processo de expansão capitalista, na forma como se deu no âmbito da economia regional. (PIRES, 1993, p. 148).

Ainda pretendendo destacar a contribuição dos cafeicultores de Juiz de Fora no processo de industrialização, Casca (1979, p.73) nos informa que, de um total das 1.050 maiores ações do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A, em 1889, 650 ações (pouco mais de 60%) pertenciam a fazendeiros. Daí se pode depreender o papel destes na constituição dos fatores pré-condicionantes para a segunda fase do processo industrial, neste caso se tratando do setor financeiro. No caso da Companhia Mineira de Eletricidade, Casca (1979, p. 77) apresenta que, das primeiras 1.500

ações, 552 (quase 37%) pertenciam aos que declararam como profissão, não necessariamente exclusiva, fazendeiro.

Em suma, o que podemos observar em relação ao fator empresarial é que sua origem é composta quase que igualmente por imigrantes e autóctones. As formas de constituição dessas empresas diferiam. No caso dos imigrantes, predominava a via da aplicação de poupança e conhecimentos do antigo funcionário da Companhia União e Indústria. No caso dos autóctones, poderiam advir de qualquer setor, mas com peso mais expressivo do capital oriundo da cafeicultura. As formas de constituição das empresas poderiam ser projetos individuais, sociedades limitadas ou anônimas.

O quarto e último fator que nos guia à compreensão do processo de industrialização de Juiz de Fora é o mercado de trabalho. Basicamente, representaram mercados para a indústria juiz de forense, além da própria cidade e da Zona da Mata, outras regiões de Minas Gerais e mesmo outros Estados, notadamente Rio de Janeiro e São Paulo. A formação do mercado consumidor local ocorreu na medida em que as cidades da região foram se constituindo e expandindo.

O início do movimento de ocupação e povoamento da Zona da Mata, como observamos, se deu na década de 1830, tendo o café como fator de atração e fixação para a região. Estima-se que esta contava, em 1829, com 22.000 habitantes²⁶. No auge de produção cafeeira regional, na década de 1870, esse montante teria alçado a 250.000 habitantes. Neste sentido, além de fator inicial de atração populacional, o café representou a principal fonte de renda para esse mercado consumidor crescente.

É evidente que, considerada a concentração da estrutura fundiária, conforme nos evidenciou Pires (1993, p. 43), e o emprego em larga escala da mão de obra escrava, tal renda advinda da exportação de café possuía um caráter extremamente concentrador. Apesar desse caráter, a produção em si demandava produtos e serviços, máquinas agrícolas, material para transporte, construção e utensílios domésticos. O café também representou o centro de estímulo para o desenvolvimento dos demais setores - Setor de Mercado Interno e Setor de Subsistência. Trata-se um processo de transferência de renda entre setores e, paralelamente, diversificação do mercado consumidor.

²⁶ Casca (1979, p. 85)

Veja-se, por exemplo, a comercialização do café. Implicava em uma série de atividades e serviços urbanos (transporte, armazenamento, financiamento, comunicações) que serão desempenhados pelo SMI e remunerados pelo SME. Desta forma, os recursos gerados pela produção de café e concentrados nas mãos dos fazendeiros são repassados para outros setores da economia, ampliando e diversificando-se, com isto, o mercado consumidor regional. (CASCA, 1979, p 85 e 86).

A transformação das cidades acompanha essa transformação econômica e social regional, com o aprofundamento da divisão social do trabalho e surgimento de novos segmentos sociais, com poderes aquisitivo, interesses e valores distintos. Neste sentido, há uma mudança no ambiente das cidades de alteração qualitativa e quantitativa do mercado consumidor.

Torna-se especial compreender o crescimento do mercado de consumidor de Juiz de Fora e da Zona da Mata a partir da expansão das cidades, pois nelas, como abordamos, concentravam-se a maior participação de trabalhadores assalariados e, portanto, detentores de poder aquisitivo. É no ambiente da cidade que se observou o desenvolvimento dos setores financeiro, comercial e industrial. Portanto, além do crescimento quantitativo do mercado consumidor, observa-se na cidade a diversificação do mercado consumidor.

Com a diversificação dos setores de atividade econômica há uma expansão na oferta de empregos assalariados. Com isso, criou-se uma faixa de mercado consumidor para a qual a indústria de Juiz de Fora se voltará: trabalhadores assalariados de baixa renda. Para esta faixa, predominou o consumo de bens não duráveis. Os artigos de maior valor agregado, de luxo ou especializados abasteciam as faixas de mercado de alta renda, via de regra, através do mercado do Rio de Janeiro ou da importação do exterior.

A título de exemplo, menciona-se que os enxovais das filhas de fazendeiros, comerciantes e industriais abastados eram encomendados diretamente em Paris. Em se tratando de outros produtos (como ferramentas e máquinas agrícolas ou mesmo gêneros alimentícios) não necessariamente tinham que recorrer à importação, podendo satisfazer-se com mercadorias nacionais. (CASCA, 1979, p. 88).

A abolição da escravidão, em 1888, engrossou esse mercado consumidor, que passou a ser composto, em sua maioria, por imigrantes, assalariados urbanos, meeiros, trabalhadores ou pequenos proprietários rurais. No caso específico da área rural, a ampliação e generalização das atividades mercantis contribuiu positivamente para a ampliação do mercado consumidor de baixa renda.

Abordando especificamente o desenvolvimento do mercado consumidor de Juiz de Fora, o estabelecimento da Companhia União e Indústria na cidade e a construção da Colônia D. Pedro II constituem marcos nesse processo. A chegada de imigrantes na cidade²⁷, na condição de assalariados, ampliou o mercado consumidor local. Ademais, com seus novos hábitos de consumo, veio também a diversificar o mercado local. Por sua vez, a formação do entreposto comercial na cidade, a partir da construção da Rodovia União e Indústria, atuou no sentido de acelerar o processo de desenvolvimento urbano, na medida em que intensificou a troca de mercadorias e, portanto, a divisão social do trabalho.

Conforme já discutido, findadas as relações contratuais entre imigrantes e Companhia, muitos desses optaram por permanecer na cidade e abrir seu próprio negócio, a partir de poupança acumulada durante a vigência do contrato e via diferentes formas de constituição de capital, como a sociedade. Esses empreendimentos eram voltados às demandas do mercado então constituído na cidade e na região. Exemplo dessa relação eram as fábricas de insumos agrícolas, que abasteciam o setor cafeeiro exportador.

A fixação de imigrantes na cidade, concluído o prazo dos contratos, organizando pequenas indústrias (cervejarias, oficinas de carroças, máquinas agrícolas e de reparos), serrarias, curtumes, fábricas e implementos agrícolas, casas de comércio ou dedicando-se ao setor de serviços, significou, por um lado, a existência de um mercado consumidor para o qual se destinavam produtos de suas especializações e, por outro, mediante sua incorporação como produtores, a ampliação e diversificação do mercado consumidor local. (CASCA, 1979, p. 88).

Esse crescimento do mercado consumidor de Juiz de Fora pode ser dimensionado por variável da qual se dispõem. Trata-se do crescimento demográfico de Juiz de Fora, expresso na Tabela 23. Essa evidencia que, entre 1890 e 1920 a população do município saltou de 55.185 para 118.166, um crescimento da ordem de 114%. Para além do crescimento absoluto da população, a parcela de residentes no meio urbano cresce de 31,81% para 43,4% no mesmo período, evidenciando crescimento de trabalhadores urbanos assalariados e que poderiam assumir a condição de consumidores.

²⁷ O movimento migratório teria, segundo Casca (1979, p. 92), duplicado a população de Juiz de Fora.

Tabela 23 –Crescimento demográfico de Juiz de Fora

Anos	População urbana		População rural		Total
	Nº	%	Nº	%	
1890	17.622	31,81	37.563	68,2	55.185
1907	28.553	33,4	56.897	66,6	85.450
1920	51.392	43,4	66.774	56,6	118.166

Fonte: Casca, 1979, p.47

Conforme apontado, para além da própria cidade de Juiz de Fora e da Zona da Mata, a indústria juiz de forense abasteceu outras regiões de Minas e outros Estados brasileiros. A evidência principal dessa assertiva é a passagem da indústria local da primeira fase para a segunda fase do processo industrial. O crescimento das indústrias já existentes, com ganhos de produtividade - advindos da utilização de tecnologia em maior escala, da mão de obra e capital aplicados -, e o surgimento de novas indústrias de médio e grande porte indicam que os produtos de Juiz de Fora passaram a abastecer um mercado outrora não contemplado.

Além do desenvolvimento das indústrias da cidade, a infraestrutura e a comunicação existentes já no século XIX (rodovias, ferrovias e redes telegráficas) tornavam possível o acesso dos produtos de Juiz de Fora a novas localidades. Tal possibilidade se torna ainda mais enfática quando considerada a proximidade entre Juiz de Fora e Rio de Janeiro, capital e maior centro econômico do país até então. Devido ao escoamento do café matense para a capital nacional, ambas cidades guardavam facilidades de transporte, contatos comerciais permanentes e certa divulgação dos produtos. O quadro 3²⁸ expressa o peso relativo do Rio de Janeiro enquanto mercado consumidor dos produtos manufaturados de Juiz de Fora. Das 11 companhias consideradas, o Rio figura como mercado consumidor de 9.

Quadro 3 - Mercado consumidor de alguns produtos industriais de Juiz de Fora em 1914

Nome da Firma	Produtos fabricados	Mercado Consumidor
Cervejaria J. Weiss	Bebidas	Minas Gerais
Cervejaria Poço Rico	Bebidas	Minas Gerais, Rio de Janeiro
Curtume Krambeck	Couros	Minas Gerais, Rio de Janeiro
Empresa Lactínios Brasil	Leite e derivados	Minas Gerais, Rio de Janeiro

²⁸ A localidade Minas Gerais, na coluna Mercado consumidor, se refere a outras regiões mineiras que não a Zona da Mata.

J. R. Ladeira e Cia.	Laticínios, baldes, estampas, artes, diversos	Todo o país
Estabelecimento industrial	Bebidas, calçados, massas	Rio de Janeiro
Fundição Francisco Grande	Máquinas (lavoura e indústria)	Minas Gerais, Rio de Janeiro
Fundição Kascher	Máquinas, serraria, fundição, ferraria, carpintaria	Rio de Janeiro, São Paulo
Litografia Estamparia Mineira	Folha de flandres, latas	Minas Gerais, Rio de Janeiro
Mecânica Central	Máquina para lavoura	Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo
Cia. Fabril Juiz de Fora S.A	Calçados e chinelos	Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás

Fonte: Casca, 1979, p. 98.

A respeito das relações econômicas estabelecidas entre os estados, há que se considerar a homogeneidade existente entre as indústrias a nível nacional. Ao final do século XIX e início do século XX, predominavam no país as pequenas e médias indústrias, com baixa tecnologia aplicada e produtora de bens de consumo não duráveis, voltados à mesma faixa de mercado consumidor - baixa renda. Portanto, dada a homogeneidade das fábricas e a falta de integração da economia nacional (em termos de infraestrutura, comunicação, barreiras alfandegárias interestaduais e forte dependência do mercado externo), a abrangência dos mercados existentes era, sobretudo, regional.

Se a homogeneidade era característica da indústria a nível nacional, o era em maior intensidade dentro dos mercados regionais, onde as indústrias dispunham, em geral, de mesma mão de obra, recursos naturais, incentivos públicos e disputavam o mesmo mercado consumidor. No caso específico da indústria de Juiz de Fora, essa concorrência possuía um participante adicional: Petrópolis. Casca (1979, p. 98) se ocupa brevemente em descrever os efeitos negativos da concorrência desta cidade para a indústria juiz de forense. Segundo o autor, Petrópolis possuía vantagens comparativas devido à maior proximidade com a cidade do Rio de Janeiro, capital nacional e centro econômico dinâmico, de modo a facilitar o escoamento de sua

produção a menores custos. Devido também à proximidade geográfica, Petrópolis contaria com maior divulgação de seus produtos no mercado carioca do que os industriais de Juiz de Fora. Como terceiro fator favorável à Petrópolis, Casca (1979, p. 99) cita a especialização na produção para atender àquele ponto turístico (cerâmicas, louças e tecidos).

Por outro lado, Juiz de Fora também possuía vantagens produtivas frente à Petrópolis, das quais o referido autor destaca o menor custo da mão de obra:

Sobre a questão da concorrência, há determinados fatores (*ceteris paribus*) que parecem acenar vantagens competitivas para os produtos industriais de Juiz de Fora. Trata-se, em primeiro lugar, do valor da força de trabalho e sua organização (...). Os salários mais baixos tornariam os produtos manufaturados daquela cidade mais competitivos (...). Se o preço da força de trabalho e as condições de vida para o Rio de Janeiro são também válidos para Petrópolis (dada a proximidade), era possível que os produtos fabris juiz de forenses fossem mais competitivos do que (ou igualmente com) aqueles produzidos naquela cidade (Juiz de Fora). (CASCA, 1979, p. 100).

Considerado o cômputo das exportações e importações, Juiz de Fora apresentou, no início do século XX, superávit em favor dessas. A Tabela 23 expressa essa movimentação ao longo dos anos de 1911, 1912 e 1913. Neste período considerado, o valor máximo em favor das exportações foi atingido no primeiro ano, com um superávit de 9.666,30 contos. O que esse padrão nos revela é uma condição favorável à acumulação em Juiz de Fora, dados os saldos superavitários, possíveis de serem reinvertidos para o setor industrial. Casca (1979, p.102) estima que entre 50% e 60% do valor das exportações nesse triênio tenha advindo de manufaturados. Podemos, assim, observar a dimensão da produção industrial juiz de forense frente sua participação nas exportações do município.

Tabela 23 - Movimento de exportação e importação do município de Juiz de Fora

Anos	Exportação (contos)	Importação (contos)
1911	1.428,8	462,5
1912	1675,5	799,5
1913	1906,6	953,1

Fonte: CASCA (1979, p.101)

3.4 Considerações acerca da constituição do atraso relativo de Minas Gerais a partir do ciclo do café na Zona da Mata e do surto industrial de Juiz de Fora

A partir da revisão bibliográfica realizada para compreender, em linhas gerais, o ciclo econômico do café na Zona da Mata e o surto industrial da cidade de Juiz de Fora, nesta seção são enfatizados os fatores explicativos para a constituição do atraso relativo mineiro afetos aos dois processos. Primeiramente, o foco foi dado aos fatores relativos à produção cafeeira matense propriamente, incluindo: (I) a base geográfica/natural; (II) as bases de acumulação; e (III) a situação da mão de obra escrava e sua persistência em regimes transitórios de relações de produção. Consideradas essas três questões, passa-se ao exame de fatores ligados ao café que contribuem para compreender as causas do insucesso da experiência industrial de Juiz de Fora. Incluem-se nessas questões: (I) a comercialização do café, a importação e o mercado de capitais; (II) a reorganização da economia nacional; (III) a reorganização da economia mineira e o deslocamento da capital estadual para Belo Horizonte; e (IV) as condições de energia elétrica e da infraestrutura de transportes.

Em relação à produção cafeeira matense, Lima (1977, p. 8) subdivide os investimentos na lavoura em investimento de reposição e líquido. O investimento de reposição se refere àquele necessário para cobertura da redução de produtividade de um cafezal, dado o esgotamento da terra ou o envelhecimento de seus pés. O investimento líquido, por sua vez, diz respeito à expansão da produção cafeeira de uma dada propriedade, para além de sua reposição. A questão central no que tange ao fator geográfico/natural é que, quanto maior a disponibilidade de terras para o cultivo e quanto maior sua aptidão para a cultura cafeeira, maiores são os retornos dos investimentos realizados. No caso específico de Minas Gerais, o elemento natural se constitui uma desvantagem, uma vez que se caminhando para o norte da Zona da Mata se encontram as terras áridas da região mineradora. No caso do sul do Estado, a acumulação sofreria os efeitos de concorrência da intensa acumulação do Oeste Paulista. Nesse sentido, a questão geográfica/natural se apresentou como um fator de limitação para a produção cafeeira matense.

Afeta às possibilidades de investimento, tanto de reposição quanto líquido, temos a questão das bases de acumulação. Em regra, como já foi abordado, a produtividade do café mineiro era menor quando comparada à paulista. A idade

envelhecida dos pés de café na Zona da Mata era uma das razões para a produtividade inferior e a conseqüente limitação à acumulação. Enquanto um pé com idade entre 8 e 16 anos era capaz de produzir mais de 100 arrobas por mil pés, o intervalo entre 35 e 50 anos da planta produzia somente de 20 a 30 arrobas por mil pés. De acordo com Lima (1977, p. 23), predominava a segunda situação em Minas. O autor afirma que até mesmo a adubação, prática para se evitar o esgotamento da terra em que se cultivava, era considerada um custo e tendia a ser posta de lado. Aliás, como o mesmo salienta, a terra cansada explica, em grande medida, a menor produtividade mineira. Ainda na análise microeconômica das fazendas de café matenses, Lima (1977, p. 41) evidencia que, ao revés do aprofundamento da monocultura, tal qual ocorrera em São Paulo, persistiram em Minas os cultivos de feijão, cana, fumo, arroz e milho. Deste modo, este estado experimentou processo de divisão social do trabalho, especialização e ganhos de produtividade reduzidos.

Em São Paulo, ao contrário, o grande surto ferroviário a partir de 1870, fez com que a grande fazenda autossuficiente cedesse lugar à grande fazenda monocultora sem que isto significasse a completa eliminação das culturas intercaladas ao café. O aprofundamento da monocultura significava ao mesmo tempo, um aprofundamento da divisão social do trabalho desde que se estabelecesse a produção mercantil de alimentos. (LIMA, 1977, p.41).

A terceira e última questão, relativa à mão de obra escrava e à persistência de regimes transitórios de relações de produção, foi melhor explicitada ao longo da seção anterior. Grosso modo, o que se pôde observar foi que, ao revés de São Paulo, o desenvolvimento do trabalho assalariado na Zona da Mata não se deu na lavoura cafeeira, reduzindo as possibilidades de distribuição de renda e formação precoce de um mercado consumidor mais sólido.

Já em relação aos fatores dos demais setores econômicos, abordou-se primeiramente a questão da comercialização do café, incluindo a importação e o mercado de capitais. Lima (1977, p.66) compreende a cultura do café como a realização da atividade comercial. Visto de outro modo, a venda do café produzido só se concretizaria, segundo o referido autor, mediante o desenvolvimento e funcionamento de um sistema comercial amplo, composto por casas de exportação de café, rede bancária subsidiária e infraestrutura e serviços de transporte. A associação entre a produção e o sistema era em tal intensidade que muitos dos produtores passaram a aplicar o capital acumulado nas mencionadas atividades comerciais, vindo a constituir uma nova classe: a burguesia exportadora.

Desde o começo, os principais líderes da marcha pioneira não se limitaram a organizar e dirigir plantações de café. Eles eram também compradores da produção do conjunto de proprietários de terra, eles exerciam as funções de um banco, financiando o estabelecimento de novas plantações ou a modernização de seu equipamento, emprestando aos fazendeiros em dificuldade. (LIMA, 1977, p.66).

Ocorre que, na visão de Lima, passa a predominar na Zona da Mata a atividade comercial de caráter acentuadamente local e com capital de médio porte. Tratava-se de setor comercial voltado ao pequeno fazendeiro, arrendatário e trabalhador rural, cuja cesta de produtos era composta, essencialmente, por tecidos grosseiros de algodão, bebidas, gêneros alimentícios e outros de primeira necessidade. Dentro do espectro do sistema comercial, o grosso das atividades era realizado no Rio de Janeiro, onde de fato se comercializava²⁹ a safra e de onde provinham gêneros importados. Dessa forma, as casas comerciais existentes nos municípios mineiros nada mais faziam do que a ligação entre o produto do pequeno proprietário e a exportação no Rio de Janeiro, por meio das casas de exportação lá estabelecidas. Em última medida, tem-se que o excedente do grande comércio de exportação ficava retido no Rio, enquanto a pulverização do sistema comercial mineiro atuava como barreira à acumulação.

Os pequenos proprietários venderiam o seu café na porteira da fazenda e, quando isso não acontecesse, chegariam no máximo até a estação mais próxima. Repetimos, dificilmente participariam de qualquer etapa comercial ou financeira ligada ao negócio cafeeiro, e pouco provavelmente teriam excedente disponível para diversificar suas inversões. (LIMA, 1977, p.70).

A conclusão é de que em Minas Gerais não se acentuou a coexistência dos segmentos cafeeiros rural e urbano, de tal sorte que não se observou na Zona da Mata um processo tão intenso de divisão social do trabalho, diversificação econômica, urbanização e, em última medida, industrialização, quanto o ocorrido em São Paulo (LIMA, 1977, p. 70).

Casca (1979, p. 113) caminha na mesma interpretação de Lima (1977, p. 70). Da cafeicultura provinham os capitais através dos quais se processaram as transformações econômicas, em especial em Juiz de Fora. Nesta dinâmica, coube à Rodovia União e Indústria introduzir a mão de obra assalariada e constituir um entreposto comercial na cidade, palco do processo de industrialização. Contudo,

²⁹ Esse intermédio entre a produção na Zona da Mata e a comercialização no Rio de Janeiro era realizado pela figura do comissário.

apesar das transformações observadas, atuaram três fatores na drenagem de recursos de Juiz de Fora, os quais fluíam, principalmente, para o Rio de Janeiro.

Os recursos eram drenados, primeiramente, pela relação comercial entre Juiz de Fora e o Rio de Janeiro. O capital fluía de Minas para o Rio por meio do pagamento de serviços de armazenamento e ensacamento do café, comissões, juros e empréstimos concedidos pelas casas comissárias e bancos; em geral, fluíam através do lucro obtido pelo setor comercial concentrado na capital fluminense. Ainda acerca da questão comercial, Casca (1979, p.113) atenta para a progressiva e crescente dependência dos fazendeiros em relação às casas comissárias. As cobranças excessivas de juros, segundo este o autor, muitas vezes resultavam na perda da propriedade do pequeno produtor matense.

A segunda fonte de drenagem se daria através do sistema de importações via Rio de Janeiro, no qual o pagamento de juros, taxas ou lucros direcionava recursos para a capital nacional. Em contraste, no caso de São Paulo esse excedente permanecia no próprio estado, uma vez que a comercialização com o exterior era processada no porto de Santos. A terceira e última fonte apontada pelo autor diz respeito ao mercado de capitais fluminense. Grosso modo, a política da República Velha do encilhamento reduziu o custo do dinheiro e facilitou o acesso ao crédito. Nessa conjuntura, o Rio se apresentava como o centro por excelência de absorção desse capital. Em passagem ilustrativa, Casca (1979, p.114) descreve como o capital acessado em Minas Gerais não era reinvestido nas atividades locais, e sim encaminhados ao Rio, mesmo que muitas vezes com retorno incerto.

O próprio Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais, fundado em 1887, com sede em Juiz de Fora, faliu, no auge do período especulativo, devido à desastrosa aplicação de recursos naquele mercado de capitais. A evocação deste exemplo, além de ser uma prova incontestada da transferência, explicita o principal mecanismo pelo qual se dá - a instituição bancária. (CASCA, 1979, p.114).

A questão da reorganização da economia nacional faz referência aos efeitos negativos do desenvolvimento da cafeicultura no oeste paulista, associado ao movimento de integração da economia nacional no início do século XX, para a Zona da Mata e para Juiz de Fora. A perda de peso relativo da produção cafeeira do Vale do Paraíba Fluminense para a produção do oeste paulista forma uma nova conjuntura de relações econômicas entre os entes federados que em nada beneficiou Minas Gerais. A série de safras extraordinárias, desde a década de 1870, que alçam São

Paulo à liderança nacional da produção do café, associada à mais intensa experiência de diversificação econômica, urbanização e industrialização já observada no Brasil, levam o estado a polarizar regiões de Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e, inclusive, Minas Gerais. Esse nível de crescimento da atividade econômica torna São Paulo um polo de atração de imigrantes, capitais, fazendeiros, comerciantes, mão de obra e indústrias, em prejuízo de outros estados.

Num período de superprodução, só o café produzido em São Paulo atendia às necessidades do mercado internacional. E a lavoura cafeeira da Zona da Mata não tinha condições de competir com a paulista, nem em volume, qualidade, e mecanização da produção, nem em número e produtividade dos cafeeiros, novos e velhos. (CASCA, 1979, p.115).

Neste sentido, observa-se, a curto prazo, um deslocamento, a partir de 1880, de ativos da produção cafeeira da Zona da Mata, uma cultura estagnada, para o Oeste Paulista. Contudo, o efeito principal para a compreensão do atraso relativo da indústria de Juiz de Fora se fez sentir ao longo do início do século XX. As visíveis vantagens relativas da economia paulista, a constituição de grandes empresas e a respectiva diversificação da produção resultaram em maior competitividade para esse parque industrial, com conseqüente ganho de mercados, limitando o mercado consumidor para a indústria incipiente de Juiz de Fora.

O terceiro fator diz respeito ao movimento de reorganização da economia mineira nas décadas iniciais do século XX, que pode ser desmembrado tanto em uma rearticulação regional, com o desenvolvimento da produção de café nas regiões norte e nordeste da Zona da Mata, quanto em uma rearticulação estadual, com a transferência da capital de Minas Gerais para Belo Horizonte, o que acarretou a mobilização de ativos para essa cidade. Conforme apontado anteriormente, a atividade econômica cafeeira atravessou nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX uma crise a nível nacional. Associada à superprodução citada por Casca (1979, p.115), a abolição atuou no sentido de desorganizar as relações de trabalho nas fazendas de café. Ademais, no caso específico de Minas Gerais, houve o agravante do esgotamento do solo utilizado e envelhecimento dos pés de café sem a devida reposição e tratamento, levando à baixa produtividade. Essa crise na cafeeira apresentou repercussões negativas para toda a economia regional.

Como resultado da crise geral na atividade cafeeira, somada à produção declinante de Minas, essa cultura foi substituída por outras, quando não cedendo lugar

a pastos para a criação de gado. A citação de Casca (1979, p.117) a seguir reproduzida descreve esse fenômeno:

A queda do mercado, a redução e a introdução de pastagens (esta não tem a mesma rentabilidade daquela e emprega quantidade bem menor de mão de obra), vão reduzir sensivelmente o mercado consumidor, a circulação e a disponibilidade de capital na região. (CASCA, 1979, p.117).

A década de 1920 representou certa reanimação para o setor cafeeiro, a partir da política do governo brasileiro de sustentação de preços do café e da retomada da atividade econômica a nível mundial. Como resultado dessa acumulação, Juiz de Fora experimentou nova onda de abertura de indústrias. Porém, ao revés dos negócios de médio e grande porte, de maior valor agregado que se desenvolviam em São Paulo e Rio de Janeiro desde o começo do século XX, a indústria juiz de forense permaneceu caracterizada pelo pequeno negócio produtor de bens de consumo não duráveis (Casca, 1979, p. 117). A Tabela 26 ilustra esse padrão:

Tabela 26 - Indústrias criadas em Juiz de Fora, por ramos de atividade, 1915-1930

Tipos	1915/19	1920/24	1925/30	Total
Alimentação/bebidas,	2	1	7	10
Tecelagem, malharia e artefatos de tecidos	1	4	7	12
Madeira: serraria, fábricas de móveis, carpintaria	1	2	3	6
Litografia/tipografia	1	3	3	7
Cerâmica e construção	-	2	3	5
Metalurgia	-	6	7	13
Curtume, calçados e artefatos de couro	-	1	5	6
Produtos farmacêuticos	-	1	3	4
Diversos	2	5	2	9
Total	7	25	40	72

Fonte: CASCA (1979, p.118)

Nesse movimento de retomada da produção cafeeira, observa-se, como já antecipamos, um processo de rearticulação microrregional, no qual a referida cultura ganha relevância nas regiões norte e nordeste da Zona da Mata. Com o deslocamento da produção, desenvolve-se sistema comercial, de transportes e de abastecimento

para a produção de café, que não necessariamente se relaciona com a cidade de Juiz de Fora. Apesar dessa rearticulação e das alternativas de vias de transporte que são criadas no início do século XX, Juiz de Fora permanece como o segundo maior centro comercial atacadista de Minas Gerais, tendo à sua frente somente a recente capital Belo Horizonte (CASCA, 1979, p. 117 e 118).

Essas alternativas de transporte representaram um forte desestímulo à industrialização de Juiz de Fora, uma vez que diminuíram sua relevância como entreposto comercial, outrora pré-condição para o início do processo de diversificação econômica. Primeiramente, em 1926, foi inaugurada a Ramal Central do Brasil, ligando Ponte Nova a Mariana, a qual veio a reforçar a concentração do comércio atacadista em Belo Horizonte. Posteriormente, houve a inauguração da Rodovia Rio-Bahia, que, de modo semelhante, atuou no sentido de mitigar a relevância regional de Juiz de Fora enquanto polo atacadista (CASCA, 1979, p. 110).

A rearticulação observada a nível regional, resultado da transferência da capital do Estado para Belo Horizonte, teve como consequência um reordenamento espacial na aplicação de recursos econômicos, tendo por ponto de convergência a região metalúrgica. Em primeiro lugar, as receitas estaduais, em grande parte destinadas à realização do projeto de Belo Horizonte, tanto via aplicação direta de recursos quanto via subsídios financeiros, ficaram comprometidas, a prejuízo de todas as demais regiões de Minas. Além disso, como reação a esse estímulo público, mão de obra, fazendeiros, industriais, profissionais liberais, comerciantes, bem como seus capitais, migraram para Belo Horizonte e proximidades. Novamente, isso se deu em prejuízo das demais regiões do Estado, entre elas a Zona da Mata e o parque industrial concentrado na cidade de Juiz de Fora. Além disso, com a concentração das decisões administrativas e debates legislativos em Belo Horizonte, os grupos de interesses matenses se viram ainda mais afastados do centro de influência, dificultando a articulação de sua classe burguesa e seu escopo de influência.

A dispersão geográfica da burguesia, em virtude da descentralização industrial, o baixo índice de capitalização da própria indústria, a crise de superprodução que afeta a economia cafeeira aliada à localização da capital num lugar afastado das regiões desenvolvidas, reforça a atomização geográfica de seus membros, dificultando sua organização. Em Minas Gerais não havia, como em São Paulo, uma burguesia concentrada na capital. (CASCA, 1979, p.121).

Por fim, ainda como fatores essencialmente locais para o insucesso do parque industrial de Juiz de Fora, Casca (1979, p. 121) cita as condições de

infraestrutura de energia elétrica e transportes de que a produção industrial da cidade dispunha. Se, de início, a disponibilidade de energia elétrica atuou no sentido de atrair investimentos e novos negócios, com o passar do tempo se tornou um entrave ao desenvolvimento industrial. Isso se deu devido à insuficiência da energia gerada, à sua baixa qualidade (caracterizada pela constante interrupção de transmissão) e aos altos preços praticados em comparação com o Rio de Janeiro e São Paulo. Uma proposta de solução chegou a ser elaborada, em 1913, mas o projeto apresentado para a reestruturação do sistema elétrico pela Companhia Industrial de Eletricidade do Rio de Janeiro, não chegou sequer a ser aprovado pela Câmara Municipal³⁰. A segunda questão, afeta às deficiências de infraestrutura, envolve a cobrança excessiva de tarifas sobre o sistema de transportes: “o preço excessivo das tarifas de transporte se refletia ainda negativamente na expansão da indústria local, porque agravava o custo final dos equipamentos e das matérias primas importadas até chegar em Juiz de Fora (CASCA, 1979, p. 123).

4 NOVO DESLOCAMENTO DO CENTRO DINÂMICO MINEIRO E ESTRATÉGIAS ESTADUAIS DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DURANTE A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

4.1 Introdução

O intuito do presente trabalho esteve centrado, nos capítulos anteriores, em investigar as causas da constituição do atraso relativo mineiro em seus ciclos econômicos: ciclo do ouro, de gêneros de subsistência e do café, neste caso associado à industrialização da cidade de Juiz de Fora. A compreensão, pelas elites política e econômica mineiras, da situação de atraso econômico no início do século XX, ensejou a intervenção do Estado para superá-lo. Perseguindo este objetivo, o governo mineiro se valeu ora de políticas de diversificação econômica, ora da estratégia de industrialização. Neste sentido, Diniz (1978, p. 18), compartilhando a visão da literatura econômica aqui revisitada, argumenta que no início do século XX o atraso relativo mineiro já estava definido. As razões apontadas convergem com as discutidas anteriormente. Segundo Diniz, em relação a Juiz de Fora:

A nosso ver, as questões centrais a serem analisadas para o entendimento deste fenômeno são: falta de um centro comercial exportador que articulasse as atividades econômicas; relações de produção não assalariadas, impedindo a criação de um mercado de

³⁰ Casca (1979, p.122) aponta como razão para o não andamento do projeto a influência de interesses econômicos monopolistas sobre os parlamentares.

trabalho e consumo; baixa entrada de imigrantes no século XIX, vis a vis outras regiões do país; disseminação das atividades econômicas pelo Estado, aliada à precariedade do sistema de comunicações e transporte. Entre outras consequências, estes aspectos impediram a formação de um "complexo econômico", no sentido utilizado por Wilson Cano. (DINIZ, 1978, p.98).

Porém, o surto industrial de Juiz de Fora, como apontado no capítulo 2, não constituiu a primeira experiência industrial mineira. Houve, conforme Paula (2001, p. 59), uma espécie de manufatura rudimentar ainda no início do século XIX, na área central de Minas, na zona mineradora. As razões da não formação de um complexo regional nesse período, segundo Diniz (1978), são semelhantes às apresentadas por Paula (2001). Em primeiro lugar, não havia uma atividade econômica predominante, haja vista a decadência da extração aurífera ainda no século XVIII, em sua última forma via extração aluvial. Dessa decadência decorreu a baixa capacidade cumulativa naquele momento histórico (DINIZ, 1978, p. 99). Em segundo lugar, consideradas a dispersão populacional e das atividades econômicas, aliadas às deficiências de transporte e comunicações, o grau de integração dessa economia era mínimo. Em terceiro, a produção têxtil não teria prosperado devido também à dispersão e à pequena dimensão das unidades produtoras. Por fim, a atividade pecuária existente na região metalúrgica no século XIX não era capaz de gerar efeitos cumulativos para a economia regional, uma vez que predominava a exportação do boi em pé para outras províncias.

Essas últimas considerações corroboram a percepção das elites mineiras quanto ao atraso e aos problemas econômicos de Minas Gerais. O anseio coletivo, alimentado por um grupo de empresários e políticos à época, se materializou no projeto de construção da capital em Belo Horizonte. A nova capital atuaria no sentido de polarizar o "mosaico mineiro", reduzindo a influência de Rio de Janeiro, no caso da Zona da Mata, e de São Paulo, nos casos da região sul e do Triângulo Mineiro. O projeto modernizador, ademais, serviria à criação de um novo centro industrial em Minas Gerais, entendido como necessário para a redução do distanciamento entre a situação econômica com São Paulo.

O objetivo do presente capítulo é analisar as estratégias de desenvolvimento regional implementadas pelo governo estadual mineiro na primeira metade do século XX. Esta primeira seção se destina a apresentar a subdivisão dos temas abordados. O período aqui abordado se estende da transferência da capital

estadual para Belo Horizonte, em 1897, até o fim do governo estadual de Juscelino Kubitschek, em 1955.

A seção 4.2 se destina à transferência da capital estadual de Ouro Preto para Belo Horizonte. São abordadas suas razões, os debates travados no período, bem como as consequências imediatas e no médio prazo da mudança de capital. As duas seções seguintes tratam das estratégias de desenvolvimento regional que se alternaram no governo estadual na primeira metade do século XX. Assim, o objetivo das seções 4.3 e 4.4 é descrever, em linhas gerais, as origens e características dessas estratégias e como se materializaram em políticas econômicas específicas. As seções 4.5, 4.6 e 4.7 se destinam, respectivamente, à análise dos governos Benedito Valadares (1933-1945), Milton Campos (1947-1951) e Juscelino Kubitschek (1951-1955), tendo como foco as estratégias de desenvolvimento regional. Por fim, na seção 4.8 estão presentes as considerações finais acerca do período como um todo e dos resultados das políticas econômicas estaduais implementadas.

4.2 Transferência da capital estadual

O esgotamento do ciclo do ouro, cuja extração se concentrava na área central de Minas Gerais, foi acompanhado do esvaziamento econômico e populacional da região. Como já abordado, a dinamicidade econômica se transferiu, em um primeiro momento, para o sul de Minas, tendo por principal atividade a economia mercantil de gêneros alimentícios, com traços persistentes de subsistência. Posteriormente, a Zona da Mata e Juiz de Fora foram o palco, respectivamente, do surto cafeeiro e industrial mineiro. Sob a ótica das relações políticas, pode-se constatar a dissociação entre o centro administrativo, a capital Ouro Preto, e as regiões mineiras mais dinâmicas do século XIX. Com efeito, a reivindicação de transferência da capital esteve presente nas demandas das elites econômicas de então, até a inauguração da nova capital, Belo Horizonte, em 12 de dezembro de 1897, por Bias Fortes - à época presidente da Província de Minas Gerais.

Tal dissociação não foi suficiente para a construção de um consenso acerca da localização da nova capital. Os políticos tradicionais da região central, associados às atividades metalúrgicas, se opuseram à transferência do centro administrativo tanto para a Zona da Mata quanto para a região sul do Estado. Dulci (1999, p. 40) descreve que contribuíram para o entendimento acerca da transferência da capital a percepção do atraso relativo da economia mineira e o anseio por uma

nova fase de progresso, da qual a nova capital seria um marco representativo. Neste sentido, a já existente concepção de desarticulação interna da economia e da sociedade mineiras levava ao entendimento da necessidade de transferência do centro administrativo, a fim de polarizar os complexos intra regionais e o fluxo comercial estadual.

Naquilo que Dulci (1999, p. 40) qualifica como um concerto de equilíbrio, Belo Horizonte foi escolhida a nova capital de Minas, atendendo, em parte, ao conservadorismo da elite política da região metalúrgica e, simultaneamente, ao ideal modernizador das elites.

A escolha do local constituiu-se, afinal, numa obra de equilíbrio político, pela qual os conservadores renitentes foram vencidos sem que, entretanto, a capital fosse deslocada para as zonas economicamente mais dinâmicas. O arranjo obtido visava conciliar tradição e modernidade. O governo continuaria sediado na área central, relativamente próximo a Ouro Preto: este era o elo com o passado, com as origens da região mineira. Tal localização poderia convir, além do mais, às diversas partes do estado, sendo justificada pelos seus adeptos, como o mais adequado traço de união para um território tão heterogêneo como o de Minas Gerais. O elemento modernizante, por sua vez, residia na decisão de fundar uma cidade planejada segundo concepções urbanísticas que refletiam a visão do progresso das elites brasileiras na virada do século. (DULCI, 1999, p.40 e 41).

O foco do capítulo 4 é analisar a intervenção do Estado neste processo de recuperação econômica e de alcance³¹ de Minas Gerais. O projeto de Belo Horizonte é o ponto de partida dessa intervenção. A transferência da capital estava prevista nos atos transitórios da Constituição Estadual de 1891. Acerca dessa previsão, Dulci (1979, p. 41), destaca certa contradição inerente existente, uma vez que a carta de 1891 possuía interpretação na linha do liberalismo econômico e de um Estado mínimo. Por outro lado, a transferência da capital para Belo Horizonte envolveu intensa intervenção estatal, via investimentos públicos e intervenções no mercado com o intuito de promover um novo centro polarizador para Minas Gerais.

Primeiramente, Dulci (1999, p. 41) analisa a mudança da capital como um projeto essencialmente político, no sentido de que representava um interesse e uma

³¹ Expressão adotada por Bresser-Pereira (*Em Busca do Desenvolvimento Perdido*, 2018) para designar a indução de taxas de crescimento econômico mais elevadas, em países atrasados, a partir de políticas econômicas desenvolvimentistas, com o intuito de aproximá-los das economias desenvolvidas. Aqui o adotamos no âmbito da economia regional, na comparação entre Minas Gerais e São Paulo.

ação do Poder Público tendo por objetivação a modernização da economia mineira. Em segundo lugar, Belo Horizonte servia, na concepção estatal, ao propósito de criar um centro comercial para todo o Estado de Minas Gerais, capaz de instaurar a polarização jamais verificada no “mosaico mineiro”. Essa concepção antecipa as características de uma das alternativas que se desenvolveu na primeira metade do século XX: a busca de uma integração interna, substitutiva de importações e redutora da influência econômica de Rio de Janeiro e São Paulo.

A leitura realizada por Dulci (1999) do período em questão tem por objeto a análise das elites econômicas e de seu papel no processo de recuperação econômica, ou seja, sua influência sobre as políticas econômicas implementadas entre 1930 e 1955. Deve-se destacar que a construção de uma nova cidade só seria possível, como de fato foi, pela via dos investimentos públicos. Mesmo que sob ótica distinta da adotada no presente trabalho, Dulci (1999) caminha no mesmo entendimento:

Decidiu-se pela opção mais estatista entre as que foram examinadas: construir uma cidade inteiramente nova, tecnicamente projetada, o que só seria viável através do emprego de vultosos recursos por parte do Poder Público. Esse descompasso seria naturalmente menor se não tivesse sido descartada a hipótese de instalar a capital em uma cidade já existente, na impossibilidade de submeter Ouro Preto a uma reforma urbana, como se fez alguns anos depois no Rio de Janeiro. (DULCI, 1999, p.41).

Em relação aos resultados dessa política, Dulci (1999, p. 42) atenta para o fato de que Belo Horizonte passou a atuar como centro polarizador da economia mineira, limitadamente, somente na década de 1920. Porém, divergindo do projeto inicial de integração da economia mineira, o salto modernizante da capital deve ser atribuído ao avanço da siderurgia, resultado da forma particular de inserção da economia mineira na industrialização nacional, que se acentuou a partir de 1940.

Com efeito, a concepção de um sistema econômico regional mais ou menos autárquico, que se buscava constituir na época da mudança da capital, era coerente com a realidade da economia brasileira na passagem do século. Não havia, então, um mercado verdadeiramente nacional, mas mercados locais, no máximo regionais, abastecidos por produção própria e por importações do estrangeiro. Quando, finalmente, Belo Horizonte atingiu certa centralidade econômica, os rumos da economia brasileira já eram outros. (DULCI, 1999, p.42).

No que diz respeito ao desenvolvimento da indústria em Belo Horizonte, de sua gradual concentração e da constituição do novo centro econômico, observa-se que a produção industrial da Zona Metalúrgica ultrapassa a produção industrial da

Zona da Mata ainda durante a primeira metade do século XX. A Mata passa de 35,6% do valor da produção industrial estadual, em 1920, para 20% em 1947, ao passo que a Zona Metalúrgica aumenta sua participação industrial de 32,0% para 44,7% em igual período (PAULA, 2001, p.96).

A Tabela 27 expressa esse fenômeno. Em 1947, Belo Horizonte concentrava cerca de 10,56% do total de estabelecimentos industriais de Minas Gerais (Juiz de Fora 3,8%); 14,32% do capital industrial empregado (ante 10,32%); e 15,2% dos operários industriais (ante 11,43% em Juiz de Fora).

Tabela 27 - Organização industrial em Belo Horizonte, Juiz de Fora e Minas Gerais - 1947

Cidade/estado	Nº de Estabelecimentos	Capital Milhões/ Cr\$	Operários	Motores	Potência
Juiz de Fora	463	227	12.451	1.993	11.950
Belo Horizonte	1.290	315	16.134	3.027	11.732
Minas Gerais	12.218	2.200	106.189	16.983	151.637

Fonte: Paula (2001, p. 97)

4.3 Origens do projeto de diversificação econômica

Nos anos iniciais da República, prevaleceu em Minas o ideal, refletido nas políticas econômicas estaduais até a década de 1940, de diversificação da produção. Segundo Dulci (1999, p. 43), o marco desse fenômeno pode ser atribuído ao Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, realizado em Belo Horizonte no ano de 1903. O referido evento foi organizado pelo governo estadual³², tendo por finalidade refletir acerca da então situação de crise da economia mineira, a qual se devia, principalmente, à baixa das cotações do café no início do século. Participaram do evento industriais, agricultores, comerciantes, políticos e intelectuais de destaque. O tom do evento sugeria a definição de uma estratégia para a recuperação econômica de Minas.

Foram designadas doze comissões temáticas: Agricultura, Café, Pecuária, Vinicultura/Viticultura, Indústria, Tecidos/Fiação, Curtume, Mineração/Águas Minerais, Bancária, Comércio, Viação Férrea e Estradas de Rodagem. Esta simples enumeração mostra o destaque conferido a alguns ramos específicos, (além do cafeeiro, os tecidos,

³² À época presidido por Francisco Sales.

couros, bebidas), que sobressaem dos grupos de trabalho mais gerais encarregados da agricultura e da indústria. (DULCI, 1999, p.44).

Os ramos cuja atenção se destacou foram o do café e da pecuária, neste caso refletindo sobre as possibilidades de aperfeiçoamento dos rebanhos, de sua comercialização e de tecnologia empregada. Com efeito, ao mesmo tempo em que o café ocupava posição central, por ser a atividade mais dinâmica da economia mineira, a situação de crise derivada da excessiva dependência de sua produção e da variação das cotações do produto induziu o debate no sentido de diversificar a produção.

Em relação à indústria, foram dados dois enfoques, um regional e outro nacional. Do ponto de vista regional, o consenso estabelecido era que a desarticulação interna da economia mineira atuaria na restrição da produção. João Pinheiro se destacou ao propor a constituição de auxílio financeiro estatal para desenvolver uma estrutura associativa e de cooperativas, a fim de caminhar para a integração econômica regional. De fato, essa veio a ser uma política econômica empregada em Minas Gerais meses depois. Ademais, as proposições para a área industrial pouco se afastaram da defesa de políticas econômicas protecionistas, de competência nacional.

O Congresso representou um marco na estratégia de política econômica em Minas Gerais, pois suas reflexões influenciaram as decisões públicas que foram observadas nos anos seguintes. Por exemplo, a Lei Nº 363, de 12 de setembro de 1903, veio a estabelecer o pacote de diversificação econômica ditado no início do ano, em maio - mês de realização do Congresso. Essa, seguindo a orientação de João Pinheiro, instituiu os denominados prêmios de animação e aperfeiçoamento econômico. Instituiu também o sistema de assistência técnica ambulante, denominado sistema de extensão rural³³.

O governo João Pinheiro, sucedendo Francisco Sales em 1906, deu continuidade à estratégia de diversificação e modernização econômica. O objetivo central então perseguido era, através da melhoria da qualidade da produção agrícola com uso de tecnologia, reduzir o peso relativo do café. O enfoque na recuperação econômica com ênfase do setor primário pode ser atribuído à concepção de que este teria a maior capacidade de gerar empregos e, deste modo, aumentar o bem-estar da população mineira (DULCI, 1999, p. 46).

³³ Complementarmente a essa medida foram criados o programa de aquisição de sementes e a Revista Agrícola e Industrial Mineira (DULCI, 1999, p. 46).

O eixo do programa era a ideia de modernização agrícola. Tratava-se de diversificar o sistema produtivo, sem descuidar do café, e de melhorar a qualidade da produção através da sua atualização tecnológica. Mas não era, apesar das aparências, um programa agrarista, que cingisse seu corpo à produção rural de acordo com o conceito da “vocação essencialmente agrícola do Brasil”. Nem sequer acolhia a preferência pela “indústria natural” (transformadora de matéria prima nacional) sobre a “indústria artificial”, contraponto frequente nos debates econômicos da época. (DULCI, 1999, p.46).

Em uma análise da política econômica de diversificação, Dulci (1999, p. 48) a qualifica como híbrida entre a teoria econômica clássica e o desenvolvimentismo. Em primeiro lugar, objetivou a diferenciação com base no desenvolvimento do potencial agrícola, em detrimento do desenvolvimento da indústria, em especial da grande indústria. Essa estratégia visava, assim, recuperar a economia mineira e superar sua condição de atraso relativo. A concepção que embasa a estratégia vigente até a década de 1940 é, pois, a do crescimento interno da produção em Minas, em seus diferentes setores, perseguindo, em última medida, a substituição de importações. O ponto de partida para a diversificação substitutiva de importações era a agricultura, mas esperava-se, em última medida, alcançar a manufatura.

Em segundo lugar, o foco das políticas econômicas, como se pode verificar pela assistência técnica ambulante, é o setor privado. Não caberia ao Estado atuar diretamente na produção econômica em qualquer setor. Contudo, o papel do Estado extrapolaria a simples regulação mínima do liberalismo econômico, ao orientar tecnicamente e facilitar o desenvolvimento das capacidades empresariais, uma vez constatadas as inabilidades técnicas e dificuldades de acumulação desses agentes. “A função econômica do Estado, nesse contexto, é a de coordenar os agentes privados, apoiando-os em suas atividades e dirigindo-os para os objetivos modernizantes que se tem em vista” (DULCI, 1999, p. 49).

Ainda seguindo as disposições do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, foi criada, em 1909, a Sociedade Mineira da Agricultura. Apesar de se afirmar como representante dos demais setores, sua atuação basicamente se limitou à agropecuária. Segundo Dulci (1999, p. 47), a Sociedade obteve o êxito de garantir aos produtores um espaço de atuação, de modo inédito, a nível estadual. No que tange ao sistema de cooperativas, o autor atenta para o efeito limitado dessa iniciativa, uma vez que o Convênio de Taubaté, em 1906, veio a estabelecer artificialmente as cotações do café, cessando o impulso associativo de diversificação produtiva e integração.

O caso do Banco de Crédito Real exemplifica o modo de atuação do Estado segundo a estratégia de diversificação no início do século. Fundado em 1889, o banco teve sua carteira de crédito controlada artificialmente pelo governo estadual a partir de 1905, constituindo propriamente uma política de incentivo para o setor agropecuário. Em 1913, o Estado adquiriu dois terços de suas ações, estatizando-o e o transformando em banco público de fomento à agropecuária. Segundo Dulci (1999, p. 50), na prática o Estado passou, em Minas, a desempenhar o papel que em São Paulo era desempenhado pelo capital comercial. Ao se apropriar dos recursos, centralizando-os na esfera pública e reaplicando-os segundo o critério da diversificação produtiva, buscava-se a modernização a partir do modelo substitutivo de importações. O Banco Hipotecário e Agrícola apresentou trajetória similar, confirmando a constatação de que o Estado atuou orientando o capital privado para o caminho da diversificação e da modernização, como então era entendida.³⁴

O Banco Hipotecário e Agrícola teve origem em uma lei que autorizava o governo estadual a apoiar a fundação de um banco voltado para o crédito agrícola. Para tanto, foram entabuladas negociações com o grupo francês Périer que, em 1911, constituiu o banco mediante contrato com o Estado: o novo estabelecimento proviria crédito à produção agrícola e empréstimos às prefeituras para obras de saneamento, obtendo em contrapartida isenções fiscais e garantias de juros. (DULCI, 1999, p.49 e 50).

Entre 1907 e 1937, a participação do valor do produto industrial de Minas Gerais no valor da produção industrial nacional saltou de 4,8% para 11,3% (DULCI, 1999, p. 69). Considerados todos os Estados, excetuando São Paulo, Minas foi o único a aumentar sua participação relativa no período (DINIZ, 1979, p. 18). Este autor subdivide este período em duas fases, segundo o tipo de indústria predominante. Na primeira delas, de 1907 a 1919³⁵, predominou a indústria alimentícia, com especial peso dos laticínios e do açúcar, na esteira da predominância da estratégia de diversificação com foco na agricultura. Concentrava-se nas regiões da Zona da Mata e Sul, neste caso substituindo ou complementando a produção de café, além de abastecer os centros econômicos dinâmicos do Rio de Janeiro e de São Paulo; e na

³⁴ Outro exemplo elencado por Dulci (1999, p.52) desse modo operante estatal é o incentivo à promoção do ensino básico e técnico agrícola, em um primeiro momento, e médio e superior posteriormente. Neste caso, como na instituição do Regulamento Geral do Ensino Agrícola, em 1911, e na Criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, em 1920, o Estado atuou visando qualificar a mão de obra empregada nas atividades agropecuárias, a fim de garantir ganhos de produção que se espalhassem por todas as atividades do setor.

³⁵ Ano este em que a participação relativa da produção industrial mineira chegou a representar 5,6% do valor da produção brasileira.

região Central, voltada ao mercado consumidor de Belo Horizonte e de centros mineradores³⁶. Na segunda fase, de 1919 a 1930, o autor atribui o crescimento da indústria mineira, em especial, à siderurgia.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918), ao restringir as possibilidades de importação, acabou por estimular a indústria de laticínios em Minas Gerais. Confoeme se pode observar a partir da Tabela 28 “em 1913, foram importadas 2.000 t de queijo, 2.000 t de manteiga e 3.000 t de leite em conservas. Em 1918, a importação caiu para respectivamente 1,6 t, 72 t e 720 t, ou seja, praticamente eliminaram-se as importações de queijo e manteiga” (DINIZ, 1979, p. 19). No caso das usinas de açúcar, estas se desenvolveram a partir dos engenhos. Ainda na década de 1930, no entanto, entraram em decadência, devido à reduzida escala de produção, à localização em áreas de relevo acidentado, pouco propícias à atividade agrícola, e à política do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) de estímulo à produção açucareira nordestina, em detrimento da mineira (DINIZ, 1979, p. 20).

Tabela 28 - Minas Gerais: evolução das exportações de laticínios (em toneladas)

Anos	Queijo (toneladas)	Manteiga (toneladas)	Leite industrializado (toneladas)
1906	3.990	1.026	3.943
1910	5.416	2.557	8.704
1920	6.300	7.267	17.144
1928	8.050	-	27.806
1936	12.236	9.498	44.843

Fonte: Diniz (1979, p. 19).

O que se pretende aqui destacar é a predominância da indústria alimentar no início do século XX, pelo menos até os anos finais da década de 1930. Em 1928, do valor total da produção industrial mineira, 51% eram representados pela manufatura alimentícia. E dessa, 73% provinham da indústria de laticínios, açúcar e aguardente (DINIZ, 1978, p. 20 e 21). Contudo, esse papel de destaque não se deu ao acaso, sendo resultado de uma estratégia de diversificação da produção econômica mineira, com enfoque no setor agropecuário.

³⁶ DINIZ (1979, p. 18) cita o caso de Nova Lima.

4.4 Origens do projeto de especialização industrial

Conforme apresentado anteriormente, alternaram-se em Minas Gerais, na primeira metade do século XX, duas distintas estratégias de promoção do desenvolvimento econômico regional e de recuperação do atraso relativo: diversificação, com maior peso atribuído às atividades agropecuárias, e especialização industrial, associada ao potencial mineral de seu território.

Dulci (1999, p. 54) associa o surgimento do ideal de promoção da grande indústria em Minas Gerais à produção acadêmica da Escola de Minas de Ouro Preto, bem como à participação de seus egressos em diferentes instâncias governamentais. A Escola foi criada em 1876, a partir da percepção de que uma nova fase de prosperidade econômica centralizada na mineração, após a decadência do ouro no século anterior, demandaria a produção de conhecimentos científicos e a formação de quadros profissionais aptos a melhor desenvolver os potenciais mineralógicos. Com efeito, o surgimento da grande indústria mineira só veio a ocorrer no século XX. José Murilo de Carvalho (1979, p. 111), autor de obra específica sobre a instituição³⁷, segue entendimento semelhante:

O impacto na área industrial se fez sentir de maneira menos perceptível e mais lenta do que no ensino e na pesquisa. Aqui não bastava que o Estado criasse comissões e empregasse os engenheiros para que os resultados aparecessem. Pesavam muito mais as limitações de ordem econômica. A grande siderurgia no Brasil só surgiu no começo da década de 40 do século XX, o mesmo acontecendo com os grandes projetos de mineração. E isso graças às circunstâncias extraordinárias de antes e durante a Guerra, que facilitaram ao governo a obtenção de financiamento. No entanto, houve tentativas, de parte da Escola e de seus engenheiros, de dinamizar a siderurgia através da ação direta ou de políticas de incentivo. (CARVALHO, 1979, p.111)

O marco para que o ideal da grande indústria mínero-metalúrgica transbordasse o ciclo acadêmico e começasse a influenciar os rumos da política econômica mineira, de acordo com Dulci (1979, p. 55), foram os trabalhos desenvolvidos por egressos da Escola no Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil³⁸. Os estudos acerca do potencial mineral existente em território brasileiro concluíram que Minas Gerais possuía, à época, 5,7 bilhões de toneladas de ferro passíveis de exploração.

³⁷ CARVALHO, José Murilo de. A Escola de Minas de Ouro Preto, 1978.

³⁸ Órgão criado no governo Afonso Pena, em 1907 (DULCI, 1979, p. 55).

Diniz (1978, p.23) argumenta que a Primeira Guerra Mundial, com as dificuldades de importação dela decorrentes, levou o governo mineiro a implementar medidas de incentivo ao setor metalúrgico, a fim de satisfazer a demanda interna. Entre as medidas, o autor cita isenções de impostos, redução no valor dos fretes, concessão de créditos com juros e prazos especiais. Com efeito, os dados das Tabelas 27 e 28 indicam uma mudança no padrão da produção industrial em Minas Gerais. Na esteira das observações da Escola de Ouro Preto, a estratégia de desenvolvimento econômico regional foi se alterando ao longo dos anos 1930, resultando na especialização minero-metalúrgica que insere Minas no contexto do desenvolvimento dos setores dinâmicos nas décadas de 1940 e 1950.

Exemplo de resposta dos agentes privados aos novos contornos da política econômica a nível estadual foi a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, fundada em 1921, a partir da aquisição da Companhia Siderúrgica Mineira. Outro exemplo é caso do Alto Forno Pedro Gianetti, fundado em 1922, em Rio Acima, sendo posteriormente incorporado pela Metalúrgica Santo Antônio S.A., em 1931. A respeito da fundação de diversas companhias metalúrgicas nos anos 1920, bem como de sua posterior aquisição, duas questões merecem ser observadas. Em primeiro lugar, reitera-se que representam empreendimentos resultantes, pelo menos em parte, da disposição do governo estadual de conceder incentivos a fim de promover a industrialização associada à exploração de seus recursos minerais. Em segundo lugar, a aquisição, pelo capital estrangeiro, das pequenas companhias recém fundadas se tornou o ponto central do debate econômico na década de 1920, ao qual Dulci (1999, p. 56) alcinhou de defesa do patrimônio mineral de Minas.

Anteriormente, em 1911, fora fundada a Itabira Iron³⁹. Seguindo a política econômica industrializante descrita, ao projeto foram concedidos inúmeros benefícios fiscais. Como contrapartida, a empresa se comprometeu a processar em território mineiro parte do minério de ferro extraído. Contudo, o governo Artur Bernardes se opôs ao projeto, criando empecilhos que incluíram, segundo Dulci (1999, p.57), desde o manejo (bloqueio) de instrumentos fiscais até uma atitude francamente tutelar.

A razão da oposição por parte do governo estadual estatal se deveu justamente à oposição à extração e exportação do minério bruto, que se fortaleceria

³⁹ De propriedade do empresário americano Percival Farquhar, almejava explorar o minério existente em Itabira, exportando-o pelo Espírito Santo, via Estrada de Ferro Vitória-Minas.

em Minas durante a década de 1920. Grosso modo, almejando não sofrer os efeitos perversos do esgotamento mineral, tal qual ocorrera no ciclo do ouro, a elite política e econômica mineira advogava pelo processamento dos recursos em território mineiro, a fim de agregá-los valor, gerar efeitos cumulativos e promover a industrialização da região central do Estado. Tal concepção pode ser sintetizada pela célebre frase atribuída a Bernardes, segundo a qual minério não dá duas safras.

Na aparência, tratava-se de uma questão de desconfiança ou até mesmo de xenofobia. No fundo, porém, havia uma opção estratégica, cercear a exportação do minério de ferro para propiciar o seu eventual aproveitamento industrial na região. Prova disso é que, na mesma época, Bernardes atuou decisivamente para viabilizar outro empreendimento que envolvia investimento estrangeiro no setor siderúrgico: a Belgo Mineira. Esta companhia, reunindo capitais belgo luxemburgueses e mineiros, visava exclusivamente à industrialização local do minério, concorrendo para substituir importações. (DULCI, 1999, p. 57).

Os mesmos efeitos protecionistas da Primeira Guerra Mundial, que incentivaram a siderurgia em Minas, se fizeram presentes em âmbito federal. A questão da escassez siderúrgica era, nesta esfera, posta como um problema a ser superado. Adiantando-se às políticas federais, Minas Gerais esteve na vanguarda da implantação da siderurgia no Brasil. Tendo por fonte energética o carvão vegetal, as pequenas companhias fundadas, principalmente na década de 1920, levaram Minas a posição de destaque nacional:

A produção de ferro gusa subiu de 31.010 toneladas em 1925 para 46.774 t em 1933 e para 113.478 t em 1938. A de aço subiu de 3.390 t em 1925 para 27.102 t em 1933 e 40.702 t em 1938. Em 1932, a Cia. Ferro Brasileiro iniciou a produção de tubos de ferro fundido e em 1940 a Belgo iniciou a produção de arames. Em fins da década de 1930, Minas Gerais participava com aproximadamente 90% do ferro gusa, 60% do aço e 50% dos laminados produzidos no Brasil. Simultaneamente, o Brasil praticamente eliminou a importação de ferro e aço em lingotes. Mantinha-se, todavia, a importação de aproximadamente 3/4 do consumo de laminados. (DINIZ, 1978, p. 25).

O que se pretende aqui destacar é que a fundação da Escola de Ouro Preto e a fundação e aquisição de companhias metalúrgicas no início do século XX⁴⁰ correspondem à origem mais remota da mudança de rumos na política econômica estadual mineira, que se efetivaria ao longo das décadas de 1940 e 1950. Os estudos

⁴⁰ Aquisições essas com expressiva participação do capital estrangeiro, gerando o debate acerca da destinação dada ao minério bruto. O consenso estabelecido parece ter sido o de barrar a exportação deste, processando-o nas recém fundadas companhias metalúrgicas.

de Ouro Preto, ainda no século XIX e início do século XX, vieram a embasar, décadas mais tarde, a substituição da estratégia de desenvolvimento, via diversificação agropecuária, pela especialização industrial mineiro-metalúrgica.

Até 1940, como abordamos anteriormente, a liderança na geração de valor industrial produzido em Minas Gerais era ocupada pelos alimentos, bebidas e fumo. Entre 1907 e 1919, o valor da produção industrial deste ramo passou de 34,7% para 51,6%. A situação começou a se alterar durante a década de 1930, de tal sorte que, entre 1907 e 1939, o percentual do valor de metalurgia e máquinas salta de 6,1% para 23,3%⁴¹. Os dados estão dispostos nas Tabelas 29 e 30:

Tabela 29 - Participação (absoluta) por setor na produção industrial mineira, 1907/1919/1920

Ano/Setor	Valores da produção (contos)				
	Alimentos, bebidas e fumo	Têxtil	Metalurgia e máquinas	Outros	Total
1907	11.078,7	12.807,1	1.904,2	6.089,1	25.790,0
1919	88.613	51.150	3.874	28.418	172.055
1939	415.466	169.660	236.144	127.777	994.047

Fonte: Diniz, 1978, p. 22

Tabela 30 - Participação (percentual) por setor na produção industrial mineira, 1907/1919/1920

Ano/Setor	Produção (%)			
	Alimentos, bebidas e fumo	Têxtil	Metalurgia e máquinas	Outros
1907	34,7	40,2	6,1	19
1919	51,6	29,7	2,2	16,5
1939	41,8	17,1	23,7	82,6

Fonte: Diniz, 1978, p. 22.

O crescimento da produção metalúrgica, expressa nas Tabelas 29 e 30, atuou também na urbanização e no desenvolvimento da região central, em especial da capital Belo Horizonte, que se transformava no mais importante centro

⁴¹ Diniz, 1978, p. 22.

administrativo, comercial e financeiro do Estado e em importante mercado de consumo para a época (DINIZ, 1978, p. 29). Segundo o autor, foi a partir deste momento, com a reorientação da estratégia de desenvolvimento da economia mineira, que a perda de relevância econômica e política de Juiz de Fora se acentuou.

Por fim, faz-se necessário salientar que a mudança de paradigma de desenvolvimento regional não constituiu um processo abrupto. Pelo contrário, a exploração do potencial minero-metalúrgico de Minas Gerais em nada contrastava, de início, com a estratégia de diversificação. Como já foi mencionado, esta prezava pela diversificação inicial do setor agropecuário, a ser posteriormente replicada na manufatura, da mais simples à mais complexa tecnologicamente. Ocorre que, com o crescimento do número de companhias metalúrgicas, o ideal da diversificação foi gradativamente sendo abandonado ao longo dos anos 1930. A partir da década de 1940, com o processo de industrialização nacional e de integração econômica, a especialização produtiva se intensifica. Reiterando a subdivisão do avanço industrial em dois períodos, a segunda fase se inicia em 1941, liderada pela produção minero-metalurgia.

O processo pelo qual a ideia do desenvolvimento regional passa a ser identificada com a industrialização em si mesma e, dentro desta, com a expansão da indústria siderúrgica e da produção de bens intermediários é que resultará no posterior abandono da imagem de uma economia diferenciada em favor de outra que privilegiará a especialização em tais segmentos industriais, como estratégia para uma rápida modernização do sistema. (DULCI, 1999, p. 58).

4.5 Governo Benedito Valadares (1933-1945): antecedentes e ruptura com a estratégia de diversificação

Durante a última década do século XIX e a primeira do século XX, o café já apresentava uma trajetória descendente quanto ao seu peso relativo no cômputo das exportações mineiras⁴². Produtos como cereais, gado e laticínios, voltados ao mercado interno, crescem, nesse mesmo período, sua participação (DULCI, 1999, p. 59). Dois são os principais fatores para a ocorrência dessa transformação: a abolição

⁴² Estima-se que caíra de uma média superior a 50%, entre 1927 e 1932, para 27%, em 1936 (DINIZ, 1978, p. 30).

da escravidão em 1888, que impactou intensamente as lavouras cafeeiras, e a crise (de superprodução) das cotações do produto iniciada em 1897⁴³.

Com a queda do valor das exportações do café, as importações, por consequência, foram restringidas, fortalecendo a opção por uma política econômica de promoção da substituição de importações. Essa estratégia foi antecipada em âmbito regional por Minas Gerais, como demonstra a diversificação econômica acima assinalada.

No entanto, se, por um lado, a receita pública estadual caiu drasticamente em razão da queda da exportação de seu principal produto, por outro, parte da despesa era destinada ao esforço de garantir preços e reduzir os prejuízos da produção e comercialização do café:

Na mensagem encaminhada pelo Governador Benedito Valadares à Assembleia Legislativa, no ano de 1937, se fazia uma retrospectiva da situação econômica do Estado e das finanças públicas: "com a renda empenhada em mais de um terço, no pagamento de juros, a renda diminuída — em virtude da estagnação econômica e da má arrecadação de impostos e de estar sendo desviado para o Instituto Mineiro do Café e para a cobertura dos déficits da Rede Mineira de Viação — a situação do estado era realmente alarmante." (DINIZ, 1978, p. 30).

A tendência da diversificação econômica observada desde os anos finais do século XIX havia sido interrompida na segunda metade da década de 1920, com a melhoria temporária dos preços do café - ocasionando novamente a concentração produtiva nesta atividade. Com a melhora de arrecadação proveniente das exportações, o governo estadual ampliou sua margem de gastos e contraiu empréstimos, tendo por objetivo a modernização. Em 1929, o café respondeu por mais de 60% das exportações mineiras (DULCI, 1999, p. 63). Logo após o curto período de reanimação, os preços do produto voltaram a cair drasticamente, condenando o nível de atividade econômica e comprometendo seriamente a saúde financeira do Estado.

Foi nessa conjuntura que, em 1933, Benedito Valadares foi nomeado pelo presidente Getúlio Vargas interventor de Minas Gerais. A tentativa de solução financeira e fiscal de Valadares se moveu, em essência, em três frentes. Primeiramente, procedeu-se à organização e redução das despesas públicas, nos moldes da prescrição liberal. Para além da redução, as despesas foram remanejadas,

⁴³ A resposta governamental imediata à queda das cotações se manifestou no Convênio de Taubaté, política federal de manutenção virtual de preços do café.

em processo que garantiu a destinação aos programas voltados à agricultura. Seguindo a estratégia da diversificação, essa possibilitaria a modernização regional, restabelecendo a atividade econômica e equilibrando as contas públicas⁴⁴.

Em segundo lugar, para sanar o problema financeiro imediato, o governo mineiro negociou três vultosos empréstimos no pacote denominado Empréstimo Mineiro de Consolidação⁴⁵. Em terceiro, atuando na frente da arrecadação, o governo Valadares reorganizou o sistema tributário sem, contudo, elevar a carga de impostos. Graças à modernização do sistema, à reorganização da Secretaria de Finanças e à implantação de redes de coleta pelo Estado, conseguiu elevar a arrecadação em 25% entre 1935 e 1936 (DULCI, 1999, p. 64).

Outro feito de Valadares foi reestatizar os serviços de armazenagem e comercialização do café, ao extinguir o Instituto Mineiro do Café. Mais do que se apropriar dos impostos destinados ao órgão, o governo se apropriou dos serviços de escoamento da produção. Esse recurso foi essencial na condução das políticas de diversificação da produção agropecuária. Ademais, foi criada em 1935 a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. A orientação máxima desse órgão foi a de estimular a diversificação, em especial dos produtos que pudessem ser processados industrialmente em território mineiro. Essa diretriz nada mais expressava do que o cerne do ideal de modernização por diversificação: promover a substituição de importações, gradativamente, desde a agricultura até a indústria mais complexa. A diversificação seria, de acordo com o plano da Secretaria, estimulada a partir das especificidades e potencialidades de cada região de Minas Gerais. O efeito último pretendido era a integração interna de todo o território mineiro⁴⁶.

Eram culturas que se adequavam às condições de diferentes zonas: o algodão, ao pobre e isolado norte; a mamona, aos vales do Rio Doce e do São Francisco; o fumo, a várias partes, com destaque para a Zona da Mata, deprimida pelo café; a laranja, também à Mata; e a uva e outras frutas de clima temperado, ao sul. Nesta medida, as diversas áreas do território mineiro participariam do processo de reativação econômica; este seria, portanto, um processo de desenvolvimento desconcentrado - sem, contudo, agravar a fragmentação interna, pois

⁴⁴ Dulci (1999, p.64) menciona a área da educação como uma das mais atingidas pelo corte de despesas públicas implementado no início do governo Benedito Valadares.

⁴⁵ Dulci (1999, p.63) atribui ao Empréstimo o fortalecimento a nível nacional de três grandes bancos mineiros.

⁴⁶ Dulci (1999, p. 66) exemplifica essa orientação industrializante pelo caso da produção de fumo: através de legislação de incentivo, almejava-se processá-lo integralmente em território mineiro.

o propósito do governo era o de vincular as referidas culturas à expansão da indústria regional. (DULCI, 1999 p. 65 e 66).

Deve-se frisar que a orientação geral de produzir gêneros agrícolas que também pudessem ser industrializados em Minas reflete o ideal de modernização a partir da substituição de importações de todos os produtos possíveis. Dulci (1999, p. 66) adota essa mesma interpretação acerca da política econômica vigente no início do governo Valadares:

Tal ênfase na agroindústria parecia atualizar, de certo modo, o conceito de “indústria natural” dos primórdios da industrialização brasileira. Mas nenhuma referência a esta noção se encontra nos documentos do período. O que inspirava as autoridades mineiras era outra imagem também herdada do passado: o modelo de uma estrutura produtiva diferenciada e ao mesmo tempo integrativa, orientada para a autossuficiência. (DULCI, 1999 p. 66).

No que diz respeito à conjuntura econômica da década de 1930, essa refletiu os efeitos da crise de 1929. Grosso modo, atuou no sentido de dificultar as importações, estimulando naturalmente o processo de diversificação já em curso em Minas Gerais - efeito semelhante ao da Primeira Guerra Mundial. Neste sentido, pode-se afirmar que a estratégia implementada no governo Valadares de promover a gradual e geral substituição de importações, a partir da agricultura e tendo por ideal a autossuficiência, foi, em certa medida, consubstanciada pela conjuntura econômica desfavorável dos anos 1930.

Durante os anos 1930, o propósito da diversificação da produção agrária respondeu, consideravelmente, às expectativas da estratégia de desenvolvimento regional então vigente, - diferentemente da resposta obtida por João Pinheiro no início do século. A participação relativa do café no valor de produção do setor agrícola declinou, ao passo que outros produtos ascenderam. Segundo Dulci (1999, p. 67), o maior aumento relativo foi encampado pelos cereais (arroz, feijão e milho). O feijão ascendeu à liderança nacional da produção na comparação com outros Estados. Os demais cereais, além da cana, também cresceram e, por vezes, ocuparam a primeira posição nacional. É neste sentido, pois, que podemos verificar que o projeto de diversificação da agricultura mineira foi de fato implementado até 1940. Convém, ainda, salientar, que a estratégia contou com o favorecimento de condições externas propícias à redução da pauta de importações por Minas Gerais. Assim, o Estado e fatores de mercado caminharam no mesmo sentido de reestruturação da economia mineira após o declínio da cultura cafeeira.

Em relação à pecuária, a preocupação com a exportação do boi em pé, sem processá-lo em Minas Gerais e, portanto, sem garantir agregação de valor, antecede ao governo Benedito Valadares:

A preocupação com o pequeno resultado econômico da exportação do boi em pé vinha de longa data. Pelo decreto nº 8.873, de 13-11-1928, o Governo Antônio Carlos concedia favores às empresas que requeressem para instalação até 5 frigoríficos, nas zonas da Mata, Sul, Oeste, Triângulo e Norte. A exportação bovina havia subido de 444.297 cabeças em 1930 para 905.310 cabeças em 1942, acentuando a preocupação do Governo. (DINIZ, 1978, p. 60).

Tendo em vista esse potencial, ganhou força nas décadas de 1920 e 1930 o movimento de ocupação do Triângulo Mineiro para a pastagem, na esteira do que ocorrera a nível nacional na região central do país. Nesta última década, criadores de gado do Triângulo Mineiro, em especial de Uberaba, associaram-se a fim de introduzir o gado zebu⁴⁷. Nos anos seguintes, a exportação mineira cresceu acentuadamente, reforçando a tendência à diversificação da economia regional: “em 1930, foram exportadas para outras partes do país 444.297 cabeças; em 1936, 598.117 cabeças; e em 1942, 905.310 cabeças” (DULCI, 1999, p. 68). Verificou-se crescimento de 103,76% entre 1930 e 1942. A participação do governo estadual, tanto no crescimento da produção de cereais quanto pecuária, ocorreu através da política creditícia do Banco Mineiro de Produção.

A Tabela 31 evidencia a evolução do valor da produção industrial mineira no Brasil: de 4,8%, em 1907, para 11,3%, em 1937. Diniz (1978, p. 18) adota subdivisão segundo à qual, até 1919, esse crescimento relativo se deveu, em maior peso, à indústria alimentícia. Se considerarmos a constatação de Dulci (1999, p. 61) de que até 1940 a estratégia de promoção de desenvolvimento econômico predominante em Minas foi a da diversificação, com especial atenção à agricultura passível de manufatura em território mineiro, a subdivisão de Diniz se torna ainda mais coerente com a realidade do período em questão.

Tabela 31 - Distribuição do valor da produção industrial brasileira pelos principais produtores (%): 1907, 1920 e 1937

Estado	1907	1920	1937
São Paulo	16,5	31,5	43,2
Distrito Federal	33,1	20,8	14,2

⁴⁷ Dulci (1999, p. 98) cita o especial interesse pelas raças Gir, Nelore e Guzerat.

Minas Gerais	4,8	5,5	11,3
Rio Grande do Sul	14,9	11,0	10,7
Rio de Janeiro	6,7	7,4	5,0
Pernambuco	4,0	6,8	4,2

Fonte: Dulci, 1999, p. 69

De toda sorte, o processo pelo qual a indústria siderúrgica se torna o centro econômico da atividade industrial mineira, bem como o processo pelo qual a estratégia de diversificação cede lugar à estratégia de industrialização, tem origens que remetem ao período anterior a 1940.

Além do desenvolvimento dos setores agrário e pecuário, a produção siderúrgica experimentou considerável desenvolvimento ainda na década de 1930. Segundo a Tabela 32, entre 1932 e 1940, a produção de ferro gusa passou de 28.809 toneladas para 158.739. A de aço, de 26.013 toneladas para 85.397. A produção de laminados saltou de 21.765 para 74.508 toneladas. Tubos de ferro cresceram de 3.200 para 10.015 toneladas no mesmo período.⁴⁸

Tabela 32 - Minas Gerais: Evolução da Produção Siderúrgica: 1932-1940

Ano	Ferro gusa	Aço	Laminados	Tubos de ferro
1932	28.809	26.013	21.576	3.200
1933	46.774	27.102	22.937	5.000
1934	58.560	27.499	23.001	2.500
1935	64.082	25.935	23.023	2.500
1936	78.986	30.811	28.886	4.120
1937	98.107	31.005	30.339	4.210
1938	113.478	40.702	35.125	5.085
1939	143.604	59.901	40.787	3.706
1940	158.739	85.397	74.508	10.015

Fonte: DINIZ, 1978, p. 27

Segundo Diniz (1978, p. 39), estavam abertas ao presidente Vargas, no início da década de 1930, três possibilidades de solução para o problema da escassez

⁴⁸ Dulci (1999, p.69) atribui esse crescimento acentuado à implantação de siderúrgicas em Minas Gerais nos anos 1920, como a Belgo Mineira e a Ferro Brasileiro.

siderúrgica nacional: “usina de propriedade do Estado, com financiamento estrangeiro; empresa nacional com participação privada e governamental; e empresa privada com capital nacional e estrangeiro, sob controle e supervisão do Estado”. De início, o governo Vargas expressou sua total insatisfação com o estabelecimento de uma grande usina siderúrgica abastecida energeticamente por carvão vegetal, a qual qualificou como antieconômica, por destruir florestas e apresentar alto preço.

Em maio de 1938, foi publicado, por solicitação do presidente da República, o parecer denominado Exportação de Minério de Ferro em Larga Escala e Estabelecimento da Grande Siderurgia Nacional. Em linhas gerais, este saiu em defesa do projeto Itabira Iron, o qual, conforme já abordamos, sofria forte resistência do governo estadual mineiro, bem como de grande parte de sua elite política e econômica. Como reação, a Sociedade Mineira de Engenheiros (SME), publicou, em dezembro do mesmo ano, o parecer Siderurgia Nacional e Exportação de Minério de Ferro. Basicamente, este documento se opunha à Itabira sob o argumento de que tanto a exploração do minério de ferro quanto seu processamento industrial deveriam ocorrer em Minas Gerais, de modo que houvesse apropriação nacional dos ganhos provenientes da manufatura.⁴⁹

Diante do acirrado debate, o governo federal passou a realizar estudos técnicos e enviar missões ao exterior com o intuito de interessar algum grande grupo estrangeiro a estabelecer uma usina siderúrgica no Brasil. Após tratativas malsucedidas com o grupo alemão *Demag* e o estadunidense *United States Steel*, o governo Vargas declarou caduco o contrato existente com a Itabira Iron. Em março de 1940, foi constituída a Comissão Executiva do Plano Nacional do Aço, a qual definiu a localização da nova usina siderúrgica em Volta Redonda (Rio de Janeiro), a partir de recursos externos obtidos no *Import and Export Bank*, com auxílio do governo americano. Deste modo, apesar do movimento crescente de sua produção siderúrgica desde a década de 1920, Minas perdeu o projeto de construção da grande usina nacional. No início de 1941 foi fundada a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)⁵⁰.

Dulce (1999, p. 70) reconhece a definição de Volta Redonda para sediar a CSN como o marco para o início da reorientação da estratégia de desenvolvimento

⁴⁹ O parecer da SME também defendia a usina a carvão vegetal.

⁵⁰ Diniz (1978, p. 43) reconhece a fundamentação técnica para a escolha de Volta Redonda. Contudo, também atribui essa decisão à influência política do interventor do Estado do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto.

econômico mineiro, ainda no governo Valadares. Contudo, o autor atribui o redirecionamento no sentido de promoção de uma política estadual de industrialização a também três outros fatores.

Em primeiro lugar, atenta para a conjuntura internacional. Com o início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as relações comerciais estabelecidas entre Minas Gerais e os países desenvolvidos foram profundamente impactadas. Com a restrição de importações de bens manufaturados, Minas se viu induzida a abdicar da estratégia de diversificação agrícola a fim de satisfazer sua demanda por meio da manufatura doméstica.

Claro que as contingências da guerra afetavam também a indústria, mas de modo diferente. Pois, se o crescimento industrial era limitado pela dificuldade de obtenção de insumos essenciais e de bens de capital, que possibilitassem a ampliação da capacidade, por outro lado a produção de determinados bens podia desenvolver-se sem a alternativa de suprimento externo. Nesse sentido, o segundo conflito mundial prolongou e aprofundou o efeito da Grande Depressão, ao estimular, no Brasil, novas iniciativas de substituição de importações industriais. (DULCI, 1999, p. 70 e 71).

O segundo fator diz respeito à orientação geral da política industrializante da ditadura do Estado Novo. A forte centralização das decisões políticas a nível federal se opunha conceitualmente a um projeto regionalista em Minas Gerais. Logo, a estratégia de industrialização e integração da economia brasileira passou a pressionar, a partir de 1937, a adesão mineira. Note-se que se tratava de ideal oposto ao projeto de diversificação da economia mineira: Minas deveria, considerada suas vantagens comparativas, especializar-se e se integrar à formação de um complexo industrial nacional. Há que se salientar que se tratava de um governo ditatorial, o qual não admitiria passivamente a oposição de alguns governadores e interventores a essa estratégia de industrialização.

Por fim, o terceiro fator apontado por Dulci (1999, p. 72) diz respeito à questão demográfica. Com o avanço tecnológico no setor agropecuário, Minas experimentou a partir da década de 1920 intenso processo de êxodo rural. Contudo, diante da vigência da estratégia de diversificação, o emprego urbano industrial não era capaz de atender à nova demanda por trabalho. Neste cenário, a população mineira cresceu, entre 1920 e 1940, segundo os censos de então, em menos da metade da taxa nacional - 0,7% ante 1,5%, respectivamente. Os principais destinos dos emigrantes mineiros foram os dois centros econômicos dinâmicos que

polarizavam extensas regiões do Estado, Rio de Janeiro e São Paulo. Diniz (1978, p. 30 e 31) caminha em interpretação semelhante à de Dulci (1999, p. 73).

A situação de crise por que passava a economia mineira, ao lado da dinâmica expansão industrial de São Paulo e das novas fronteiras agrícolas, principalmente Goiás, reforçaram a corrente emigratória de Minas, acentuando a preocupação do governo mineiro com o esvaziamento econômico do Estado. O Censo de 1940 registrou a existência de 829.521 mineiros vivendo fora de Minas, o que representava 12,9% da população efetivamente presente no Estado. (DINIZ, 1978, p. 30).

A Tabela 33 indica a persistência do problema da evasão de mão de obra mineira. Com efeito, entre as décadas de 1950 a 1980, calcula-se que 8.908.007 mineiros tenham deixado o Estado. Diante dessa corrente emigratória, a opção que se impunha era a de promover a industrialização a fim de gerar empregos e conter esse o contingente populacional que se evadia.

Tabela 33 - Saldo da migratório em três unidades da Federação: 1950-1980

Ano	São Paulo	Rio de Janeiro	Minas Gerais
1950	556.761	649.419	-1.156.371
1960	853.364	1.106.712	-1.652.291
1970	1.900.084	1.674.750	-2.764.897
1980	4.554.130	2.025.518	-3.335.148

Fonte: Dulci, 1999, p. 72.

Se a perda do projeto siderúrgico para o Estado do Rio de Janeiro marcou a ruptura com a estratégia de diversificação econômica com foco na agricultura em Minas Gerais, o projeto de construção da Cidade Industrial de Contagem, ainda no governo Valadares, representou a primeira medida concreta neste sentido. O plano, executado pelo Departamento de Fomento Industrial, da Secretaria de Agricultura, consistia, grosso modo, em intervenção do Estado, via aforamento, benefícios tarifários e construção de infraestrutura energética, para atrair empreendimentos industriais a nove quilômetros de Belo Horizonte.

A definição do local, fora da área de concessão de energia pela Companhia Força e Luz de Minas Gerais⁵¹, representou uma resposta às altas tarifas adotadas por essa, bem como à má qualidade de sua transmissão energética. Para o abastecimento do novo complexo, previa-se a construção de nova usina hidrelétrica.

⁵¹ Subsidiária da *Bond and Share*.

De fato, em 1946, foi inaugurada a Usina do Gafanhoto, a 90 quilômetros de Belo Horizonte, no Rio Pará⁵².

Para atração do capital industrial, Valadares desapropriou área equivalente a 270 hectares, concedendo-a aos empreendimentos pelo regime de aforamento:

A cessão de áreas às indústrias seria feita enfiteuse, mediante foro anual de 6% sobre o valor do terreno cedido e laudêmio de 5% no caso de transferência, quando autorizada. Para o fornecimento de energia elétrica, o critério adotado introduziu, além de tarifas diferenciais, em função do consumo, da potência instalada e do fator de carga, descontos especiais, progressivos pela relação valor da produção/consumo de energia elétrica (DINIZ, 1978, p. 47).

Ademais, há que se destacar a pressão exercida por Valadares junto aos empresários. Ao que consta, “o Governador Benedito Valadares se empenhou diretamente nesta promoção, convocando industriais e pressionando-os no sentido de se instalarem na nova cidade industrial”. (DINIZ, 1978, p. 47).

Em relação aos resultados iniciais da construção de Contagem, não foram tão expressivos quanto se esperava. A indústria de maior porte que se instalou na cidade industrial foi a Companhia de Cimento Portland Itaú. Segundo Diniz (1978, p. 48), aplicou-se inicialmente o capital de 20.000 contos, o qual se reverteu na produção de 200 toneladas por dia. As contingências políticas e econômicas advindas da Segunda Guerra Mundial, a ausência de um grande mercado consumidor em Contagem e as deficiências de infraestrutura em seus anos iniciais, sobretudo no que se refere à interligação com outras regiões mineiras economicamente dinâmicas, acabaram por reduzir a atuação expansionista do governo estadual no projeto da Cidade Industrial de Contagem.

Ainda no governo Valadares, em decorrência dos efeitos da Segunda Guerra Mundial, a exportação de minério de ferro pelo Brasil se tornou questão de relevância para Estados Unidos e Inglaterra. No que passou a ser denominado Acordos de Washington, o governo norte americano se comprometeu a conceder, junto ao Banco Mundial, empréstimos para que o minério de ferro fosse extraído e exportado por Minas Gerais. Ao governo inglês, por sua vez, ficou estabelecido que este adquiriria as minas de ferro existentes em Itabira. Com efeito, em meados de 1942, o governo brasileiro viabilizou a negociação em Minas Gerais, ao autorizar a criação da Companhia Vale do Rio Doce S.A. pelo Decreto nº 4.352.

⁵² Com capacidade inicial de 10.000 HP (DINIZ, 1978, p. 48).

A Vale foi constituída com um capital inicial de 200 mil contos. Conforme o estabelecido nos Acordos de Washington, o governo dos Estados Unidos concedeu empréstimo, via Banco Mundial, em um montante de U\$ 14 milhões (DINIZ, 1978, p. 49). O contrato previa a amortização desse valor através de desconto em 15% no valor das exportações de minério de ferro, durante 20 anos. A Inglaterra também cumpriu sua parte no acordo, adquirindo e transferindo para a Companhia as minas de ferro existentes em Itabira. Nestes termos, a Vale foi constituída, em 1942, com a previsão de exportar o total de 1,5 milhões de toneladas de ferro por ano para as duas potências que assinaram o acordo.

Algumas características da criação de mais uma importante companhia mineradora em Minas Gerais, no momento de redirecionamento estratégico do governo Benedito Valadares, merecem especial atenção. Note-se a presente atuação do Estado, no caso do governo federal, para a realização do projeto em Minas Gerais. Segundo Diniz (1978, p. 50), a presença do Estado se fez necessária devido à incapacidade, técnica e financeira, dos grupos nacionais privados de realizar projeto de tal magnitude, ao desinteresse do capital estrangeiro em constituir tal tipo de empreendimento em território brasileiro, e à ideologia nacional desenvolvimentista que então predominava no governo federal. Deste modo, a Vale nasceu da intervenção estatal, com marcante presença do capital estrangeiro, em decorrência dos seus interesses em uma conjuntura bem específica, a Segunda Guerra Mundial. Vale ainda ressaltar que, diante da pressão internacional, o governo brasileiro optou por desvincular a extração e exportação do minério de ferro da questão da implantação da siderurgia nacional.

Contudo, os resultados da Companhia em seus anos iniciais foram consideravelmente modestos. Como mencionado acima, previa-se uma exportação na casa de 1,5 milhões de toneladas ao ano. Os resultados foram bem abaixo do esperado: 125 mil toneladas exportadas em 1944, 100 mil em 1945 e 40 mil em 1946 (DINIZ, 1978, p. 50). Diante desse baixo desempenho e do término da Segunda Guerra em 1945, Estados Unidos e Inglaterra se viram desfavorecidos pelo acordo. Como reação, denunciaram o contrato, levando à quase paralisação das atividades da Vale.

Em 1944 foi constituída a Aços Especiais Itabira S.A. (Acesita), através da associação de Percival Farquhar, Athos de Lemos Rache e Aminthas Jacques de Moraes. Previa-se uma produção anual de 60.000 toneladas de aço em lingotes.

Contudo, devido aos altos custos iniciais de investimento em infraestrutura, à inflação em alta em meados dos anos 1940, à incapacidade de fabricantes europeus e americanos de fornecerem os equipamentos necessários - dada a conjuntura da Segunda Guerra - e, em especial, à ação do truste do alumínio internacional, a empresa também pouco prosperou em seus anos iniciais. A fábrica se manteve paralisada até 1949, quando entrou em falência.

4.6 Governo Milton Campos (1947-1951): Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção

Seguindo a periodização adotada por Dulci (1999, p. 61), o período entre 1947 a 1951 pode ser caracterizado pela coexistência e pelo equilíbrio entre as estratégias de diversificação e industrialização. Grosso modo, essa política econômica híbrida foi inaugurada pela posse de Milton Campos no governo de Minas Gerais⁵³, com seu Plano de Recuperação Econômica.

As origens desse plano remetem à Contribuição para o Planejamento Industrial de Minas Gerais, coletânea de estudos realizados por Lucas Lopes⁵⁴ em 1945. O conteúdo desses estudos refletiu basicamente a estratégia de desenvolvimento regional mineiro que marcara a segunda fase do Governo Benedito Valadares: promoção de uma política industrial, nos moldes da estratégia de especialização, na qual caberia ao Estado promover a construção de infraestrutura de energia e de transportes necessária à industrialização. Dulci (1999, p. 76) apresenta esse mesmo entendimento ao afirmar que “estavam sendo gestadas pela equipe econômica de Valadares as linhas mestras de um modelo de desenvolvimento a ser aprofundado nos anos seguintes”.

O plano de planejamento setorial de Lopes, uma vez revisitado e ampliado, inspirou o nascimento de uma formulação inédita em termos de desenvolvimento regional, englobando variados setores produtivos em uma visão sistêmica⁵⁵. Além do pioneirismo, o Plano de 1947 tratou do desenvolvimento de Minas Gerais englobando

⁵³ Para fins de situação no cenário político nacional, há que se destacar que no momento da eleição de Milton Campos a ditadura do Estado Novo já se encerrara.

⁵⁴ Secretário de Agricultura no Governo Benedito Valadares.

⁵⁵ Dulci (1999, p. 78) reconhece a existência de apenas dois outros planos de desenvolvimento regional no momento da criação do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção (1947): os casos de *Tennessee* (implementado durante a década de 1930), no governo *Roosevelt*, e do sul da Itália (1950). Contudo, tratam-se de planos regionais elaborados e implementados por governos nacionais.

agricultura e indústria. Neste sentido, sintetizou as estratégias de diversificação econômica e industrialização. Outro feito dos estudos publicados nos meses iniciais do Governo Milton Campos foi colocar Minas na vanguarda da onda de planejamento econômico, que vinha se consolidando a nível nacional ao longo dos anos 1930 (DINIZ, 1978, p. 57).

O Plano de 1947 é composto de duas seções gerais, diagnóstico e metas - estas justificadas e com custos estimados. Dulci (1999, p.80) atenta para a necessidade de, ao se analisar o plano, considerar que à época não havia outros planos de planejamento econômico disponíveis para modelo, bem como técnicas estatísticas avançadas para subsidiá-lo.

As causas explicativas para a situação de miséria no campo declarada pelo Plano são resumidas em quatro fatores centrais. São eles: falta de acesso ao mar, topografia acidentada, deficiência no sistema de transportes (impossibilitando a articulação econômica de todo Estado em torno da capital Belo Horizonte), e queda da fertilidade do solo. Note-se que este último fator foi elencado quando se abordou, no presente trabalho, as razões das reduzidas possibilidades de acumulação da cafeicultura na Zona da Mata, em especial na segunda metade do século XIX e início do século XX, frente ao caso do Oeste Paulista. Contudo, a literatura existente sobre o Plano é quase unânime ao afirmar que o diagnóstico é demasiado breve.⁵⁶

Em sua integralidade, o Plano incorpora a visão da necessidade de planejamento e intervenção estatal, em caráter urgente, a fim de reduzir o atraso econômico e social mineira frente, em especial, ao desenvolvimento econômico dinâmico do Estado de São Paulo. Ao associar esse atraso às condições geográficas de Minas, à baixa produtividade do solo e à inexistência de um centro econômico que polarizasse todos as regiões de seu território (transferindo esse efeito polarizador para outros centros, como Rio de Janeiro e São Paulo), o Plano de 1947 expressa grandes similaridades com a estratégia de diversificação econômica. Neste sentido, o ideal de diversificação das atividades agropecuárias e integração das regiões de Minas Gerais, tendo por centro polarizador Belo Horizonte, foi preponderante no projeto de desenvolvimento regional do governo Milton Campos.

⁵⁶ Segundo Dulci (1999, p. 80), o plano é demasiado sucinto, mas afirmativo. Diniz (1978, p. 58), por sua vez, considera que o diagnóstico tenha sido feito de forma insuficiente.

Contudo, o Plano de 1947 conferia especial atenção ao papel do Estado no processo de industrialização de Minas Gerais. Com efeito, Diniz (1978, p. 58) assinala que “78% dos investimentos previstos pelo plano destinavam-se a transportes e apoio à industrialização e 67% exclusivamente a energia e transportes”. Logo, não se pode negar que nessa busca pela recuperação urgente do atraso econômico mineiro, a industrialização assume o papel central.

Acerca da estratégia de industrialização, a concepção que a sustenta é de que a superação do atraso mineiro requereria a ruptura com a condição de economia agroexportadora colonial de Minas Gerais. Tal ruptura, em última medida, significava a substituição de importações. Porém, o objetivo final da industrialização mineira, com base em suas potencialidades específicas, deparava-se com obstáculos. Os empecilhos a serem contornados, segundo o Plano e as medidas econômicas concretas adotadas, seriam as deficiências mineiras de infraestrutura energética e de transportes.

Sob o aspecto do papel do Estado na estratégia de recuperação do atraso econômico, o ponto de partida foi o reconhecimento de que as atividades industriais caberiam aos agentes privados. O Estado atuaria incentivando e auxiliando, em caráter complementar, tais atividades. Neste sentido, tal intervenção deveria se fazer presente somente nos setores em que constatadas a ineficiência ou omissão do capital privado. O objetivo último do papel do Estado na industrialização de Minas Gerais seria o suporte à ampliação da produção, substituindo importações, e à redução de seus custos.

Esses princípios explicitavam formalmente o que já estava implícito desde o começo da década, quando foi lançada a Cidade Industrial. No entanto, ao defini-los como pressupostos das medidas que indicava para o setor, o Plano assumia a necessidade de uma política deliberada de industrialização. Política que estipulava para o Estado intervenções de vários tipos, seja como empreendedor direto, seja como parceiro de investidores privados, seja ainda como financiador destes últimos. (DULCI, 1999, p. 82).

No entanto, a execução do Plano se deparava, naquela conjuntura, com a incapacidade financeira do Estado. Diniz (1978, p. 61) atribui a essa incapacidade boa parte dos insucessos na realização dos objetivos de desenvolvimento regional do governo Milton Campos. Na mensagem enviada pelo governador à Assembleia, em 1948, avaliou-se que “a percentagem da receita sobre o valor da produção total do

Estado caíra de 4,6% em 1942 para 4,2% em 1944 e 3,4% em 1946” (DINIZ, 1978, p. 62)⁵⁷.

A saída imediata adotada pelo governo resultou no decreto-lei nº 2.152, de 12 de julho de 1947, o qual instituiu a Taxa de Serviços de Recuperação Econômica do Estado. Essa taxa passou a incidir sobre as transações econômicas de qualquer natureza realizadas em Minas Gerais. A vigência da mesma foi estabelecida entre 1948 e 1953. Até 1951, a taxa seria de 0,6% sobre as transações, reduzindo para 0,4% no ano de 1952 e, por fim, para 0,2% durante o último ano de sua vigência, em 1953. Dulci (1999, p. 83) estima que a medida tenha duplicado a capacidade financeira do governo estadual durante período de vigência.

O Plano de 1947 possuía capítulo próprio para a questão energética, identificada como um dos entraves ao desenvolvimento industrial mineiro. Aproximava-se muito em seu conteúdo do plano de eletrificação de Lucas Lopes, de 1946, pois previa a construção de grandes usinas hidrelétricas, de forma a interligar o abastecimento no Estado. Objetivava-se, para além da integração, a geração de energia suficiente e a preços atrativos às novas indústrias. O principal projeto dentro desse setor foi a Usina de Salto Grande, no rio Santo Antônio, afluente do rio Doce⁵⁸. Estimava-se uma geração inicial de com 60.000 HP, a ser ampliada para até 150.000 HP. A fim de operacionalizar a execução do projeto de eletrificação, o governo Milton Campos fundou o Serviço de Aproveitamento do Rio Santo Antônio (SARSA).

A respeito dos resultados no setor energético, Dulci (1999, p. 85) compreende que os trabalhos no governo Milton Campos cumpriram o objetivo de suporte ao desenvolvimento industrial da região central de Minas, em especial a partir da segunda metade da década de 1950. Diniz (1978, p. 62), por sua vez, aponta para as dificuldades encontradas na execução do Plano no setor, bem como seus efeitos limitados.

A meta mais importante, a implantação da Usina de Salto Grande, enfrentou algumas dificuldades. Em 1949, foram firmados os contratos de construção civil e compra dos equipamentos elétricos. Porém o Secretário da Agricultura, Américo Gianetti, com uma experiência pessoal em implantar pequenas usinas para abastecer a sua fábrica de alumínio em Ouro Preto, parece haver tentado aproveitar aquela experiência na Usina Salto Grande, usando a equipe local. Objetivamente, a equipe mineira não tinha experiência em usinas de

⁵⁷ No ano anterior, também em mensagem à Assembleia, o governo reconheceu que a dívida do Estado representava cerca de dois orçamentos anuais (DINIZ, 1978, p. 62).

⁵⁸ A Usina de Salto Grande era apenas a primeira de cinco previstas pelo Plano.

grande porte, como era Salto Grande para a época, e isto redundou em erros e dificuldades, inclusive atrasando a implantação da usina. (DINIZ, 1978, p. 62).

Enquanto a Usina de Salto Grande estava em processo de construção, o abastecimento se centrava em três outras existentes, estas sob controle do Departamento de Água e Energia Elétrica, da Secretaria da Viação e Obras Públicas. Esta mesma secretaria, após estudos preliminares nos anos finais da década de 1940, celebrou contrato junto à Companhia Brasileira de Engenharia a fim de adquirir novo plano de eletrificação para o Estado de Minas Gerais, cujos pontos centrais elencados foram apresentados por Diniz (1978, p. 66 e 67).

Esta política foi sintetizada em pontos que, em resumo, são os seguintes: a) expandir a oferta de energia elétrica, e, na impossibilidade de o setor privado fazê-la, caberia ao setor público esta tarefa; b) as dimensões do sistema deveriam ser definidas em função do que se esperava dele e não de projeções de tendências históricas; c) o Governo deveria definir com objetividade seu plano de obras, a fim de dar garantias ao setor privado; d) não sendo possível criar de imediato grandes sistemas, padronizar os sistemas regionais de forma a permitir a interligação futura; e) dever-se-ia integrar os sistemas privados; f) apoio às pequenas unidades regionais, para no futuro, integrarem-se ao sistema geral; g) proceder a uma política de estímulo à captação de capitais; e) organizar entidades nos moldes das S.A. (DINIZ, 1978, p. 66).

Na primeira fase do plano de eletrificação, dada a impossibilidade de construção de grandes usinas elétricas, o Estado de Minas Gerais foi subdividido em sete regiões energéticas, com sistemas elétricos próprios. A intenção era justamente interligá-las nos anos posteriores. Cada região estaria sujeita à administração de uma companhia regional própria. Estas sete companhias, por sua vez, viriam a ser controladas por uma *holding*⁵⁹. Pode ser aí constatada a origem mais remota da constituição da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), em 1952.

Perseguindo a industrialização da região central de Minas, outro projeto de destaque do Plano de 1947 foi o da construção do distrito industrial de Santa Luzia. Seguindo o modelo inaugurado pela Cidade Industrial de Contagem, o governo estadual desejava atrair indústrias de base, em especial eletrossiderurgia, bem como

⁵⁹ Segundo Diniz (1978, p. 67), “a ideia da empresa *holding* estava inspirada na experiência americana, pois se enfatizava, à época do plano de eletrificação, que essas organizações representavam uma das mais eficientes criações do capitalismo moderno”.

instalar um grande frigorífico no município⁶⁰. Em termos de resultados objetivos, Dulci (1999, p. 83) reconhece a execução lenta do projeto em Santa Luzia, cuja concentração industrial só veio a ocorrer na década de 1960.

A Usina de Santo Antônio e o Distrito Industrial de Santa Luzia representavam, como ficou demonstrado, os dois projetos centrais do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção. Mas, ao se afirmar seu caráter de diversificação e abrangência, deve-se ter em mente que estava estabelecido, também, estratégias específicas em 17 ramos industriais. Dulci (1999, p. 84) propõem o seguinte agrupamento desses ramos:

1) fertilizantes: adubos e calcário; 2) materiais de construção: cimento, azulejos, cerâmica, materiais de madeira e outros; 3) embalagens industriais: caixas, sacos garrafas e latas; 4) indústrias alimentícias: moinhos, frigoríficos, carnes e peixes em conserva; 5) outros: máquinas e instrumentos agrícolas, equipamentos elétricos e hidráulicos, pneus e outros produtos de borracha. (DULCI, 1999, p. 84).

O elenco de atividades destacadas pelo Plano leva à compreensão de que a intervenção do Estado pretendida focalizava nos setores afetos ao custo de vida da população mineira. Por um lado, o estímulo à substituição de importações visava reduzir o valor pago em mercadorias vindas de outros Estados. A estratégia de apoio à agricultura, por sua vez, objetivava reduzir os custos de produção nesse setor. Segundo Dulci (1999, p. 86), essa atenção conferida pelo Plano à produção agropecuária pode ser atribuída à experiência de escassez da oferta de seus produtos durante a Segunda Guerra Mundial. Contudo, vale reiterar, a distinção entre o Plano de 1947 e a estratégia de diversificação se deve à presença, central, de uma política industrial.

Diante do esgotamento do solo e da conseguinte queda de produtividade na área rural⁶¹, o êxodo rural era a saída natural para os trabalhadores ocupados na agricultura. Dulci (1999, p. 86) declara que tal fenômeno apenas não ocorreu em maior intensidade devido às dificuldades de comunicação entre as diversas regiões de Minas e a área central em processo de industrialização, bem como da ainda reduzida

⁶⁰ Segundo Dulci (1999, p. 83), previa-se que a Cidade Industrial de Contagem estaria, em poucos anos, com sua capacidade física esgotada. Contudo, isto acabou não ocorrendo nos anos seguintes.

⁶¹ Segundo Dulci (1999, p. 86), quando da elaboração do plano, cerca de 70% da população de Minas residia na área rural.

oferta de empregos neste setor. Contudo, como foi observado, a emigração para outros Estados correspondeu a uma realidade ao longo do século XX.

Perseguindo esses objetivos de desenvolvimento econômico e tecnológico da agricultura mineira, bem como de modernização das relações sociais no campo, o governo Milton Campos executou duas políticas centrais. A primeira delas recordou a estratégia de assistência rural observada no governo Valadares, por meio do projeto Ensino Agrário Ambulante/Missão Médica Censitária. A segunda consistiu, essencialmente, na oferta de crédito às atividades rurais, visando justamente a ampliação da produtividade e a melhoria da qualidade de vida no campo. Tal oferta se institucionalizou na Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), mediante convênio firmado entre o governo estadual e o *American International Association for Economic Development* (AIA). Quanto a seus resultados efetivos, Dulci (1999, p. 87 e 88) apresenta que o programa passou, inicialmente, de 4 escritórios atuando em 12 regiões para atender a 94 municípios mineiros (13,6% do Estado à época) em 1958⁶².

O seguinte comentário de Dulci (1999, p. 89) é relevante no sentido de compreender como os diversos projetos e suas ações do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção se combinavam, constituindo uma estratégia integrada e mais geral de planejamento regional para a economia mineira:

Para isto, a lógica do Plano era funcional, na medida em que favorecia uma visão sistêmica dos problemas. Aumentar a produtividade agrícola, por exemplo, dependia em muito do emprego de fertilizantes, dada a pobreza natural do solo na maior parte de Minas. O emprego de fertilizantes, por sua vez, estava associado à metodologia de cultivo dos produtores (alvo dos programas de extensão rural) e também à oferta de adubos em quantidade e preço acessível (que era uma das metas da política industrial). (DULCI, 1999, p. 89).

Em relação à deficiência da infraestrutura de transportes, percebida pelo diagnóstico do Plano de 1947 como um dos entraves ao desenvolvimento industrial da região central de Minas, essa não recebeu a mesma atenção prioritária que a questão energética. Diniz (1978, p. 63) afirma que a política estadual para o setor de transportes “praticamente se restringiu à encampação de parte da rede municipal, a qual, sem uma estrutura de manutenção, não permitiu melhorias, tendo em muitos casos agravado a situação”.

⁶² A ACAR inspirou, posteriormente, a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).

De toda sorte, os anos de 1945 e 1946 representaram um importante avanço institucional no âmbito de estratégias voltadas à infraestrutura de transportes. Em 1945 foi instituído o Fundo Rodoviário Nacional, pela Lei Jopert. Por obrigação legal, os Estados da Federação se viram obrigados a criar departamentos estaduais. No caso de Minas, instituiu-se, em 1946, o Departamento de Estradas e Rodagem (DER), o qual viria a assumir papel de atuação central durante o governo seguinte, na estratégia denominada pela literatura “Binômio Energia e Transportes” de Juscelino Kubitschek.

Apesar do esforço de planejamento e arrecadação tributária, os resultados econômicos concretos do Governo Milton Campos ficaram consideravelmente aquém do esperado. As atividades industriais pouco se desenvolveram, em razão, segundo (DINIZ, 1978, p. 64), dos persistentes problemas de acumulação de capital e da deficiência no setor energético. No caso específico da siderurgia, a constituição da CSN acabou por inibir a crescente produção mineira da década de 1930 e do início da década de 1940. Em síntese, como observa Diniz (1978, p. 68), os maiores legados do Governo Milton Campos não se deram em termos de resposta econômica, mas em legado institucional e de planejamento a seu sucessor:

O Governo Milton Campos, embora não tenha conseguido executar com sucesso seu plano de governo, legara ao seu sucessor um quadro mais ou menos claro da situação econômica do Estado e dos principais problemas, bem como um conjunto de instrumentos. A primeira tentativa de planejamento permitiu equacionar os problemas prioritários. O Plano de eletrificação indicava ao governo a política a ser seguida no setor. A taxa de Serviços de Recuperação Econômica e o sistema de incentivos à industrialização mostraram-se posteriormente dois importantes instrumentos. Estavam, pois, colocadas as bases para uma nova etapa de política econômica. O governo seguinte se aproveitaria destes instrumentos e conhecimentos acumulados e sintetizaria sua ação no bem-sucedido (DINIZ, 1978, p. 68).

4.7 Governo Juscelino Kubitschek (1951-1955): Binômio Energia e Transportes

Juscelino Kubitschek (JK) ascendeu ao governo estadual de Minas Gerais em 1951, derrotando o candidato governista da UDN, Gabriel Passos. O programa de desenvolvimento econômico do recém-eleito governador aprofundou a estratégia de industrialização presente tanto no Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção de Milton Campos quanto na segunda fase do governo Benedito Valadares. Contudo, ao definir a industrialização como prioridade da estratégia de promoção da

recuperação do atraso mineiro, acabou por relegar a diversificação da agricultura e a modernização a segundo plano.

Na visão de Dulci (1999, p. 94), o programa de JK abdicou-se do planejamento global constante no Plano de Recuperação de 1947, definindo prioridade a programas específicos. Com efeito, vale recordar que o governo Milton Campos havia elencado em seu Plano estratégias de desenvolvimento para 17 setores industriais, além da política de modernização e diversificação das atividades agrícolas. Na prática, a partir de 1951 passou a vigorar em Minas Gerais estratégia voltada exclusivamente à expansão industrial do estado, descaracterizando o caráter híbrido e de equilíbrio entre indústria e agricultura, ou entre campo e cidade, vigente no governo anterior. Nessa nova concepção de promoção do desenvolvimento regional de Minas, a partir de sua industrialização, dois empecilhos foram focalizados: as deficiências de infraestrutura nos sistemas de energia e transportes. Diniz (1978, p. 69) segue interpretação semelhante:

As dificuldades do Governo Milton Campos em executar o Plano de Recuperação Econômica, seja por falta de recursos financeiros/ seja por problemas técnicos e até administrativos, parecem haver indicado à equipe de JK as dificuldades de um plano de ação abrangente e ambicioso. Por outro lado, se reforçou a consciência de que energia e transportes eram realmente os pontos básicos do estrangulamento à expansão da economia mineira. Desta forma, o governo JK fez uma opção de natureza política e propôs concentrar seus esforços naqueles setores básicos, sob o slogan "Binômio Energia e Transportes". (DINIZ, 1978, p. 69).

A melhoria geral nas condições dos transportes e da geração, transmissão e fornecimento de energia elétrica foram convertidas em metas numéricas. No primeiro campo, previa-se a construção de 2.000 km novos de estradas, além da pavimentação de outros 500 km (DINIZ, 1978, p. 76). Em relação aos transportes, o objetivo do governo juscelinista era ampliar em 200.000 kW a capacidade elétrica instalada em Minas, a partir da construção de novas hidrelétricas. Grosso modo, pode-se considerar a estratégia implementada por JK uma continuidade e um aprofundamento de parte das experiências anteriores de desenvolvimento regional em Minas Gerais. Neste sentido, Dulci (1999, p. 95) reconhece que a estratégia

vigente a partir de 1951 não pode ser interpretada como uma ruptura com o passado recente⁶³.

A primeira medida de Juscelino no campo institucional foi retirar a competência sobre as políticas de desenvolvimento regional da Secretaria de Agricultura, a qual, segundo Dulci (1999, p. 95), vinha atuando como pasta da Economia desde a década de 1930. A Secretaria, a partir de então, teve seu campo de atuação reduzido às questões propriamente afetas à agropecuária. Acompanhada dessa mudança administrativa veio a extinção do Ensino Agrário Ambulante, a qual, após reação pública desfavorável, foi revisada. De todo modo, a redução da abrangência desse programa indica o redirecionamento estratégico do governo JK.

Na avaliação realizada acerca do governo Milton Campos na seção 4.6, observou-se que a principal herança ao governo sucessor se tratou dos avanços institucionais. Com efeito, a criação do Fundo Rodoviário Nacional e a consequente criação do DER em Minas, no ano de 1946, foram construções institucionais que em muito atenderam à estratégia juscelinista na seara dos transportes. Dulci (1999, p. 98) atribui a esses dois avanços o salto qualitativo vivenciado nas políticas de transporte mineiras ao longo dos anos 1950.

Na recomposição de atribuições institucionais, o DER foi elevado a protagonista na política de recuperação do atraso econômico. Em sua estratégia de desenvolvimento de infraestrutura de transportes, subsidiária à industrialização, o governo estadual focalizou todos seus esforços na alternativa rodoviária. Em agosto de 1953, o governo estadual devolveu a Rede Mineira de Viação à União. Conforme descreve Diniz (1978, p. 76), esta companhia ferroviária servia a quatro estados, sendo, contudo, mantida financeiramente apenas por Minas Gerais. Para agravar a insatisfação mineira, seu histórico era de recorrentes déficits ao longo dos anos. Como se pode observar, a opção adotada a partir de 1951 foi a de promover a melhoria dos transportes somente a partir das rodovias, transferindo a responsabilidade sobre o sistema de ferrovias para o governo federal⁶⁴.

⁶³ Dulci (1999, p. 94) também reconhece que a experiência de Juscelino no governo estadual reproduziu e ampliou seu ímpeto administrativo por grandes obras públicas verificado em sua gestão municipal de Belo Horizonte (1940-1945).

⁶⁴ Quanto aos déficits e à insatisfação, caso semelhante à época foi o da Companhia de Navegação do Rio São Francisco. Esta, no entanto, não foi objeto de devolução por parte do governo estadual, nem mesmo de melhorias administrativas (DINIZ, 1978, p. 76).

O objetivo de construção de 2.000 km e pavimentação de 500 km, anunciado nas metas do governo Kubitschek, estava previsto através da abertura ou complementação de um total de 16 rodovias. Essas, por sua vez, constituiriam um sistema radial, tendo por centro a cidade de Belo Horizonte. Essa formatação espacial reforça novamente a preocupação, recorrente ao longo da primeira metade do século XX, de garantir à capital estadual o papel de centro econômico dinâmico polarizador de todas as regiões do Estado.

No que diz respeito à origem dos recursos para a ambiciosa meta rodoviária, a tendência observada a partir de 1951 foi a da diversificação das fontes. Essas corresponderam ao Fundo Rodoviário Nacional, à parcela da Taxa de Serviços de Recuperação Econômica, a aportes do governo federal e estadual e, ainda, a empréstimos externos.

A concorrência aberta para as obras rodoviárias merece uma atenção especial. Segundo descreve Diniz, (1978, p. 77 e 78), constavam entre os critérios para concorrentes, empresas e consórcios, garantia no valor de Cr\$ 500 milhões, dada por um Banco com capital mínimo de Cr\$ 50 milhões, além de equipamento rodoviário específico. Contudo, diante das exigências, o consórcio vencedor apenas logrou em cumpri-las através de mediação do governo estadual. O que merece destaque é que, após a vitória do consórcio liderado por Ajax Rabelo, a construtora participante que possuía tal equipamento abandonou o empreendimento, assim como o critério financeiro não foi atendido.

Construtora de Estradas (Ajax Rabelo), Companhia Mendes Júnior, Construtora Rabelo (Marco Polo Rabelo), Construtora Andrade Gutierrez e Nacional Construtora. Todas estas empresas eram pequenas, e assim, o consórcio não possuía o equipamento exigido. Conseguiu então, através do próprio Juscelino, via Paulo Pinheiro Chagas, que a Cia. Construtora Brasileira de Estradas (Cincinato Cajado Braga), que possuía o equipamento, entrasse no consórcio. Conseguiu mais ainda, pelas mesmas interferências, que o Banco Comércio, presidido por Osvaldo Costa, desse a carta de fiança. (DINIZ, 1978, p. 77).

Já na fase de execução das obras, o pagamento às empresas foi calculado a partir de tabela de custos de serviços manuais. Contudo, além de reajustamento de preços da tabela feito após a celebração do consórcio, as empresas participantes importaram⁶⁵ os equipamentos necessários para obras, continuando a receber por

⁶⁵ Diniz (1978, p. 78) atribui as importações dos equipamentos aos efeitos da instrução 70 da SUMOC.

serviços manuais (de maior preço estimado). Pode ser atribuído a esse tipo de arranjo público-privado, primeiramente no governo estadual mineiro e posteriormente replicado na presidência de JK, a ascensão de grandes construtoras mineiras.

Do ponto de vista das empresas construtoras, o resultado foi que, com os grandes lucros auferidos e com o câmbio subsidiado para a importação de equipamentos, elas se super equiparam. Por uma feliz coincidência, estas estavam, pois, preparadas, e seguramente se beneficiaram enormemente na segunda metade de 1950, quando sob a égide do Programa de Metas, se empreendeu o colossal programa rodoviário e energético. (DINIZ, 1978, p. 77).

Em termos de resultados entregues na gestão estadual de Juscelino, a meta foi consideravelmente superada: 3.725 km construídos, ante a previsão de 2.000 km. Contudo, conforme atenta Diniz (1978, p. 78), a meta de pavimentação de 500 km foi posta de lado, bem como as condições técnicas das estradas construídas podem ser consideradas precárias. Para se ter melhor noção do salto quantitativa na área, basta observar que entre 1944 e 1950 foram construídos apenas 18,6% do equivalente no período juscelinista à frente do governo estadual de Minas Gerais. A Tabela 34 apresenta os resultados do programa de transportes.

Tabela 34 - Minas Gerais: Extensão das Estradas Construídas e Volume de Terra Escavado 1951-1955

Ano	Extensão construída (km)	Volume escavado (1.000 m ³)
1944	27	-
1945	52	-
1946	73	1.195
1947	119	2.790
1948	141	2.650
1949	83	2.792
1950	199	2.791
1951	183	3.424
1952	932	11.500
1953	953	14.081
1954	952	12.958
1955	705	8.080

Fonte: Diniz, 1978, p. 79.

Apesar do grande empreendimento na área rodoviária, a constatação comum é de que a deficiência no sistema de transportes permaneceu após 1955, explicando, em parte, os resultados insatisfatórios do crescimento econômico e, em especial, industrial mineiro. Diniz (1978, p. 81) atribui os efeitos limitados da política rodoviária de JK à extensão do território do Estado de Minas Gerais, à incapacidade de manutenção técnica das estradas e à precariedade no sistema de comunicações.

Em relação às ações adotadas no campo da energia, Dulci (1999, p. 100) associa suas origens ao Plano de Eletrificação publicado em 1950, liderado por Lucas Lopes. Neste documento, as diretrizes energéticas para o governo estadual foram elaboradas após a realização de diagnóstico acerca da situação econômica de Minas Gerais. A partir do mapeamento das regiões do Estado com maior potencial de industrialização, e, portanto, com maior potencialidade de demanda por energia, é que foram definidas as prioridades geográficas da política energética. Em relação à operacionalização do Plano, este reproduzia ideia presente nos estudos de 1947, também de autoria de Lucas Lopes, segundo a qual deveriam ser estabelecidas companhias energéticas regionais, de capital misto, coordenadas por uma *holding*. Objetivava-se, por meio dessa estrutura, concentrar os investimentos nas áreas de maior potencial econômico e atrair a participação de capitais regionais.

Dulci (1999, p. 101), identifica cinco princípios prioritários no planejamento do setor energético vigente a partir de 1951: intervenção pública na área energética, considerada de interesse coletivo; ações voltadas a áreas com maior potencial econômico, das quais poderiam resultar maiores benefícios para Minas Gerais; criação de sistemas regionais, a serem futuramente interligados; intervenção pública buscando integração entre sistemas energéticos públicos e privados, nas áreas mais desenvolvidas, com subsídio ao setor privado nas áreas menos dinâmicas; e, por fim, intervenção pública via política tarifária e constituição de fundos de eletrificação. Neste sentido, o autor assinala:

A modelagem do sistema era semelhante à que Lucas Lopes vinha propondo desde 1946: a) instituição de companhias mistas de caráter regional a serem colocadas sob controle de uma holding; b) o Estado entraria com a maior parte do capital das companhias; c) quando estas atingissem suficiente grau de rentabilidade, suas ações seriam vendidas ao público; d) o resultado da venda seria investido na construção de novas usinas e novos sistemas; e) a holding, que foi a CEMIG, recebeu do Estado as ações que este possuía nas companhias regionais. (DULCI, 1999, p. 102).

Seguindo as orientações do Plano de Eletrificação de 1950, o governo Kubitschek, em mensagem à Assembleia Legislativa em 1951, estabeleceu como prioritárias as construções das usinas de Tronqueiras, Itutinga, Salto Grande e Piau e a duplicação da usina de Pai Joaquim. Ademais, também seguindo o Plano de 1950, constituiu as companhias regionais de eletrificação do Rio Doce (CEMRD), responsável por Tronqueiras, do Alto Rio Doce (CEARD), responsável por Salto Grande, do Alto Rio Grande (CEARG), responsável por Itutinga, e a Central Elétrica do Piau S.A.⁶⁶, responsável pela usina do Piau.

Assim como no caso dos transportes, em que o DER protagonizou as ações na área, o componente institucional também se fez presente na estratégia energética. O formato escolhido, contudo, foi distinto. Optou-se pela constituição de uma empresa de capital misto. Segundo Dulci (1999, p. 100), buscava-se, desse modo, atrair a participação de empresários e capitais privados. Seguindo essas orientações, a CEMIG foi fundada em fevereiro de 1952. Outro fator responsável pela autonomia e relevância da nova empresa foi o fato de que seus recursos seriam disponibilizados pelo Fundo de Eletrificação, instituído pela Constituição Estadual de 1947, desvinculando a companhia da Secretaria de Finanças.

De início, a CEMIG incorporou as regionais CEMRD, CEARD, CEARG, além de parte da Central Elétrica do Piau S.A.⁶⁷. Inicialmente, sua atuação se voltou às usinas Tronqueiras, Itutinga, Piau e Salto Grande, inauguradas em 1955. Em momento posterior, atuou na construção da barragem de Cajuru. Neste mesmo período, em 1956, foi inaugurada a usina de Salto Grande, projeto do governo Milton Campos.

Em relação aos recursos disponibilizados à CEMIG, suas origens possuíam composição semelhante à do DER: Taxa de Serviços de Recuperação, Fundo de Eletrificação, financiamento interno, provido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), financiamento externo⁶⁸⁶⁹ e acionistas privados, conforme seu formato de capital mista previa.

⁶⁶ Posteriormente associada à CEMIG.

⁶⁷ Além dos projetos prioritários, a CEMIG também incorporou o sistema elétrico e a distribuição de energia de Gafanhoto.

⁶⁸ Segundo Dulci (1999, p. 102) a participação dos Estados Unidos, através da Comissão Mista Brasil Estados Unidos, foi determinante para a concessão de empréstimos junto ao *Eximbank* e ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

⁶⁹ Segundo Diniz, a atuação do corpo técnico da CEMIG foi fundamental, uma vez que “os contratos de financiamento, firmados logo no início de funcionamento da empresa, reforçaram a necessidade de

Dulci (1999, p. 103) destaca o papel institucional da CEMIG no salto qualitativo das políticas energéticas estaduais na década de 1950. Segundo o autor, a companhia foi palco da formação e manutenção de corpo técnico altamente qualificado, determinante para a evolução das políticas públicas mineiras. Diniz (1978, p. 71) adota interpretação semelhante, ao reconhecer que a CEMIG representou um caso de sucesso na década de 1950, tornando-se exemplo para o tratamento da questão energética a nível nacional.

O peso e a competência da diretoria, indiscutivelmente, contribuíram para o grande sucesso da CEMIG e para que a empresa se tornasse no futuro a matriz orientadora para os problemas energéticos brasileiros. A primeira diretoria procurou contratar o melhor pessoal que havia disponível, incluindo-se técnicos russos e dinamarqueses que estavam no Brasil, e, ao mesmo tempo, uma equipe de engenheiros recém-formados, que seria preparada e mais tarde constituiria a segunda geração de especialistas e daria solidez aos programas futuros da empresa. A CEMIG transformou-se, assim, numa verdadeira escola e centro do qual saiu um grande número de técnicos e dirigentes para assumir, não só grande influência no setor energético nacional, como também importantes postos na administração pública federal e estadual. Em outras palavras, na CEMIG se formou o embrião da tecnocracia mineira. (DINIZ, 1978, p. 71 e 72).

Diniz (1978, p. 74) atribui à diversificação de recursos, à autonomia e ao preenchimento da diretoria por corpo técnico qualificado o relativo sucesso da CEMIG na década de 1950. Com efeito, há que se reconhecer a construção de quatro usinas até 1956. Por outro lado, deve-se observar que os efeitos das ações do governo Kubistchek no campo da energia não acarretaram resultados imediatos. Neste sentido, o efeito maior se deu no médio prazo. Conforme se pode depreender da Tabela 35, no quinquênio juscelinista a capacidade de geração elétrica instalada cresceu quase 80%. Considerado um período maior de maturação e ampliação das ações voltadas à questão energética, entre 1952 e 1976, a capacidade de geração foi ampliada em mais de 117 vezes, ao passo que o número de consumidores beneficiados saltou de 2.062 para 1.019.641.

Tabela 35 - Evolução da Capacidade Instalada, Rede de Transmissão, Número de Consumidores e Localidades Servidas 1952-1976

Anos	Capacidade	Linhas	Número de	Sedes
------	------------	--------	-----------	-------

uma boa organização administrativa, não só para executar os planos, como também para prestar contas às instituições financiadoras" (DINIZ, 1978, p. 73).

	instalada (kW)	transmissoras existentes (km)	consumidores	municipais servidas
1952	12.880	176	2.062	3
1953	13.560	176	2.575	3
1954	15.320	176	2.691	3
1955	63.416	651	7.578	5
1956	113.656	914	9.785	8
1957	120.699	1.010	24.715	15
1958	175.179	1.321	33.270	24
1959	194.693	1.681	43.859	32
1960	238.734	2.130	53.539	45
1961	265.314	2.245	87.733	53
1962	395.139	2.720	104.025	60
1963	460.134	3.086	116.677	78
1964	459.819	3.611	136.938	95
1965	517.347	4.275	155.792	114
1966	520.347	5.123	207.652	163
1967	520.347	5.823	251.156	224
1968	582.858	6.226	285.815	225
1969	671.096	6.663	327.175	-
1970	675.576	7.459	418.114	353
1971	1.114.306	8.073	447.528	365
1972	1.116.946	8.686	478.243	376
1973	1.148.005	9.227	793.489	388
1974	1.228.606	9.728	848.107	401
1975	1.515.820	10.115	928.941	430
1976	1.515.308	10.734	1.019.641	445

Fonte: Diniz, 1978, p. 75.

A estratégia de recuperação econômica de Minas Gerais, a partir de 1951, definiu, como foi abordado, a industrialização como prioridade no planejamento econômico estatal. As ações nas áreas de infraestrutura e transportes, neste sentido, buscaram solucionar barreiras estruturais ao desenvolvimento industrial mineiro.

Apesar de relegar a estratégia de diversificação agrícola a segundo plano, o governo Kubitschek instituiu duas empresas públicas voltadas ao setor⁷⁰. O primeiro projeto foi o de instalação de empresa frigorífica na cidade de Santa Luzia, com três regionais em outras localidades de Minas. Novamente, pode-se observar a preocupação do governo estadual em impedir a exportação do boi em pé, sem atividades agregando valor ao mesmo. A Frigorífico Minas Gerais S.A (FRIMISA) teve sua unidade em Santa Luzia inaugurada em 1953. Contudo, como descreve Diniz (1978, p. 81), só veio a entrar em operação em 1959, em decorrência de incêndio em sua sede no ano de 1954. O autor é enfático ao declarar que a empresa não logrou em reduzir a exportação do boi em pé, tendo se tornado um problema ao governo estadual. O segundo projeto diz respeito à empresa pública de fertilizantes, voltada ao objetivo de aumentar a produtividade agrícola mineira. A Fertilizantes Minas Gerais (FERTISA) atravessou trajetória de insucesso semelhante à FRIMISA.

Em termos de resultado econômico do quinquênio juscelinista, o objetivo central de seu planejamento econômico foi atingido. Com efeito, a indústria teve seu peso relativo ampliado na economia mineira. A agricultura, por sua vez, teve reduzida sua participação. Analisando o setor agropecuário, Diniz (1999, p. 104) constata que entre 1949 e 1960 a agricultura reduziu sua participação no produto do setor de 63,3% para 58%. Tal queda foi compensada pelo crescimento da atividade pecuária, a qual passou de 25% para 36,1%.

Em relação ao crescimento do setor industrial ao longo da década de 1950, este se deveu em maior peso aos denominados setores dinâmicos, ramos de minerais não metálicos e metalúrgicos, que aumentaram sua participação de 28,3% para 40,2% no produto industrial mineiro. Os ramos têxteis, do denominado setor tradicional, com histórico peso no produto industrial estadual, tiveram sua participação reduzida em igual período, de 51,8% para 37,4%. Este fenômeno de crescimento dos setores dinâmicos justifica a atribuição recorrente de projeto de especialização industrial ao governo Kubitschek. Diniz (1978, p. 82 e 83) compartilha essa mesma percepção:

No início dos anos de 1950, a estrutura econômica de Minas começava a ganhar certos contornos que marcariam sua tendência futura como parte do capitalismo brasileiro. Em primeiro lugar, com a expansão da metalurgia e do cimento, começava a especialização mineira na produção de intermediários, sem a diversificação e

⁷⁰ Previstas no Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção (1947) do governo Milton Campos.

integração do parque industrial, redefinindo a divisão inter-regional do trabalho a nível da indústria, no Brasil. Em segundo lugar, crescia o peso relativo do capital estrangeiro na incipiente indústria mineira, pois as empresas mais importantes estavam sob seu controle: Belgo, Ferro Brasileiro, Mannesmann, Alcan, Cominei. Finalmente, ganhava importância a ideia da empresa pública como suporte e complemento aos setores privados, nacional e estrangeiro, para a expansão capitalista. (DINIZ, 1978, p. 82 e 83).

Apesar dos esforços do planejamento econômico industrial, a década de 1950 não representou uma redução do atraso relativo mineiro, sob o ponto de vista de índices industriais comparativos. Observando o principal elemento da política de recuperação juscelinista, a participação industrial mineira no produto nacional do setor teve sua importância reduzida, de 6,5% em 1949, para 5,8% em 1959. São Paulo, por sua vez, ampliou seu peso no cômputo do produto industrial brasileiro, alcançando 55% em 1959. Neste sentido, pode-se concluir que, em termos de resultados objetivos, nem mesmo a estratégia de industrialização e planejamento econômico vigente a partir de 1951 logrou êxito em modernizar a produção estadual. Minas Gerais continuou a se afastar do crescimento do mais dinâmico Estado brasileiro.

4.8 Considerações sobre as políticas de recuperação econômica na primeira metade do século XX

Considerando a primeira metade do século XX, de fato até o ano de 1955, pode-se compreender que as políticas de recuperação econômica implementadas seguiram certa orientação comum. A estratégia de diversificação econômica, consolidada no governo Benedito Valadares, já continha a projeção de promoção da indústria, apesar do foco dado à agricultura. Com a perda do projeto siderúrgico para Volta Redonda, as políticas de industrialização ganharam maior relevo. Com efeito, elementos como planejamento econômico, ações voltadas à melhoria da infraestrutura de energia e de transportes e a criação de cidade industrial e de empresas públicas, com a decorrente formação de quadros burocráticos com ideal desenvolvimentista, consolidaram-se nos anos finais do governo Valadares.

Seu sucessor, Milton Campos, procurou integrar as perspectivas de diversificação agrícola e industrialização. A elaboração de plano de eletrificação, a estratégia de desenvolvimento dos transportes, com a criação do DER, e o novo projeto de distrito industrial reforçam a percepção de certa continuidade na estratégia de desenvolvimento regional mineiro. O governo Juscelino Kubitschek veio a

aprofundar a estratégia industrial, herdando e intensificando os legados institucionais e de planejamento setorial de seu antecessor. Contudo, ocorreu nesse último governo a ruptura mais significativa nessa trajetória de continuidade, com a relegação da política agrícola a segundo plano.

Entre 1907 e 1940 Minas Gerais foi o único Estado, além de São Paulo, a aumentar sua participação no produto industrial brasileiro, passando de 4,4% para 6,5%. Contudo, entre 1949 e 1959, caiu de 6,5% para 5,8%. No agregado, o peso da indústria mineira a nível nacional cresceu 1,4%. Tais dados contribuem para a interpretação de que as políticas econômicas estaduais mineiras na primeira metade do século XX apresentaram um sucesso relativo. Ademais, não se pode desconsiderar as construções institucionais e burocráticas e, a definição de uma orientação geral de intervenção estatal para promover o desenvolvimento regional, bem como os avanços nas áreas de energia e transporte.

Diniz (1978, p. 102) atribui dois fatores centrais para que o esforço governamental não tenha sido capaz de promover uma maior recuperação do atraso relativo mineiro. Em primeiro lugar, a natureza do tipo de indústria em que Minas se especializou, a qual não tende a gerar efeitos econômicos imediatos, sobretudo se tratando de uma indústria incipiente. Essa especialização se deveu, antes de qualquer outra razão, à disponibilidade de condições naturais propícias ao desenvolvimento da metalurgia e da siderurgia.

Essas atividades exigem, para sua realização, tecnologia altamente complexa, ainda mais em se tratando da primeira metade do século XX. A satisfação dessa condição, por sua vez, demanda alto capital, com conseqüente elevado risco associado. O cumprimento da condição tecnológica atuou no sentido de requisitar alto volume de capital inicial investido nos empreendimentos, satisfeito somente por uma produção em grande escala. Considerando o caráter incipiente da indústria mineira no início do século XX, chega-se à conclusão de que a metalurgia e a siderurgia, por suas características próprias, retardaram o desenvolvimento industrial estadual e sua aproximação da dinamicidade da economia paulista.

Ademais, ainda referente à natureza dessas atividades, outro requisito é a infraestrutura mínima de transportes, exigindo investimentos altos e fixos. Diante da incapacidade técnica e financeira do capital brasileiro, bem como do interesse do capital externo, restou ao Estado arcar com tais melhorias estruturais. Ao se considerar a queda do excedente da produção de café a partir de 1930, as dificuldades

de acumulação decorrentes vieram a reforçar a escassez de investimentos privados para o setor de transportes, essencial ao desenvolvimento da siderurgia e da metalurgia.

O segundo fator apontado por Diniz (1978, p. 103) para os resultados modestos da política de recuperação econômica estadual é a persistência da deficiência da infraestrutura existente. É certo que as questões naturais e geográficas, como a inexistência de litoral, a dimensão espacial de Minas Gerais e obstáculos naturais, dificultaram um avanço mais acelerado na melhoria dos transportes. Contudo, os projetos voltados para a área se iniciaram nos anos 1920, com o sistema radial tendo por centro Belo Horizonte, apresentando execução lenta e consideravelmente aquém do idealizado. Além de elevar os custos de produção, a deficiência de transportes contribuiu para a desagregação econômica do Estado, reforçando a persistência da produção de subsistência. A deficiência energética apresenta papel semelhante. Diante da escassez, os empreendimentos metalúrgicos e siderúrgicos se viram obrigados a montar sistema elétrico próprio, com tendência à elevação dos custos de produção.

Desse modo, a compreensão de frustração relativa, também compartilhada por Dulci (1999, p. 105), torna-se ainda mais plausível. A conclusão a que se chega é que as políticas econômicas estaduais de recuperação econômica falharam em grande medida quanto ao seu objetivo principal: aproximar a economia mineira da dinamicidade paulista. Os avanços institucionais, de planejamento e de modernização, por outro lado, são inegáveis. O objetivo do presente capítulo foi justamente demonstrá-los ao percorrer a história mineira, da transferência da capital para Belo Horizonte, até o fim do governo estadual de Juscelino Kubitschek, em 1955.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrer a história da economia mineira através de seus ciclos econômicos, buscou-se identificar as causas da constituição do estado de atraso relativo dessa economia, sobretudo quando comparada a São Paulo. A percepção desse atraso, na virada para o século XX, ensejou a intervenção do governo estadual, dando início às estratégias de desenvolvimento e recuperação da economia mineira na primeira metade do século XX. A compreensão destas estratégias, por sua vez, também representou objetivo do presente trabalho.

A análise do ciclo do ouro se fez útil ao evidenciar que o choque econômico advindo do esgotamento do minério, a partir da década de 1770, não foi absorvido pela manufatura. A mão de obra empregada na extração e o capital aplicado poderiam ter sido transferidos para a produção de uma manufatura incipiente da qual, a partir de conjunturas favoráveis, poderia ter resultado a primeira experiência industrial sólida de Minas Gerais. Como se buscou identificar no Capítulo 2, as razões da referida não absorção do choque econômico do ouro pela manufatura estão centradas em três fatores centrais: a alta rentabilidade da extração aurífera, a falta de técnica manufatureira e o desinteresse da Metrópole por essa atividade.

Com efeito, com a queda da rentabilidade da extração do ouro, em sua última forma pela via subterrânea, o excedente de mão de obra se destinou para o sul de Minas. Ao invés da manufatura, o novo centro dinâmico da economia mineira foi ocupado pela economia mercantil de gêneros, atividade de considerável baixo grau de modernidade, tanto no que diz respeito às técnicas empregadas e ao sistema de trocas, quanto ao predomínio da mão de obra escrava. Neste sentido, adotando a concepção de Cano (1975) sobre desenvolvimento regional, Minas se afastou da constituição de traços capitalistas necessária para um fenômeno industrial sólido e duradouro.

Na esteira do ocorrido no Vale do Paraíba fluminense, a crescente cultura cafeeira na Zona da Mata veio a constituir o novo centro dinâmico da economia mineira. Ao longo do Capítulo 3 se buscou identificar as causas do baixo desempenho da lavoura mineira frente à dinamicidade do Oeste paulista. Vários foram os fatores elencados para esse insucesso. Tratou-se da questão geográfica, a qual atuou no sentido de limitar as possibilidades de expansão da cultura cafeeira em Minas, haja vista a aridez das terras ao norte da Zona da Mata e o efeito polarizador de São Paulo ao sul. Se a lavoura não elevou sua produtividade pela via da abertura de novas terras, também não o fez pelo caminho da modernização do plantio e emprego de novas técnicas. Conforme foi descrito, nem mesmo a adubação era prática comumente difundida na Zona da Mata, ao passo que a idade média dos pés de café na região era consideravelmente avançada em comparação com os pés do Oeste paulista. Consideradas a estrutura e as características da produção de café em Minas, esta realmente não poderia superar o crescimento vertiginoso de São Paulo. Ademais, não contando com litoral em seu território, Minas não pôde experimentar os ganhos advindos da comercialização, dos serviços e da exportação de café na mesma medida

que São Paulo e Rio de Janeiro, tendo acesso ao mar e a portos constituídos, o fizeram.

Devido ao excedente da população escrava advindo do exaurimento da extração do ouro na região central, as plantações de café na Zona da Mata não se depararam precocemente com a necessidade de modernizar as relações de trabalho. Ao revés de São Paulo, que nas décadas finais do século XIX já empregava o trabalho assalariado em considerável escala, Minas persistiu demasiado tempo em relações intermediárias, de menor produtividade e de menores efeitos cumulativos para a economia regional.

Associado ao capital acumulado pela lavoura e, em especial, devido à formação de entreposto comercial em seu território, a cidade de Juiz de Fora pode ser considerada palco da primeira experiência industrial concreta de Minas Gerais. Neste sentido, a Rodovia União e Indústria, bem como a companhia que a regia, foram essenciais para o desenvolvimento urbano da cidade, diversificação das atividades econômicas, introdução do trabalho assalariado e, em última medida, para o seu surto industrial.

No entanto, novamente Minas se viu em condições desfavoráveis em relação a São Paulo, limitando o desempenho industrial regional no século XIX e nos anos iniciais do século XX. Não se pode negar que a indústria de Juiz de Fora exerceu certo efeito polarizador sobre as demais regiões de Minas, bem como exportou seus produtos para outros estados. Ocorre que com o movimento de integração da economia nacional no início do século XX, essa indústria se viu incapacitada em competir com os produtos paulistas, devido às suas debilidades de infraestrutura energética e de transportes, bem como às dificuldades de acumulação e reinversão de capital. Simultaneamente, os arranjos internos de Minas Gerais acabaram por prejudicá-la ainda mais. A abertura de novas vias atuou no sentido de reduzir a influência de Juiz de Fora enquanto centro atacadista polarizador. A transferência da capital estadual de Ouro Preto para Belo Horizonte, por sua vez, consolidou o distanciamento de Juiz de Fora do centro do debate político. O projeto de construção da nova capital, tornando-a o centro polarizador das demais regiões mineiras e local preferencial para a implantação de novas indústrias, selou definitivamente o insucesso daquela que fora o palco da mais bem-sucedida experiência industrial mineira até então.

O debate que permeou a transferência da capital estadual nos anos finais do século XIX constatava o estado de atraso econômico de Minas Gerais, sobretudo quando comparado à São Paulo. O Capítulo 4 se ocupou de descrever, em linhas gerais, as diferentes estratégias de desenvolvimento econômico regional mineiro e superação do atraso relativo. Identifica-se, a partir deste momento somente, uma maior intervenção do Estado no sentido de promover o desenvolvimento econômico de Minas Gerais.

A estratégia de desenvolvimento, por sua vez, constituiu centro de outro debate. Até 1930 não se identificaram ações coordenadas. Estas passaram a ser verificadas com o governo Valadares. Em um primeiro momento, este optou pelo caminho da diversificação econômica, com foco inicial nas atividades agrícolas, consideradas as de maior potencial de gerar empregos, renda e bem-estar para a população mineira. Não obstante, essa mesma estratégia de diversificação previa a transição para atividades mais complexas, manufaturas de maior valor agregado, tendo sempre por eixo central a substituição de importações.

Nas décadas de 1920 e 1930 a extração mineral e a siderurgia se mostraram atividades dinâmicas, com alto potencial de crescimento, haja vista as companhias fundadas no período. Ante à incapacidade técnica e financeira do capital nacional, o capital estrangeiro se fez muito presente neste processo. Contudo, por razões técnicas e políticas, Minas Gerais não foi escolhida para sediar a Companhia Siderúrgica Nacional, inaugurada em 1941 em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro. Este evento histórico marcou a mudança de rumos na estratégia de desenvolvimento do governo Valadares. A industrialização foi alçada à posição de destaque do objetivo estatal, tendo resultado nos projetos de Contagem e na fundação da Companhia Vale do Rio Doce.

Com a redemocratização após a queda da ditadura do Estado Novo, Milton Campos ascendeu ao governo estadual. Seguindo as diretrizes de seu plano de governo, foi elaborado o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, em 1947, de caráter inovador e abrangente. Essa nova estratégia, que pode ser observada como uma continuação do governo Valadares, colocou de vez o Estado no centro do projeto de industrialização, sem, contudo, abdicar de estratégias específicas para a agricultura. De caráter abrangente, o Plano previa ações para 17 setores industriais. Os avanços pretendidos na agricultura e na indústria se interligavam para formar uma economia integrada, pretendendo reduzir em muito as importações. No

entanto, a execução do Plano se deparou com consideráveis contingências financeiras e orçamentárias. Apesar dos resultados aquém do esperado, são inegáveis os avanços institucionais e modernizadores no período. Pode ser atribuído ao governo Milton Campos as bases da estratégia juscelinista do binômio energia e transportes.

O governo JK, por sua vez, representou uma ruptura mais visível com seus antecessores. A agricultura foi colocada de lado, sob a ótica da intervenção estatal. Neste sentido, afastando-se do caráter abrangente do Plano de 1947, foram focalizadas as deficiências de energia e transportes da economia mineira, a fim de estimular a industrialização. Industrialização essa, há que se destacar, de caráter diferenciado do governo Milton Campos. Foi na gestão juscelinista que Minas Gerais se especializou de vez no setor místico-metalúrgico, em especial na siderurgia. Foi através dessa especialização que Minas veio a se inserir no contexto da integração econômica nacional na segunda metade do século XX. Neste ponto, o trabalho pode contribuir para a compreensão do papel desempenhado por Minas nos anos posteriores ao período aqui focalizado, bem como dos resultados obtidos.

Em termos concretos e imediatos, a iniciativa estatal de promoção da industrialização mineira na primeira metade do século XX não logrou êxito ampliar sua participação no produto industrial nacional, aproximando-a de São Paulo. Com efeito, a participação de Minas entre 1949 e 1959 caiu de 6,5% para 5,8%.

Apesar do insucesso na tentativa de reduzir a distância entre o desempenho industrial mineiro e paulista, as estratégias e as ações efetivas de promoção de desenvolvimento regional apresentaram resultados pretendidos. Deve-se às políticas da primeira metade do século XX a modernização da agricultura e da infraestrutura mineira, neste caso com a construção de usinas hidrelétricas para superar a escassez de abastecimento, bem como a interligação das regiões. Em relação aos transportes, apesar das falhas técnicas apresentadas acerca das obras no período JK, Minas saiu da primeira metade do século XX em uma condição de integração muito além da verificada na virada do século. No campo industrial, a cidade industrial de Contagem veio a observar acelerada ampliação e diversificação das empresas instaladas a partir da década de 1960. Outro legado de relevo foi a fundação da Companhia Vale do Rio Doce.

No campo institucional, deve-se à primeira metade do século XX a constituição do DER e da Cemig, esta última vindo a se tornar referência nacional para

as políticas e para desenhos institucionais no setor energético. Ocupando cargos de direção nessa empresa pública, a Escola de Ouro Preto deve ter seu papel reconhecido. Com efeito, o período abordado veio a ser reconhecido pelo papel dos engenheiros no planejamento e execução de estratégias de desenvolvimento. A partir de 1960, ganham destaque os economistas, com papel institucional que viriam a desempenhar o Banco de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (BDMG).

Dessa forma, o trabalho procurou contribuir para a compreensão da situação de atraso verificada no início do século XX, bem como das políticas econômicas estaduais implementadas até o final do governo JK, em 1955. Com efeito, a compreensão das ações públicas e dos resultados econômicos mineiros a partir de 1960, e até mesmo da situação atual da economia mineira, certamente buscam causas e relações com o período aqui abordado.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. **Tecnocracia e pensamento desenvolvimentista em Minas Gerais (1903-1969)**. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: USP, 2012. 316 p. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-09112012-112937/pt-br.php>>. Último acesso em 12 de jul. 2020.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Em busca do desenvolvimento perdido: um projeto novo desenvolvimentista para o Brasil**. 1ª edição. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. 168 p.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil – 1930/1970**. Tese (Livre-Docência em Economia). Campinas: Unicamp, 1981. 459 p. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285676>>. Último acesso em 12 de jul. 2020.
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 2ª edição. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor, 1975. 318 p.
- CARVALHO, José Murilo de. **A escola de Minas de Ouro Preto, o peso da glória**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 196 p. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/7i8bc>>. Último acesso em 12 de jul. 2020.
- CASCA, João Antonio. **O processo de industrialização de Juiz de Fora: 1850 a 1930**. Belo Horizonte: [S.l.], 1979. 132 p.
- DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Dissertação (Mestrado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas). Belo Horizonte: Unicamp, 1978. 233 p. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=56637>>. Último acesso em 12 de jul. 2020.
- DULCI, Otavio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. 1ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 301 p.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. 238 p.
- GODOY, Marcelo Magalhães. **Minas Gerais na República: atraso econômico, Estado e planejamento**. Cadernos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte. Vol. 11, n. 16, p. 89-116. 2009. Disponível em: <<https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/ojs/index.php/cadernos-ele/article/view/308>>. Último acesso em 12 de jul. 2020.
- GODOY, Marcelo Magalhães. PAIVA, Clotilde Andrade Paiva. **Território de contrastes, economia e sociedade das Minas Gerais no século XIX**. X Seminário sobre economia mineira. Belo Horizonte: UFMG, 2010. 58 p. Disponível em: <<https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2002/D17.pdf>>. Último acesso em 12 de jul. 2020.

GRANZIERA, Rui Guilherme. **Riqueza e tradição na independência**. São Paulo: USP, 1993. p. 47-57. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=vbkq74A03i8C&pg=PA47&lpg=PA47&dq=riqueza+e+tradi%C3%A7%C3%A3o+na+independ%C3%AAncia+granziera&source=bl&ots=GzrvNTm5DX&sig=ACfU3U1tdLNQ8TR68Hv_NFYM-Qk4GzUvoA&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwiR7leSpu3qAhVIK7kGHXIQDpYQ6AEwAHoECAoQAQ#v=onepage&q=riqueza%20e%20tradi%C3%A7%C3%A3o%20na%20independ%C3%AAncia%20granziera&f=false>. Último acesso em 12 de jul. 2020.

LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)**. Dissertação (Mestrado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas). Campinas: Unicamp, 1977. 136 p. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285716>>. Último acesso em 12 de jul. 2020.

PAULA, João Antonio de. **FACE/UFMG, BDMG e Cedeplar: instituições do planejamento e desenvolvimento de Minas Gerais**. Revista Nova Economia, Belo Horizonte. Vol. 26, p. 1075-1095. 2016. Disponível em: <<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/4048>>. Último acesso em 12 de jul. 2020.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. **Percalços da industrialização: o caso de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Campinas: Unicamp, 2001. 168 p. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285877>>. Último acesso em 12 de jul. 2020.

MARTINS, Roberto Borges. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. 1ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1980. 72 p. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%2010.pdf>>. Último acesso em 12 de jul. 2020.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. **O pensamento econômico de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves e o desenvolvimento de Minas Gerais (1889-1914)**. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: USP, 2012. 200 p. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-21022013-135351/en.php>>. Último acesso em 12 de jul. 2020.

PAIVA, Clotilde Andrade Paiva. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. Tese (doutorado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas). São Paulo: USP, 1996. 254 p. Disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2017/05/Tese_Clotilde_PAIVA_v1996.pdf>. Último acesso em 12 de jul. 2020.

SLENES, Robert Wayne Andrew. **Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX**. Estante Econômica. São Paulo. Vol. 18, n. 3, p. 449-495. 1988. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/157456/152815>>. Último acesso em 12 de jul. 2020.